U.PORTO

2º CICLO DE ESTUDOS
CRIMINOLOGIA

Trajetórias de Vida no Tráfico de Drogas: Reclusas Estrangeiras e de Etnia Cigana

Victoria Sousa Silva

M

2026

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Criminologia, elaborada sob orientação da Professora Doutora Ana Margarida Amorim dos Santos

FACULDADE DE **DIREITO**

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Margarida Amorim dos Santos**,** pela confiança, disponibilidade e por ter acreditado no meu potencial ao longo de todo esse percurso. Sua orientação foi imprescindível para a concretização dessa dissertação.

Às mulheres que aceitaram, de forma voluntária, partilhar comigo as suas histórias de vida. Receber relatos tão profundos, dolorosos e, ao mesmo tempo, tão marcados pela resistência foi um privilégio e uma grande responsabilidade. Sem a confiança de cada uma delas, esta investigação não teria sido possível.

Às Diretoras e às equipes dos Estabelecimentos Prisionais de Tires e de Santa Cruz do Bispo – Setor Feminino, pelo acolhimento e pela autorização para a realização desta pesquisa nos respectivos espaços institucionais.

À minha família mais próxima, meus pais Joaquim e Janaide, minha madrasta, Adje, e às minhas irmãs, Nina e Agatha, pelo amor, apoio e incentivo incondicionais. Vocês são a base que sustenta todos os meus passos.

Ao meu companheiro, Rúben, por caminhar ao meu lado em todos os momentos, pela paciência, pelo apoio diário e por tornar esta trajetória um pouco mais leve.

Aos meus amigos, colegas e familiares, que tornaram o processo mais suportável e humano. Em especial, à minha amiga Sônia e à minha prima Paula, que, com incentivo constante e carinhoso, foram essenciais para que eu reencontrasse forças para retomar a escrita neste ano.

Aos meus gatos, Baião e Cocada, pela companhia constante durante as intermináveis horas diante do computador. Mesmo sem saberem, fizeram parte desta pesquisa desde o primeiro capítulo até a última revisão.

Por fim, à Ericka Sanches, **por me lembrar, com sua própria história e presença, que enquanto houver vida, sempre haverá possibilidade de recomeço**.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar as trajetórias de vida de mulheres estrangeiras falantes do português e de mulheres de etnia cigana em situação de reclusão por crimes relacionados ao tráfico de drogas, considerando as suas próprias narrativas. Adotou-se um desenho qualitativo, recorrendo a entrevistas semiestruturadas realizadas com 28 mulheres reclusas em estabelecimentos prisionais portugueses. Os dados foram analisados por meio da Análise Temática Reflexiva, seguindo a proposta de Braun e Clarke. Embora as histórias das participantes tenham se revelado heterogêneas e marcadas por diferentes contextos sociais, familiares e migratórios, os resultados evidenciaram pontos de aproximação, expressos em trajetórias atravessadas pela acumulação de vulnerabilidades socioeconômicas, restrição de oportunidades e relações familiares e afetivas marcadas por instabilidade, violência e processos de socialização associados ao crime. O envolvimento no tráfico revelou-se um percurso construído nas relações sociais, influenciado por necessidades econômicas, dependência, coerção e vínculos afetivos. As vivências do encarceramento foram marcadas pela adaptação às regras institucionais e pelos impactos emocionais, relacionais, familiares e identitários da reclusão. Apesar das adversidades, emergiram processos de ressignificação do passado, reconstrução de projetos de vida e estratégias de resistência ao estigma associado ao gênero, à nacionalidade, à etnia e à condição de privação de liberdade. Conclui-se que a compreensão das trajetórias femininas no tráfico de drogas exige uma abordagem interseccional e sensível ao gênero, capaz de considerar a articulação entre as adversidades acumuladas, experiências de exclusão social e respostas do sistema de justiça criminal.

Palavras-chave: trajetórias de vida; mulheres estrangeiras e mulheres de etnia cigana; tráfico de drogas; situação de reclusão; análise temática reflexiva; interseccionalidade.

ABSTRACT

The present study aimed to analyse the life trajectories of foreign Portuguese-speaking women and women of Gypsy ethnicity serving prison sentences for drug trafficking-related offences, based on their own narratives. A qualitative design was adopted, using semi-structured interviews conducted with 28 women incarcerated in Portuguese prisons. The data were analysed through Reflexive Thematic Analysis, following the approach proposed by Braun and Clarke. Although the participants' stories proved to be heterogeneous and shaped by different social, family, and migratory contexts, the findings revealed important points of convergence, expressed in trajectories marked by the accumulation of socioeconomic vulnerabilities, restricted opportunities, and family and affective relationships characterised by instability, violence, and socialisation processes associated with crime. Involvement in drug trafficking emerged as a pathway constructed through social relationships and influenced by economic hardship, dependency, coercion, and affective ties. Experiences of imprisonment were characterised by adaptation to institutional rules and by the emotional, relational, family, and identity-related impacts of incarceration. Despite these adversities, processes of reinterpreting the past, rebuilding life projects, and developing strategies of resistance to stigma associated with gender, nationality, ethnicity, and deprivation of liberty emerged from the participants' accounts. It is concluded that understanding women's trajectories in drug trafficking requires an intersectional and gender-sensitive approach capable of considering the interplay between accumulated adversities, experiences of social exclusion, and responses of the criminal justice system.

Keywords: life trajectories; foreign women and women of Gypsy ethnicity; drug trafficking; imprisonment; reflexive thematic analysis; intersectional.

ÌNDICE

AGRADECIMENTOS iii
RESUMO iv
SUBMMIT v
ÍNDICE vi
INTRODUÇÃO 1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO 3
1. Gênero, criminalidade e sistema prisional 3
1.1. Criminalidade feminina 4
1.2. Reclusão responsiva ao gênero 7
2. Trajetórias de vida e envolvimento feminino no tráfico de drogas 11
2.1. Trajetórias de vida: perspectivas teóricas e críticas 12
2.2. Mulheres no tráfico de drogas: motivações, vulnerabilidades e percursos 14
3.Interseccionalidade nas trajetórias de mulheres estrangeiras e mulheres de etnia cigana 18
3.1. Interseccionalidade como perspectiva analítica 18
3.2. Mulheres estrangeiras e mulheres de etnia cigana: criminalização, vulnerabilidades e desigualdades 20
CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO 24
1. Objetivos e questões de investigação 24
2. Método 24
2.1. Desenho de investigação 25
2.2. Amostra 25
2.2.1. Caracterização da amostra 27
2.3. Instrumentos 30
2.3.1. Questionário sóciodemográfico e jurídico-penal 30
2.3.2. Guião de entrevista 31
2.4. Procedimento de recolha de dados 32
2.5. Procedimento de análise de dados 33
2.6. Considerações éticas e reflexividade 36
CAPÍTULO III – RESULTADOS 39
1. Trajetórias de vida marcadas pela acumulação de vulnerabilidades 39

Vulnerabilidades socioeconômicas e restrição de oportunidades.....39
Relações familiares, afetivas e contextos de socialização.....43
2. O envolvimento feminino no tráfico de drogas: percursos, motivações e experiências.....47
A entrada no tráfico: um processo construído nas relações sociais.....48
Entre necessidade, dependência e coerção: as motivações.....51
Ser mulher no tráfico: papéis desempenhados e percepções sobre as relações de gênero.....55
Do tráfico ao sistema de justiça criminal.....57
3. Vivências do encarceramento.....60
O cotidiano da prisão: regras, escassez e relações.....61
Impactos e significados da experiência prisional.....68
4. Ressignificando o passado e construindo o futuro.....71
5. identidade, estigma e resistência: quando a diferença pesa.....74
CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO.....81
Limitações.....89
Contribuições.....90
Pistas para o futuro.....91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....93
ANEXOS.....99
Anexo I – Questionário sócio demográfico e jurídico-penal.....99
Anexo II – Guião de entrevista.....100
Anexo III – Consentimento informado.....102
Anexo IV - Declaração de Consentimento Informado.....103
Anexo V - Figura 1: Mapa Temático.....104

INTRODUÇÃO

A criminalidade feminina tem ocupado um espaço cada vez mais relevante no debate criminológico contemporâneo. Embora as mulheres continuem a representar uma parcela minoritária da população prisional mundial, o crescimento da reclusão feminina nas últimas décadas tem evidenciado a necessidade de reformular modelos teóricos explicativos da delinquência predominantemente baseados em estudos com populações masculinas, mas também implementar medidas e estratégias de intervenção responsivas às especificidades das mulheres em conflito com a lei (Belknap, 2015; Fair & Walmsley, 2025).

Por conseguinte, investigações focadas em tópicos como as trajetórias de vida, as experiências de criminalização, de vitimação e as vivências de encarceramento são um objeto de estudo cada vez mais frequente nos estudos criminológicos nacionais e internacionais (Chesney-Lind & Pasko, 2013; Duarte, 2012; Matos, 2008).

Entre os crimes mais frequentemente associados ao encarceramento feminino destacam-se os relacionados ao tráfico de drogas. A literatura tem demonstrado que o envolvimento das mulheres nessa atividade não pode ser explicado por fatores isolados, estando frequentemente relacionado à articulação entre vulnerabilidade econômica, responsabilidades familiares precoces, experiências de violência, relações afetivas marcadas por dependência ou desigualdade e oportunidades restritas de inserção social (Chesney-Lind & Pasko, 2013; Cunha, 2002; DeHart, 2008).

Em Portugal, a presença expressiva de mulheres condenadas por crimes relacionados ao tráfico de drogas, associada ao crescimento da população prisional feminina, sobretudo de mulheres estrangeiras e mulheres de etnia cigana, reforçam a importância de investigações que ultrapassem explicações centradas apenas no ato criminal ou em características individuais. Vários estudos portugueses, principalmente de natureza qualitativa focaram-se, nas últimas décadas, na situação da mulher reclusa, incluindo a análise de percursos de vida de mulheres estrangeras e ciganas (Gomes, 2014; Gomes & Granja, 2015) e o tráfico de drogas na reclusão de mulheres estrangeiras (Matos & Cunha, 2019).

A presente investigação insere-se nesta linha de pesquisa e adota como "lente" uma perspectiva interseccional: pretendeu-se explorar se e como o gênero, a nacionalidade, a pertença étnica, os processos de racialização, estatuto migratório e a posição socioeconômica se articulam nas narrativas das participantes (Collins, 2000; Crenshaw, 1989, 1991).

Essa proposta foi concretizada através da realização de um estudo qualitativo, conduzido por entrevistas semiestruturadas a mulheres em situação de privação de liberdade por crimes relacionados com o tráfico de drogas em dois estabelecimentos prisionais

portugueses. Privilegiando, na análise dos dados, as narrativas das participantes, procura-se compreender os significados atribuídos pelas mesmas aos acontecimentos e contextos que marcaram os seus percursos.

Essa investigação visa, assim, contribuir para o aprofundamento do conhecimento científico sobre a criminalidade e situação de reclusão feminina, dando visibilidade, neste quadro mais geral, a grupos de mulheres ainda pouco explorados pela literatura. Ao privilegiar as narrativas das próprias participantes, busca-se compreender como diferentes formas de vulnerabilidade, exclusão e resistência atravessam seus percursos de vida e influenciam a relação estabelecida com o sistema de justiça criminal.

A dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos principais. O primeiro descreve a literatura teórico-empírica focada na criminalidade e reclusão feminina, procurando se enquadrar e, a partir de uma abordagem baseada na interseccionalidade, as trajetórias de vida e o envolvimento no crime de tráfico de drogas de mulheres estrangeiras e de mulheres de etnia cigana. O segundo capítulo apresenta o estudo empírico realizado, descrevendo o desenho, o objetivo e as questões de investigação que orientaram essa investigação assim como, os procedimentos adotados para executa-la. Segue-se, no capítulo terceiro, a descrição dos resultados gerados através de uma análise temática reflexiva (Braun & Clarke, 2006, 2013, 2021) e cuja interpretação é apresentada no capítulo quatro. Nessa ultima seção, procurou-se interpretar os resultados obtidos à luz da literatura científica especializada, identificando as contribuições e limitações da investigação e também propondo pistas para investigações futuras.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o referencial teórico que sustenta a análise das trajetórias de vida de mulheres estrangeiras falantes da língua portuguesa e de mulheres de etnia cigana em situação de reclusão por crimes relacionados ao tráfico de drogas. Partindo de uma perspectiva crítica e sensível ao gênero, procura-se compreender de que forma processos de criminalização, desigualdades sociais, experiências de exclusão e respostas institucionais se articulam na construção dos percursos dessas mulheres, tanto antes quanto durante o encarceramento.

Num primeiro tópico, discute-se a relação entre gênero, criminalidade e sistema prisional, com especial atenção à evolução dos estudos sobre criminalidade feminina e sobre reclusão responsiva ao gênero. Num segundo momento, aprofunda a discussão sobre as perspectivas teóricas e críticas referentes aos conceitos de trajetórias de vida e carreiras, também apresentando a literatura sobre o envolvimento feminino no tráfico de drogas, as suas motivações, vulnerabilidades e percursos. Por fim, a terceira parte será destinada a incorporação da perspectiva analítica interseccional para compreender como gênero, nacionalidade, etnia, raça[1], migração e outras formas de desigualdade atravessam os percursos de mulheres em situação de privação de liberdade.

Mais do que apresentar conceitos de forma isolada, este enquadramento teórico procura construir um percurso analítico coerente, no qual cada uma dessas dimensões contribui para compreender a complexidade das experiências analisadas nestsa investigação. Dessa forma, estabelece-se a base necessária para a interpretação e discussão dos resultados empíricos desenvolvidos nos capítulos seguintes.

1. Gênero, criminalidade e sistema prisional

A relação entre gênero, criminalidade e sistema prisional tem ocupado um lugar cada vez mais relevante na criminologia contemporânea. Durante muito tempo, os estudos sobre crime e punição foram construídos predominantemente a partir da experiência masculina, relegando as mulheres a uma posição secundária na produção de conhecimento criminológico. A incorporação das perspectivas feministas permitiu questionar essa aparente neutralidade e

[1] Nessa investigação, o termo raça é utilizado em seu sentido sociológico e histórico, como uma categoria socialmente construída que organiza relações de poder, processos de racialização, desigualdades e experiências de discriminação, e não como uma categoria biológica ou natural. Essa compreensão aproxima-se das discussões desenvolvidas por Carneiro (2005), Collins (2000) e Davis (2016), que analisam a raça como um marcador social produzido historicamente e articulado a outras dimensões de desigualdade, como gênero e classe social.

evidenciar que os processos de criminalização, punição e encarceramento são atravessados por relações de gênero (Belknap, 2015; Chesney-Lind & Pasko, 2013).

Essa mudança de perspectiva deslocou o foco das explicações centradas exclusivamente no indivíduo para análises que consideram desigualdades sociais, responsabilidades de cuidado, experiências de violência e contextos de exclusão que atravessam as trajetórias femininas. Ao mesmo tempo, tornou-se evidente que a prisão não pode ser compreendida apenas como um espaço de execução da pena, mas como uma instituição que interage com vulnerabilidades previamente existentes e pode reproduzir desigualdades de gênero no contexto do encarceramento (Carlen, 1988; Cunha, 2002).

Partindo dessas considerações, esse capítulo discute, em primeiro lugar, a evolução dos estudos sobre criminalidade feminina e as contribuições das perspectivas feministas. Em seguida, aborda o debate sobre a reclusão responsiva ao gênero, destacando a necessidade de políticas penitenciárias capazes de reconhecer as especificidades da experiência prisional feminina sem desconsiderar a diversidade existente entre as próprias mulheres em situação de privação de liberdade.

1. 1. Criminalidade feminina

Os estudos sobre as mulheres e o poder punitivo, tanto na condição de vítimas, quanto na de autoras de delitos, atravessaram diferentes etapas ao longo da história. Durante muito tempo, as mulheres permaneceram praticamente invisíveis na produção científica sobre criminalidade e justiça, sendo as suas experiências e as respostas responsivas ao gênero analisadas de forma superficial ou secundária.

Consequentemente, as trajetórias criminais das mulheres e os fatores sociais, culturais e estruturais que influenciam a sua relação com o sistema de justiça permaneceram amplamente negligenciados, contribuindo para uma compreensão limitada das dinâmicas que explicam o envolvimento das mulheres na conduta delinquente (Chesney-Lind & Pasko, 2013). Neste sentido, a história da criminalidade feminina confunde-se com a própria história da posição social da mulher perante as normas jurídicas e sociais. Conforme defende Sposato (2007), a história da criminalização das mulheres corresponde, em larga medida, à história do exercício de um poder construído sobre um sistema jurídico cujas bases se fundamentam em pressupostos patriarcais.

A partir da segunda metade do século XX, este panorama começou a mudar com o fortalecimento dos movimentos feministas. Ao reivindicar a igualdade de direitos e politizar questões tradicionalmente remetidas para a esfera privada (Matos & Machado, 2012), o

feminismo promoveu transformações sociais e científicas em várias áreas do conhecimento, nomeadamente na criminologia. O movimento feminista deu lugar a uma multiplicidade de perspectivas feministas (e.g. liberal, marxista, existencialista, socialista, radical, psicanalítico, etc.) que apresentam uma ideia central comum: oposição a subjugação da mulher na sociedade patriarcal, mas que ao mesmo tempo se posicionam de forma divergente e até antagônica em diversas questões circundantes (Matos, 2008).[2]

Neste contexto, as perspectivas feministas na criminologia passaram a contestar o modelo explicativo do crime baseado exclusivamente na figura masculina, defendendo que o gênero constitui uma categoria analítica indispensável para compreender os processos de criminalização, vitimação e punição. A criminalidade feminina passa, então, a ser concebida como um fenômeno qualitativamente distinto, profundamente condicionado por relações estruturais de gênero, classe e poder (Belknap, 2015; Chesney-Lind &Daly, 1988).

É nesse contexto de transformação paradigmática que Matos (2008) identifica três grandes momentos na evolução dos discursos científicos sobre a mulher e o crime. O primeiro corresponde às abordagens tradicionais, associados ao positivismo, tanto de natureza bio-psicológica como sociológica. O segundo engloba as perspectivas de transição, marcadas pela sociologia da desviância e pela emergência da criminologia crítica. Por fim, os discursos alternativos correspondem às denominadas perspectivas feministas, que seriam conceitualizadas como "propostas feministas de desconstrução e reconstrução dos discursos sobre feminilidade e transgressão" (Matos, 2008).

A evolução das perspectivas feministas foi acompanhada por importantes transformações epistemológicas, destacando-se a teoria do ponto de vista feminino (*feminist standpoint theory*). Desenvolvida por autoras como Dorothy Smith (1987), Nancy Hartsock (1983) e Sandra Harding (1991), essa perspectiva defende que o conhecimento científico é influenciado pela posição social de quem o produz, contestando a ideia de uma ciência neutra e universal. Matos (2008) defende a valorização das narrativas e das experiências das próprias mulheres, uma vez que o ponto de vista feminino é a produção de conhecimento sobre e para as mulheres.

[2] Nesta dissertação, opta-se por utilizar a expressão "perspectivas feministas no âmbito da criminologia", em vez de "criminologia feminista", por compreender que não existe um único paradigma feminista capaz de abarcar a diversidade teórica e epistemológica dos feminismos. Conforme destacam autoras como Harding (1991), Smart (1976) e Matos (2008), os feminismos constituem um campo plural, marcado por diferentes abordagens acerca do gênero, da produção do conhecimento e das relações de poder. Assim, as contribuições mobilizadas neste trabalho não são entendidas como pertencentes a uma criminologia feminista homogênea, mas como diferentes perspectivas feministas que tencionam criticamente os paradigmas criminológicos tradicionais.

A invisibilidade das mulheres nos estudos criminológicos foi igualmente reforçada pela reduzida representatividade estatística da criminalidade feminina, quer ao nível da prevalência, como o da reclusão (Moffitt et al., 2001). Contudo, de acordo com os dados oficiais mais recentes, como exemplo a 6.ª edição do World Female Imprisonment List (Fair & Walmsley, 2025), a taxa de reclusão feminina tem aumentado de forma significativa: entre 2000 e 2025, a população prisional feminina registrou um crescimento de aproximadamente 57%, enquanto que a população prisional masculina registrou um crescimento de cerca de 22% no mesmo período. Ainda de acordo com supramencionado estudo, cerca de 733 mil mulheres e adolescentes do sexo feminino encontravam-se em situação de reclusão, o que corresponde a cerca de 6,8% da população prisional global.

Os dados mais recentes do World Prison Brief (2026) confirmam igualmente essa tendência e também permitem contextualizar a realidade prisional portuguesa. Em Portugal, a população prisional era de 13.578 indivíduos em julho de 2026, dos quais 991 eram mulheres, ou seja, 7,3% da população em situação de reclusão, percentual maior que a média global de 6,8%.

As diferenças entre a criminalidade feminina e masculina não se resumem somente à sua expressão no sistema prisional. As novas investigações têm demonstrado que as mulheres apresentam padrões de envolvimento criminal distintos, tanto no que diz respeito aos tipos de crime praticados como às circunstâncias que antecedem o comportamento delituoso (Belknap, 2015, Heidensohn, 1985). De uma forma geral, as mulheres estão mais representadas em crimes não violentos, especialmente em crimes patrimoniais e crimes relacionados com drogas, enquanto os homens permanecem mais associados à criminalidade violenta (Allan & Steffensmeier, 1996; Chesney-Lind & Pasko, 2013).

Contudo e segundo a literatura produzida nas últimas décadas, estas diferenças e os fatores que as explicam não devem ser apenas interpretados como resultado de características inerentes ao sexo feminino, mas sim como consequência de processos de socialização diferenciados, de oportunidades distintas de envolvimento criminal e das posições que homens e mulheres ainda ocupam nas estruturas sociais (Belknap, 2015; Carlen, 1983, 1988; Chesney-Lind & Pasko, 2013).

As abordagens feministas têm demonstrado que muitas mulheres em conflito com a lei apresentam trajetórias marcadas por pobreza, exclusão social, dependência econômica, baixa escolaridade, responsabilidades familiares e relações interpessoais desiguais (Belknap, 2015, Carlen, 1988; Chesney-Lind, 1989; Daly, 1992). Esses fatores não explicam a criminalidade de

forma isolada, mas ajudam a compreender como determinadas condições de vida podem restringir oportunidades e influenciar os percursos criminais das mulheres.

Além disso, a literatura evidencia que a experiência prisional feminina está frequentemente associada a histórias de violência e vitimização anteriores ao encarceramento, especialmente violência doméstica e abuso ao longo da vida. A relação entre vitimização e criminalização constitui um dos contributos centrais das perspectivas feministas, ao mostrar que experiências de violência, exclusão e desigualdade podem atravessar simultaneamente os percursos de vitimização e de punição (Carlen, 1988; Chesney-Lind, 1989).

No contexto português, Cunha (1994) demonstra igualmente que as trajetórias das mulheres em contexto prisional são frequentemente atravessadas por processos de exclusão social, fragilidade econômica e redes familiares complexas, evidenciando que o encarceramento deve ser compreendido à luz das condições sociais que antecedem a prática criminal.

Investigações qualitativas mais recentes têm reforçado essa interpretação ao evidenciar que o envolvimento feminino no tráfico de drogas e a experiência da reclusão são frequentemente atravessados por pobreza, migração, responsabilidades familiares e relações de dependência afetiva, mostrando que o encarceramento de mulheres exige uma análise articulada entre gênero, exclusão social e contextos de vulnerabilidade (Cunha & Matos, 2019; DeHart, 2008; Gomes, 2014).

Em síntese, essa mudança de paradigma permitiu ultrapassar as interpretações tradicionais e consolidar a criminalidade feminina como um campo autônomo de investigação. Consequentemente, a literatura contemporânea tem privilegiado abordagens que analisam os percursos criminais femininos à luz das desigualdades sociais, das relações de gênero e das vulnerabilidades acumuladas ao longo do curso de vida, perspectiva essa que é particularmente pertinente para o estudo das mulheres em contexto prisional.

1.2.Reclusão responsiva ao gênero

A compreensão contemporânea da reclusão feminina está diretamente relacionada às transformações promovidas pelas perspectivas feministas no âmbito da criminologia e pelos estudos de gênero. A abordagem da reclusão responsiva ao gênero surge como uma resposta crítica às limitações dos modelos penitenciários tradicionais, historicamente construídos a partir de paradigmas masculinos. Durante muito tempo, predominou a ideia de que a igualdade de tratamento entre homens e mulheres no sistema prisional seria suficiente para garantir justiça e equidade.

Como consequência, as normas de funcionamento, os programas de ressocialização, a organização dos estabelecimentos prisionais e até mesmo os serviços de saúde foram planejados com base nas necessidades da população masculina, enquanto as especificidades femininas permaneceram, por muitos anos, invisibilizadas ou tratadas como exceções (Belknap, 2015). Esse modelo contribuiu para a manutenção de práticas institucionais do sistema penal incapazes de reconhecer adequadamente as necessidades sociais, emocionais, de saúde e relacionais das mulheres privadas de liberdade (Bloom el al., 2003; Bloom & Covington, 2007).

Nesse contexto, a literatura sobre *gender responsivity* defende que a efetividade das políticas penitenciárias depende do reconhecimento das necessidades específicas das trajetórias femininas. Em vez de considerar o gênero apenas como uma característica demográfica, essa abordagem o compreende como um elemento estruturante das trajetórias de vida, das experiências de encarceramento e dos processos de reintegração social (Bloom & Covington, 2007).

A perspectiva responsiva ao gênero não propõe privilégios ou tratamentos diferenciados baseados em concepções essencialistas acerca das mulheres. Ao contrário, parte do reconhecimento de que políticas públicas aparentemente neutras podem produzir efeitos desiguais quando desconsideram as diferentes condições sociais que antecedem o encarceramento. Assim, responder às especificidades de gênero significa promover maior equidade na execução penal, por meio de intervenções compatíveis com as necessidades concretas das mulheres em situação de reclusão (Belknap, 2015; Bloom & Covington, 2007).

As discussões desenvolvidas pela literatura sobre reclusão responsiva ao gênero também repercutiram no plano internacional, influenciando a formulação de instrumentos transnacionais destinados à proteção dos direitos das mulheres privadas de liberdade, como é o caso da adoção das Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras, conhecidas como Regras de Bangkok, aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2010 (United Nations, 2011). Esse instrumento representa um marco na proteção dos direitos das mulheres em conflito com a lei ao reconhecer que a aparente neutralidade dos sistemas prisionais pode produzir desigualdades quando desconsidera as especificidades de gênero. As Regras de Bangkok recomendam que a execução penal considere aspectos como a saúde física e mental das mulheres, o histórico de violência e trauma, a maternidade, a manutenção dos vínculos familiares, a prevenção de práticas discriminatórias e o desenvolvimento de programas de reintegração social compatíveis com as necessidades femininas.

A prisão, enquanto instituição social, não constitui um espaço neutro. As relações de poder, os mecanismos disciplinares e as formas de controle existentes no ambiente prisional reproduzem, em grande medida, desigualdades presentes na sociedade. Assim, compreender a experiência das mulheres privadas de liberdade exige reconhecer que o cárcere não apenas pune a prática delitiva, mas também interage com desigualdades de gênero, classe e outras formas de vulnerabilidade que antecedem o encarceramento (Cunha, 2002; Wacquant, 2009).

Um dos aspectos mais recorrentes na literatura refere-se ao elevado número de mulheres privadas de liberdade que apresentam histórico de experiências adversas ao longo da vida, incluindo violência física, psicológica e sexual, negligência, abandono e contextos familiares marcados pela instabilidade. Tais experiências não apenas antecedem o encarceramento, mas continuam produzindo efeitos durante a execução da pena, influenciando a saúde mental, a construção de vínculos interpessoais e as estratégias de enfrentamento desenvolvidas pelas mulheres no ambiente prisional (Belknap, 2015; Bloom el al., 2003; Bloom & Covington, 2007).

A centralidade das relações interpessoais constitui uma especificidade amplamente reconhecida pela literatura. Os vínculos familiares e afetivos exercem papel fundamental na experiência do encarceramento feminino, influenciando tanto o bem-estar psicológico quanto as expectativas em relação ao futuro. A manutenção do contato com familiares e redes de apoio tende a favorecer os processos de adaptação à prisão e de reinserção social, ao passo que o rompimento desses vínculos intensifica sentimentos de isolamento, culpa e sofrimento emocional, constituindo um dos elementos mais penalizadores da experiência prisional feminina (Bloom el al., 2003; Matos, 2008).

A reclusão feminina apresenta ainda características específicas quando comparada com a masculina, nomeadamente no que diz respeito às responsabilidades familiares e aos papéis de cuidado socialmente atribuídos às mulheres. Antes do encarceramento, muitas delas exerciam a função de principais cuidadoras dos filhos, de familiares idosos ou de outras pessoas dependentes, de modo que a privação de liberdade frequentemente provoca rupturas familiares profundas e produz consequências emocionais que extrapolam a própria experiência da prisão (Belknap, 2015; Bloom el al., 2003). Além de influenciar os percursos que antecedem o envolvimento criminal, essas responsabilidades continuam a produzir efeitos durante a experiência prisional, exigindo das mulheres constantes negociações para manter vínculos familiares e exercer, ainda que de forma limitada, o papel materno (Granja, 2017).

Como destacam Granja (2017) e Mello (2014), a maternidade em contexto de reclusão é atravessada por sentimentos de culpa, sofrimento emocional, preocupação com os filhos e

dificuldades na manutenção das relações familiares, evidenciando que os impactos do encarceramento feminino ultrapassam a dimensão individual e atingem também os laços de cuidado e pertencimento familiar. Nesse sentido, Mello (2016), ao examinar as experiências de mães encarceradas no Brasil e em Portugal, evidencia que a maternidade continua a ocupar um lugar central na vida dessas mulheres, sendo marcada por sentimentos de responsabilidade, sofrimento e preocupação com os filhos.

Carlen (1983, 1988) e Chesney-Lind (1989) figuram entre as principais autoras responsáveis por ampliar a compreensão da criminalidade e da reclusão feminina a partir de perspectivas feministas no âmbito da criminologia. Em oposição às interpretações individualizantes do comportamento criminoso, ambas defendem que a experiência das mulheres em conflito com a lei deve ser analisada à luz das desigualdades sociais e das relações de gênero que estruturam suas trajetórias de vida. Carlen (1983; 1988) argumenta que o envolvimento feminino na criminalidade não pode ser compreendido de forma dissociada das condições de exclusão social, pobreza e marginalização que antecedem o delito, enquanto Chesney-Lind (1989; Chesney-Lind & Pasko, 2013) evidencia que os processos de criminalização das mulheres estão profundamente relacionados às formas de controle social exercidas sobre a feminilidade, especialmente em contextos marcados por violência, desigualdade e vulnerabilidade.

No contexto português, Cunha (2002) destaca que a prisão deve ser entendida como um espaço de gestão da marginalidade social, onde se tornam visíveis processos de exclusão previamente existentes na sociedade. Em diálogo com essa perspectiva, Duarte (2012) argumenta que a aparente neutralidade do sistema de justiça penal produz efeitos diferenciados sobre as mulheres, particularmente em razão das desigualdades de gênero, das responsabilidades familiares e da posição social que ocupam.

É também importante uma abordagem biográfica e processual na análise da reclusão feminina, de modo que os percursos das mulheres em conflito com a lei sejam compreendidos como trajetórias de vida marcadas por vulnerabilidades acumuladas e não como eventos isolados (Matos, 2008).

A adoção de abordagens responsivas ao gênero não significa defender a existência de um modelo único de mulher encarcerada. Ao contrário, pressupõe reconhecer que as necessidades observadas em contexto prisional decorrem de processos sociais, econômicos e culturais diversos, razão pela qual as respostas institucionais também devem ser capazes de contemplar a heterogeneidade da população feminina. Embora a abordagem responsiva ao gênero represente um importante avanço na execução penal, parte da literatura tem ressaltado

que o gênero, isoladamente, não é suficiente para compreender a experiência prisional feminina. Outros marcadores sociais, como nacionalidade, etnia, raça e condição migratória, também influenciam a forma como o encarceramento é vivido, exigindo perspectivas interseccionais que serão discutidas em capítulo próprio (Bilge & Collins, 2020; Crenshaw, 1991).

Em síntese, a perspectiva da reclusão responsiva ao gênero representa, portanto, um importante referencial teórico para esta investigação, pois permite analisar o encarceramento feminino considerando as especificidades das trajetórias de vida e das vulnerabilidades que antecedem a prisão, sem perder de vista a diversidade existente entre as próprias mulheres em situação de privação de liberdade.

2. Trajetórias de vida e envolvimento feminino no tráfico de drogas

A compreensão da criminalidade feminina exige considerar que o envolvimento das mulheres em práticas ilícitas não ocorre de forma isolada ou desvinculada de suas experiências de vida. Estudos desenvolvidos nas últimas décadas têm demonstrado que fatores como desigualdades sociais, precariedade econômica, relações familiares e afetivas, experiências de violência, responsabilidades de cuidado e oportunidades limitadas podem influenciar os caminhos que conduzem determinadas mulheres ao contato com o sistema de justiça criminal (Belknap, 2015; Chesney-Lind & Pasko, 2013; Daly, 1992).

No caso das mulheres envolvidas no tráfico de drogas, essa perspectiva torna-se especialmente relevante. Mais do que analisar apenas o ato criminal que resultou na condenação, torna-se necessário compreender as trajetórias que antecedem esse envolvimento, os contextos sociais em que ele se desenvolve e os diferentes papéis desempenhados pelas mulheres no mercado ilícito de drogas. Essa abordagem permite ultrapassar explicações simplificadoras, reconhecendo que vulnerabilidade, agência, relações interpessoais e condições estruturais frequentemente se articulam na construção dessas experiências (Daly & Maher, 1996; Fleetwood, 2015).

Partindo dessa perspectiva, os tópicos seguintes discutem, inicialmente, as contribuições teóricas sobre trajetórias de vida e carreiras criminais, enfatizando uma leitura crítica das experiências femininas, e, em seguida, analisam o envolvimento das mulheres no tráfico de drogas, considerando motivações, vulnerabilidades, formas de participação e a relevância desse fenômeno no contexto internacional e português. A articulação entre esses dois eixos é fundamental para compreender o objeto desta investigação, centrado nas trajetórias de mulheres estrangeiras e de etnia cigana em situação de reclusão por crimes relacionados ao tráfico de drogas.

2.1. Trajetórias de vida: perspectivas teóricas e críticas

Os estudos contemporâneos sobre criminalidade têm progressivamente abandonado explicações centradas em fatores isolados ou em características individuais dos sujeitos para privilegiar abordagens que compreendem o comportamento criminal como resultado de processos desenvolvidos ao longo do curso de vida. Neste sentido, o envolvimento na criminalidade deixa de ser interpretado como consequência de uma única decisão ou de um evento específico, passando a ser entendido como produto da interação dinâmica entre experiências familiares, condições socioeconômicas, relações interpessoais, oportunidades, acontecimentos de transição e contextos sociais que se acumulam ao longo da vida (Farrington, 2003; Laub & Sampson, 1993;).

O conceito central dessa abordagem foi desenvolvido inicialmente por Elder (1974; 1998): a perspectiva do curso de vida (*life course*). Embora não tenha sido concebida especificamente no campo da criminologia, ela exerceu profunda influência sobre os estudos criminológicos ao propor que o desenvolvimento humano deve ser compreendido como resultado da interação contínua entre acontecimentos individuais, relações sociais e transformações históricas. Para Elder (1998), a trajetória de vida corresponde ao conjunto de experiências acumuladas ao longo do tempo, sendo marcada por transições e por eventos significativos capazes de alterar os rumos da vida dos indivíduos.

Diferentemente de modelos deterministas, a perspectiva do curso de vida compreende que as trajetórias não seguem percursos lineares ou previamente definidos. Ao contrário, são concebidas como processos abertos, produzidos na interação entre experiências individuais, relações sociais e condicionantes estruturais. No âmbito dessa perspectiva, trajetórias, transições e *turning points*[3] constituem categorias analíticas centrais para compreender como acontecimentos biográficos e mudanças de papel social influenciam os percursos individuais ao longo do tempo (Elder, 1998).

Paralelamente à referida abordagem, consolidou-se na criminologia o conceito de carreira criminal[4], utilizado para analisar padrões de envolvimento em atividades delituosas ao longo do tempo, considerando aspectos como idade de início, frequência, duração e desistência da prática criminal (Blumstein et al., 1986; Farrington, 2003). Essa abordagem complementa a

[3] Embora os *turning points* constituam um conceito importante nos estudos do curso de vida e das trajetórias desenvolvimentais, essa dissertação não se propõe a analisá-los de forma sistemática, concentrando-se nas trajetórias de vida e nas experiências narradas pelas participantes (Laub & Sampson 1993, 2003).

[4] O conceito de carreiras criminais é igualmente importante, sobretudo nos estudos de continuidade do comportamento delituoso. Entretanto, a presente dissertação não pretende mensurar ou classificar a criminalidade das participantes. O foco da investigação é qualitativo e centra-se na compreensão de suas trajetórias de vida e experiências narradas (Blumstein et al., 1986; Farrington, 2003).

perspectiva biográfica ao permitir compreender como diferentes experiências e contextos influenciam a continuidade ou a interrupção dos percursos criminais.

No diálogo entre a perspectiva do curso de vida, Laub e Sampson (1993) desenvolveram uma das teorias mais influentes da criminologia contemporânea. Os autores argumentam que a continuidade ou a interrupção das carreiras criminais depende da qualidade dos vínculos sociais estabelecidos ao longo da vida. A família, a escola, o trabalho e o casamento constituem importantes mecanismos de controle social informal, capazes de fortalecer o compromisso dos indivíduos com padrões convencionais de comportamento e reduzir o envolvimento em atividades criminosas. Em contrapartida, trajetórias marcadas por vínculos familiares frágeis, abandono escolar, desemprego persistente, instabilidade relacional ou exclusão social tendem a aumentar a probabilidade de continuidade da atividade criminal, não porque determinem inevitavelmente o comportamento delituoso, mas porque restringem oportunidades de integração social.

Apesar da relevância dessas contribuições, parte da literatura passou a questionar a pretensa universalidade das teorias clássicas do curso de vida e das carreiras criminais. As perspectivas feministas no âmbito da criminologia argumentam que esses modelos foram desenvolvidos predominantemente a partir de populações masculinas e, por esse motivo, tendem a subestimar a influência das desigualdades de gênero na construção dos percursos criminais. Autoras como Carlen (1983, 1988), Chesney-Lind (1989), Chesney-Lind e Pasko (1989; 2013) e Daly (1992) sustentam que as trajetórias femininas são profundamente influenciadas por relações de gênero, violência interpessoal, responsabilidades familiares, maternidade, pobreza e processos contínuos de exclusão social. Nessa mesma direção, Brennan et al. (2012), ao analisarem trajetórias de mulheres envolvidas em criminalidade séria e habitual, demonstraram que fatores responsivos ao gênero, como experiências de vitimização, relações abusivas, dificuldades econômicas, problemas de saúde mental e responsabilidades de cuidado, contribuem para a formação de percursos criminais distintos daqueles observados entre homens.

Nuytiens e Christiaens (2016) alertam para o risco de transformar a chamada *gendered pathways perspective* (perspectiva dos percursos de gênero) em uma explicação homogênea das trajetórias femininas, defendendo que os caminhos para o crime e para a prisão são múltiplos, contextualmente situados e atravessados por diferentes formas de desigualdade social. Consequentemente, a carreira criminal das mulheres não pode ser compreendida apenas pelos mesmos mecanismos utilizados para explicar a criminalidade masculina, exigindo modelos analíticos capazes de incorporar as especificidades de suas experiências de vida.

De outro lado, a aproximação entre a criminologia do curso de vida e as perspectivas feministas revela-se particularmente importante para pesquisas qualitativas que procuram compreender as experiências das mulheres a partir dos seus próprios relatos e interpretações sobre a trajetória vivida. Essa articulação permite analisar como diferentes acontecimentos, sejam eles, familiares, econômicos, relacionais ou institucionais, se conectam ao longo do tempo, produzindo trajetórias singulares que dificilmente podem ser reduzidas a fatores explicativos isolados. Nessa perspectiva, as trajetórias deixam de ser entendidas como simples sucessão cronológica de eventos e passam a ser compreendidas como construções sociais produzidas na interação entre experiências individuais, oportunidades disponíveis e condicionantes estruturais (Elder, 1998; Laub & Sampson, 1993; Matos, 2008).

No contexto português, Matos (2008) enfatiza a importância das abordagens biográficas para compreender como diferentes adversidades se articulam ao longo do curso de vida, produzindo percursos heterogêneos que escapam a explicações deterministas. Cunha (2002), a partir de investigações etnográficas no contexto prisional português, demonstra que pobreza, exclusão social, precariedade laboral e fragilidade das redes familiares não constituem apenas antecedentes do delito, mas continuam estruturando a experiência do encarceramento. Em diálogo com essas perspectivas, Duarte (2012) destaca que a análise das trajetórias femininas exige considerar simultaneamente desigualdades de gênero e outros marcadores sociais, como nacionalidade, posição socioeconômica e pertencimento étnico, evitando interpretações homogêneas sobre as mulheres privadas de liberdade.

Em conjunto, essas contribuições permitem compreender que o estudo das trajetórias de vida e das carreiras criminais ultrapassa a simples reconstrução cronológica de acontecimentos. Trata-se de uma perspectiva analítica que busca entender como eventos biográficos, relações sociais e desigualdades estruturais se articulam ao longo do tempo, influenciando tanto o ingresso quanto a permanência na atividade criminal.

2.2. Mulheres no tráfico de drogas: motivações, vulnerabilidades e percursos

A participação das mulheres no tráfico de drogas tem sido discutida pela literatura a partir da necessidade de compreender os percursos que antecedem a entrada nessa atividade. Mais do que analisar apenas o crime que resultou na condenação, diversos estudos têm procurado compreender as experiências sociais, econômicas e relacionais que marcam as trajetórias dessas mulheres (Belknap, 2015; Daly & Maher, 1996; Fleetwood, 2015).

Os estudos sobre mulheres no tráfico de drogas mostram que esse envolvimento frequentemente ocorre em contextos marcados por dificuldades econômicas, empregos

precários, responsabilidades familiares e maternais, e relações próximas com pessoas já inseridas em atividades ilícitas. Nesse sentido, a entrada no tráfico aparece muitas vezes relacionada a estratégias de sobrevivência ou à tentativa de responder a necessidades imediatas, embora essas circunstâncias não expliquem, por si só, a complexidade desses percursos (Daly & Maher, 1996; Fleetwood, 2015).

As dificuldades econômicas aparecem de forma recorrente nas pesquisas sobre o tema, mas a literatura tem alertado para o risco de reduzir o envolvimento feminino no tráfico a uma explicação simplista baseada apenas na pobreza. Estudos indicam que a vulnerabilidade econômica atua em articulação com responsabilidades de cuidado, inserção precária no mercado de trabalho e desigualdades persistentes de gênero que afetam as possibilidades concretas de autonomia financeira das mulheres (Belknap, 2015; Bloom & Covington, 2007). Em muitos casos, o problema não é apenas a ausência absoluta de renda, mas a combinação entre rendimentos insuficientes, trabalho informal, instabilidade ocupacional e a responsabilidade de garantir o sustento de filhos e/ou outros familiares.

Nesse contexto, o tráfico pode ser percebido como uma alternativa economicamente acessível e de retorno imediato quando comparado às oportunidades disponíveis em segmentos precários do mercado de trabalho. A literatura sugere que essa percepção deve ser compreendida à luz da feminização da pobreza e da sobrecarga associada ao trabalho de cuidado, fatores que limitam a capacidade de acesso a empregos estáveis e melhor remunerados (Bloom & Covington, 2007). Assim, o envolvimento com atividades relacionadas às drogas frequentemente emerge menos como uma escolha livre entre opções equivalentes e mais como uma decisão situada em contextos marcados por restrições estruturais, urgências materiais e responsabilidades familiares contínuas (Belknap, 2015).

Além das condições econômicas, as relações interpessoais ocupam um lugar importante na compreensão dessas trajetórias. Estudos mostram que muitas mulheres chegam ao tráfico por meio de parceiros, familiares ou redes de sociabilidade já envolvidas em atividades ilícitas, evidenciando que esse envolvimento frequentemente se desenvolve em contextos relacionais concretos, e não de forma isolada (Daly & Maher, 1996; Fleetwood, 2015). Essas relações podem envolver diferentes níveis de influência, dependência econômica, confiança, proteção ou coerção, o que exige uma análise cuidadosa das circunstâncias que marcam cada trajetória.

Essa dimensão relacional é particularmente importante porque desafia interpretações que concebem o envolvimento criminal como resultado exclusivo de decisões individuais isoladas. Em muitas trajetórias femininas, os vínculos afetivos e familiares funcionam simultaneamente como espaços de apoio, dependência, proteção e exposição ao risco. Parceiros

envolvidos em atividades ilícitas podem representar tanto uma fonte de sustento quanto um mecanismo de inserção em mercados ilegais, tornando difícil separar completamente relações afetivas de relações econômicas e criminais (Daly & Maher, 1996; Fleetwood, 2015).

Além disso, a literatura evidencia que influência relacional e coerção não constituem categorias mutuamente excludentes. Algumas mulheres relatam participação motivada por confiança, lealdade ou solidariedade familiar, enquanto outras descrevem situações marcadas por pressão emocional, dependência econômica, violência ou medo de ruptura dos vínculos afetivos. Entre esses extremos existe uma ampla zona intermediária de negociações e ambiguidades, o que reforça a necessidade de compreender cada trajetória em sua complexidade concreta, evitando classificações rígidas entre escolha voluntária e imposição externa (Fleetwood, 2015).

Ao mesmo tempo, é preciso ter atenção ao risco de interpretar esses percursos apenas pela ideia de vulnerabilidade. Parte da literatura feminista critica abordagens que apresentam mulheres envolvidas no tráfico exclusivamente como vítimas passivas das circunstâncias, pois essa leitura tende a apagar sua capacidade de ação e de elaboração de estratégias diante de contextos adversos (Miller, 1998). Reconhecer a existência de condicionantes estruturais não significa negar que essas mulheres avaliam riscos, identificam oportunidades, negociam relações e tomam decisões que consideram viáveis em determinado momento de suas vidas.

A contribuição de Miller (1998) é importante justamente por mostrar que vulnerabilidade e agência podem coexistir. Uma mulher pode estar inserida em contextos de pobreza, violência ou dependência econômica e, ainda assim, exercer algum grau de escolha sobre suas ações, mesmo que essas escolhas ocorram dentro de um conjunto limitado de alternativas. Essa perspectiva permite evitar tanto interpretações deterministas, que atribuem o envolvimento criminal exclusivamente às desigualdades sociais, quanto leituras individualizantes que ignoram os constrangimentos estruturais presentes nessas trajetórias.

Compreender essas trajetórias exige reconhecer que o mercado de drogas não constitui um espaço homogêneo. As formas de participação feminina variam de acordo com os recursos disponíveis, as redes de sociabilidade, o grau de autonomia econômica e as posições ocupadas nas estruturas ilícitas, o que torna insuficiente qualquer tentativa de explicar o envolvimento das mulheres no tráfico a partir de um único modelo de inserção criminal.

Os estudos também se referem aos diferentes papéis desempenhados pelas mulheres no mercado de drogas. Embora a figura do “correio”, associada ao transporte de drogas, seja uma das representações mais comuns da participação feminina, as mulheres podem ocupar diferentes posições, incluindo venda, armazenamento e outras atividades relacionadas ao

funcionamento dessas redes (Fleetwood, 2015). As chamadas “mulas” exercem principalmente funções de transporte e circulação de substâncias ilícitas entre diferentes territórios, atuando como elementos de ligação entre etapas distintas da cadeia de distribuição. Pesquisas recentes indicam que essas funções se caracterizam, em geral, pelo baixo poder de decisão sobre a organização da atividade e pela elevada exposição à fiscalização em aeroportos, fronteiras e outros pontos de circulação nacional e internacional, evidenciando uma posição periférica nas estruturas de comando do mercado ilícito (Fleetwood, 2015, 2022; Mnguni, 2022).

Esse fenômeno dos “correios de droga” passou a ocupar posição central nas discussões internacionais sobre o encarceramento, em especial o feminino. Embora as mulheres representem uma parcela minoritária da população prisional mundial, os crimes relacionados ao tráfico de drogas possuem um peso expressivo entre as mulheres privadas de liberdade. Dados compilados pela United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) indicam que, entre 2010 e 2014, cerca de 35% das mulheres presas no mundo estavam encarceradas por crimes relacionados a drogas, enquanto entre os homens, essa proporção era de 19% (UNODC, 2018). Ainda que não exista uma estimativa global recente que permita atualizar esse percentual, relatórios internacionais posteriores continuam apontando o impacto das políticas de drogas sobre o encarceramento feminino, especialmente entre mulheres inseridas em funções de menor hierarquia nas redes de tráfico (UNODC, 2021).

No contexto português, os dados da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais também evidenciam a relevância dos crimes relacionados a estupefacientes entre as mulheres privadas de liberdade (DGRSP, 2025)[5]. Em conjunto, os dados internacionais e nacionais sugerem que o encarceramento feminino associado ao tráfico de drogas deve ser compreendido à luz de desigualdades sociais persistentes, da precariedade econômica e das transformações observadas nos mercados ilícitos contemporâneos, marcados pela crescente articulação entre mobilidade, migração e circulação transnacional de drogas (DGRSP, 2025; UNODC, 2018, 2021).

Ao mesmo tempo, as trajetórias das mulheres envolvidas nessas atividades revelam-se profundamente heterogêneas, exigindo uma análise capaz de considerar como nacionalidade, pertencimento étnico, posição socioeconômica e outras dimensões sociais influenciam tanto os percursos de vida quanto os processos de criminalização, discussão que será a base do capítulo seguinte a partir da perspectiva interseccional.

[5] Os dados da DGRSP serão profundamente abordados na seção 3.2. da presente dissertação.

3. Interseccionalidade nas trajetórias de mulheres estrangeiras e de etnia cigana

A compreensão das trajetórias de mulheres envolvidas no tráfico de drogas exige considerar que gênero não atua de forma isolada na produção das experiências sociais e dos processos de criminalização. Nacionalidade, processos de racialização, pertencimento étnico, classe social, experiências migratórias e outras formas de desigualdade articulam-se de maneiras distintas, produzindo experiências diferenciadas de exclusão social, estigmatização e contato com o sistema de justiça criminal. Nesse contexto, a perspectiva interseccional oferece uma importante ferramenta analítica para compreender como diferentes marcadores sociais se articulam na construção das trajetórias de mulheres estrangeiras e mulheres de etnia cigana.

O conceito de interseccionalidade foi desenvolvido por Crenshaw (1989, 1991) a partir da crítica às abordagens feministas e jurídicas que analisavam gênero, raça e classe de forma isolada, argumentando que mulheres pertencentes a grupos racializados vivenciam formas específicas de discriminação que não podem ser explicadas por apenas um desses marcadores. As contribuições de Davis (2016, 2018) ampliaram esse debate ao evidenciar que esses marcadores sociais estão profundamente relacionados às formas de controle social e ao funcionamento do sistema penal. Akotirene (2019) chama atenção para o risco de utilizar a interseccionalidade apenas como enumeração de construtos sociais, defendendo que gênero, raça, classe, território, nacionalidade e outras dimensões devem ser compreendidos em sua articulação concreta e contextualizada.

No âmbito desta investigação, a perspectiva interseccional[6] permite compreender como nacionalidade, pertencimento étnico, posição socioeconômica e experiências migratórias influenciam os percursos de mulheres em situação de reclusão por crimes relacionados ao tráfico de drogas. A partir dessa abordagem, os tópicos seguintes discutem, inicialmente, a interseccionalidade como perspectiva analítica e, em seguida, as especificidades das trajetórias de mulheres estrangeiras e de etnia cigana no contexto da criminalização, das vulnerabilidades sociais e das desigualdades estruturais.

3.1. A interseccionalidade como perspectiva analítica

A perspectiva interseccional surgiu como uma crítica às abordagens que analisavam gênero, raça e classe de forma separada, produzindo interpretações incapazes de explicar experiências situadas na interseção entre diferentes relações de poder. Ao formular o conceito,

[6] Ao adotar a perspectiva interseccional, essa investigação afasta-se da ideia de uma criminologia feminista única e homogênea, reconhecendo a existência de diferentes paradigmas feministas no campo criminológico, cujas contribuições permitem analisar de forma mais crítica e plural as relações entre gênero, nacionalidade, etnia, classe social e sistema penal.

Crenshaw (1989, 1991) demonstrou que determinadas formas de discriminação não podem ser compreendidas adequadamente quando os marcadores sociais são tratados como categorias independentes. Quando gênero e raça são analisados separadamente, experiências situadas na intersecção entre essas categorias tendem a tornar-se invisíveis, dificultando a compreensão de formas específicas de subordinação produzidas pela interação entre diferentes estruturas de poder. Embora a formulação da autora tenha emergido a partir da experiência de mulheres negras nos Estados Unidos, o conceito passou a ser amplamente utilizado para compreender como múltiplos marcadores sociais se articulam em diferentes contextos históricos e culturais, permitindo identificar desigualdades que dificilmente seriam percebidas por abordagens unidimensionais.

A interseccionalidade também desloca o foco analítico de categorias abstratas para experiências concretas e situadas. Em vez de perguntar apenas se gênero, raça ou classe influenciam determinados fenômenos sociais, essa abordagem procura compreender como essas dimensões se articulam em contextos específicos, produzindo formas particulares de vulnerabilidade, privilégio, resistência e acesso desigual a direitos e recursos sociais (Collins, 2000; Crenshaw, 1991). Essa preocupação com a dimensão contextual revela-se especialmente importante para pesquisas qualitativas centradas em narrativas biográficas, nas quais as desigualdades aparecem incorporadas às experiências cotidianas dos sujeitos e devem ser compreendidas de forma relacional e situada (Akotirene, 2019).

Essa abordagem é particularmente relevante para o estudo das trajetórias femininas no sistema penal, pois permite compreender que experiências de pobreza, migração, discriminação étnica e inserção precária no mercado de trabalho não atuam como fatores isolados, mas como dimensões que se reforçam mutuamente na produção de oportunidades desiguais e de diferentes formas de exposição ao controle social. Mais do que um modelo classificatório, a interseccionalidade propõe uma mudança no modo de compreender as desigualdades sociais. Em vez de buscar um único fator explicativo para situações de exclusão, essa perspectiva procura analisar como diferentes posições sociais condicionam o acesso a recursos, oportunidades, proteção institucional e reconhecimento social (Burgess-Proctor, 2006; Crenshaw, 1991).

Outro aspecto relevante refere-se ao fato de que a interseccionalidade não se limita à identificação de grupos vulneráveis, mas permite examinar como determinadas instituições produzem respostas diferenciadas para sujeitos posicionados em diferentes lugares sociais. No campo penal, isso significa reconhecer que práticas de vigilância, suspeição, policiamento, julgamento e punição podem ser atravessadas por representações associadas à nacionalidade, à

raça, à etnia, à classe social e ao gênero, influenciando tanto a probabilidade de contato com o sistema de justiça quanto as experiências vividas no interior das instituições penais (Burgess-Proctor, 2006; Davis, 2016; Gueta, 2020).

Os argumentos de Davis (2016, 2018) ampliam essa discussão ao relacionar as desigualdades de gênero, raça e classe às formas de controle social e ao funcionamento do sistema penal. Para a autora, o encarceramento não pode ser compreendido apenas como resposta individual ao delito, mas também como expressão de desigualdades estruturais que condicionam determinados grupos sociais a experiências mais intensas de vigilância, punição e exclusão.

A potência analítica da interseccionalidade reside justamente na capacidade de revelar como as relações históricas de poder, colonialidade, racismo, sexismo e desigualdade econômica estruturam as experiências dos sujeitos. Trata-se, portanto, de uma ferramenta crítica voltada à compreensão de como diferentes formas de subordinação se produzem mutuamente e assumem configurações específicas em cada contexto social (Akotirene, 2019).

Para essa investigação, a contribuição central da perspectiva interseccional está em oferecer uma leitura menos homogênea das trajetórias de mulheres estrangeiras e de etnia cigana privadas de liberdade por crimes relacionados ao tráfico de drogas.

3.2. Mulheres estrangeiras e mulheres de etnia cigana: criminalização, vulnerabilidades e desigualdades

A aplicação da perspectiva interseccional ao estudo do encarceramento feminino exige considerar que mulheres estrangeiras e mulheres de etnia cigana ocupam posições sociais marcadas por formas específicas de desigualdade e exposição ao controle penal. Embora esses grupos não constituam categorias homogêneas, diferentes pesquisas têm demonstrado que nacionalidade, pertencimento étnico, classe social e gênero influenciam tanto as oportunidades disponíveis ao longo da vida quanto os processos de criminalização e contato com o sistema de justiça criminal (Cunha, 2002; Duarte, 2012).

Nesse sentido, a interseccionalidade permite deslocar a análise de explicações centradas apenas no delito para uma compreensão mais ampla das condições sociais, institucionais e históricas que atravessam as trajetórias dessas mulheres. O foco deixa de ser a busca por características individuais associadas ao crime e passa a incluir os mecanismos sociais que produzem oportunidades desiguais, formas diferenciadas de vigilância e respostas penais também diferenciadas.

Pesquisas recentes têm destacado que determinados grupos de mulheres podem estar mais expostos a processos de criminalização diferencial, nos quais, fatores relacionados à origem nacional, raça, etnia e posição socioeconômica influenciam padrões de vigilância, suspeição, policiamento e intervenção penal (Burgess-Proctor, 2006; Gueta, 2020). Essa abordagem não pressupõe que mulheres estrangeiras pratiquem mais crimes, mas chama atenção para o fato de que instituições penais operam a partir de representações sociais que podem ampliar a visibilidade e a vulnerabilidade de determinados grupos ao controle estatal.

Burgess-Proctor (2006) argumenta que a principal contribuição da criminologia interseccional está justamente em demonstrar que esses marcadores sociais não atuam separadamente, mas influenciam conjuntamente os processos de vigilância, suspeição e punição. Em sentido semelhante, Gueta (2020) mostra que trajetórias femininas marcadas por múltiplas desigualdades tendem a produzir experiências diferenciadas de contato com o sistema de justiça, tanto no momento da criminalização quanto nas relações estabelecidas com as instituições penais. Assim, a interseccionalidade contribui para compreender não apenas quem chega ao sistema penal, mas também como diferentes sujeitos são percebidos, monitorados e tratados pelas instituições de justiça.

No caso das mulheres estrangeiras, a literatura tem destacado que experiências migratórias podem estar associadas a condições de maior vulnerabilidade social, especialmente quando envolvem precariedade laboral, instabilidade documental, dependência econômica, barreiras linguísticas e dificuldades de acesso a redes de apoio e proteção institucional (Duarte, 2012; Fleetwood, 2015). Esses fatores não determinam o envolvimento em atividades ilícitas, mas podem restringir alternativas econômicas e aumentar a exposição a contextos de exploração e recrutamento para atividades relacionadas ao mercado de drogas.

Estudos sobre mobilidade e punição mostram ainda que a condição de estrangeiro pode influenciar formas de vigilância e intervenção estatal, sobretudo em contextos marcados por controles fronteiriços e políticas de segurança transnacionais (Bosworth & Kaufman, 2021). Cidadania, mobilidade e pertencimento nacional tornam-se, assim, dimensões relevantes não apenas para compreender os percursos anteriores ao encarceramento, mas também as formas pelas quais determinados grupos são percepcionados e controlados.

No contexto português, os dados da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP, 2025) reforçam a necessidade dessa discussão. As estatísticas de 2025 mostram que 205 das mulheres condenadas (31,6%) foram por crimes relativos a estupefacientes[7]. Essa

[7] Incluindo tráfico, tráfico de quantidades diminutas, de menor gravidade, tráfico para consumo e outras infrações relacionadas.

proporção foi mais elevada entre as mulheres estrangeiras: 71 (61,2%) em 116 mulheres estrangeiras, ou seja, os crimes relativos a estupefacientes apresentavam um peso relativo superior nas mulheres estrangeiras condenadas do que no nas mulheres não estrangeiras. Embora existam limitações nesse tipo de dado, ele constitui indicadores de uma realidade que pode configurar novos desafios ao sistema prisional e à reintegração destas mulheres no contexto social português.

À luz das análises de Cunha (2002), esses dados podem ser lidos como expressão de transformações mais amplas na relação entre mobilidade, economias ilícitas e encarceramento em Portugal. A autora demonstra que as mudanças ocorridas no mercado de drogas alteraram os perfis da população prisional e tornaram mais visíveis determinados grupos sociais no contexto penal, particularmente aqueles situados em posições marcadas por precariedade social e circulação transnacional. Reforça-se a necessidade de considerar como a nacionalidade e o gênero podem assumir um papel importante na compreensão das trajetórias que levam mulheres ao envolvimento com o tráfico.

Os estudos de Gomes (2011) sobre reclusos provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), do Leste Europeu e de etnia cigana evidenciam que a experiência prisional de grupos estrangeiros e étnicos é atravessada por questões relacionadas à cidadania, pertença social, estigmatização e acesso desigual a recursos institucionais. A autora mostra que nacionalidade, origem migratória e pertença étnica influenciam não apenas os percursos que antecedem o encarceramento, mas também as expectativas institucionais, as relações estabelecidas no contexto prisional e os processos de categorização social produzidos pelas instituições penais portuguesas.

A literatura portuguesa também tem chamado atenção para a sobrerrepresentação de mulheres de etnia cigana no sistema prisional, especialmente em crimes relacionados ao tráfico de drogas. Estudos desenvolvidos por Gomes (2014, 2020) demonstram que, embora a população cigana represente uma pequena parcela da população portuguesa, sua presença nas prisões é significativamente superior ao esperado em termos proporcionais, evidenciando a articulação entre exclusão social, desigualdades estruturais e processos de criminalização.

No caso das mulheres ciganas, fatores como baixos níveis de escolaridade, inserção precária no mercado de trabalho, casamento precoce, forte centralidade das redes familiares e limitações no acesso a recursos sociais podem contribuir para trajetórias marcadas por maior vulnerabilidade social e exposição a economias ilícitas (Gomes, 2014). Contudo, a relevância desses fatores não pode ser compreendida de forma isolada. A literatura aponta que as experiências da população cigana em Portugal são atravessadas por processos históricos de

discriminação, segregação territorial e estigmatização social, que afetam oportunidades educacionais, laborais e formas de relação com instituições estatais, incluindo polícia, tribunais e sistema prisional (Gomes, 2014,). As análises de Duarte (2012) reforçam que mulheres pertencentes a grupos socialmente marginalizados tendem a experimentar formas específicas de estigmatização e criminalização, sendo frequentemente alvo de representações sociais associadas à pobreza, à desordem ou à suspeição criminal.

Granja (2017) chama atenção para o risco de associar grupos estrangeiros e grupos étnicos à criminalidade de forma homogênea. A autora demonstra que exclusão social, precariedade econômica, acesso desigual a recursos institucionais e representações sociais estigmatizantes influenciam significativamente os percursos que conduzem determinados grupos ao contato com o sistema de justiça criminal, reforçando a necessidade de análises sensíveis às desigualdades estruturais que atravessam essas trajetórias.

A aproximação entre as trajetórias de mulheres estrangeiras e de mulheres de etnia cigana não implica equiparar suas experiências, mas reconhecer que ambos os grupos podem estar expostos à articulação entre desigualdades de gênero, exclusão socioeconômica e processos diferenciados de criminalização. No caso das estrangeiras, ganham centralidade as experiências migratórias, a mobilidade transnacional e as formas de controle associadas à condição de estrangeiro; no caso das mulheres ciganas, destacam-se os efeitos persistentes da discriminação étnica, da exclusão social histórica e das relações frequentemente tensas com instituições estatais.

A perspectiva interseccional oferece, assim, uma base teórica para analisar como diferentes relações de poder atravessam os percursos de vida das participantes, influenciando oportunidades disponíveis, experiências de exclusão, processos de estigmatização e formas de contato com o sistema de justiça criminal.

CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO

Este capítulo descreve o estudo empírico, fundamentado nos referenciais teóricos apresentados no Capítulo anterior. Nele são descritas as opções metodológicas adotadas, os procedimentos de produção e análise dos dados, bem como a caracterização das participantes para que depois possam ser apresentados e discutidos os principais resultados da investigação, respectivamente, nos Capítulos III e IV.

1. Objetivos e questões de investigação

O presente estudo teve como objetivo analisar, a partir das suas próprias narrativas, as trajetórias de vida de mulheres estrangeiras falantes de português e de mulheres de etnia cigana em situação de reclusão pelo cometimento de crimes relacionados ao tráfico de drogas, procurando compreender, os acontecimentos, os contextos e as motivações que marcaram os seus percursos antes e durante a reclusão.

Partindo da evidência discutida na revisão da literatura, que tem realçado a importância de compreender os percursos criminais e de reclusão femininos à luz da acumulação de vulnerabilidades e de desigualdades sociais, econômicas, familiares, migratórias, étnicas e de gênero, o estudo procurou ainda analisar de que modo estas dimensões surgem nas narrativas das participantes e se articulam com as suas trajetórias de vida, com as circunstâncias associadas ao envolvimento no tráfico de drogas e com a experiência de reclusão. Com base neste objetivo foram definidas as seguintes questões de investigação:

I. Quais histórias contam as participantes sobre as suas trajetórias de vida, os acontecimentos marcantes e os contextos sociais vivenciados antes e durante a reclusão?
II. Quais as principais motivações e acontecimentos de vida que, na perspectiva das participantes, contribuíram para o seu envolvimento no tráfico de drogas?
III. Quais, na perspectiva das participantes, os principais papéis desempenhados pelas mulheres no tráfico de drogas?
IV. Como é que as participantes percebem os papéis de gênero nas suas trajetórias de vida, no envolvimento no tráfico de drogas e na experiência de reclusão?
V. De que modo dimensões como gênero, nacionalidade, etnia, migração, raça e classe social surgem nas narrativas das participantes sobre as suas trajetórias de vida, o envolvimento no trágico de drogas e a experiência de reclusão?

2. Método:

Nessa sessão são apresentadas as opções metodológicas que orientaram o desenvolvimento da pesquisa. São descritos o desenho de investigação, a estratégia de constituição da amostra, instrumentos utilizados e os procedimentos de recolha e análise dos dados.

2.1. Desenho de investigação:

Para responder ao objetivo e às questões de investigação propostas, o presente estudo adotou um desenho qualitativo, concretizado na condução de entrevistas semiestruturadas a uma amostra de mulheres estrangeiras falantes de português e de mulheres de etnia cigana que estavam cumprindo pena pelo crime de tráfico de drogas. Esta opção mostrou-se adequada por permitir aceder, com maior profundidade, ao modo como as participantes interpretam os acontecimentos que marcaram os seus percursos, aos significados que atribuem ao envolvimento no tráfico e à forma como situam a experiência prisional nas suas histórias de vida.

2.2. Amostra:

A constituição da amostra recorreu a uma estratégia de amostragem não probabilística e intencional, adequada ao carácter qualitativo do estudo e à necessidade de incluir mulheres cujas experiências fossem relevantes para os objetivos e questões de investigação (Braun & Clarke, 2013; Flick, 2009). Foram definidos os seguintes critérios de inclusão: (i) estar em situação de reclusão preventiva ou condenada pelo cometimento de crime(s) relacionado(s) com tráfico de drogas; (ii) ser mulher estrangeira falante de língua portuguesa e/ou identificar-se como pertencente à etnia cigana; e (iii) aceitar participar voluntariamente no estudo, mediante consentimento informado.

O acesso à amostra envolveu vários procedimentos. Primeiro, o projeto foi submetido a Comissão de Ética da Universidade do Porto. Após parecer favorável, foi solicitado à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) o pedido de autorização para a condução do estudo em contexto prisional. Após emissão de Ofício favorável pela DGRSP, estabeleceu-se contato com as direções do Estabelecimento Prisional de Tires Feminino (Lisboa) e do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Setor Feminino (Porto), com vistas ao agendamento das visitas da investigadora para recolha de dados e o pedido de identificação de potenciais participantes que preenchessem os critérios definidos para o estudo.

No dia da visita, a investigadora entrou em contato individualmente com as mulheres previamente sinalizadas pela direção dos EP's, explicando-lhes os objetivos da investigação, os procedimentos de recolha de dados, a natureza voluntária da participação, a possibilidade de recusa ou desistência, bem como as garantias de confidencialidade e anonimato, procedendo-se a leitura do Consentimento Informado (Anexo III). Apenas foram incluídas na amostra as mulheres que aceitaram participar e assinaram a Declaração de Consentimento Informado (Anexo IV).

Embora não estivesse prevista inicialmente como estratégia de constituição da amostra, durante o processo de recolha de dados, algumas participantes indicaram espontaneamente outras mulheres que, segundo o seu conhecimento, também preenchiam os critérios de inclusão. Nestes casos, recorreu-se, complementarmente, a uma estratégia de *snowballing/friendship pyramiding* (Braun & Clarke, 2013) mantendo-se os mesmos critérios de inclusão e os mesmos procedimentos de informação e consentimento.

A amostra inicial foi composta por 33 participantes. Após a recolha dos dados e a análise da adequação das entrevistas aos critérios definidos para a investigação, cinco participantes foram excluídas da amostra final. Uma participante foi excluída por não autorizar a gravação da entrevista em formato de áudio, impossibilitando a sua posterior transcrição e análise. Outra participante, embora apresentasse nacionalidade moçambicana no seu registro, não foi considerada estrangeira para efeitos deste estudo, uma vez que se identificava como portuguesa por residir em Portugal desde a infância. Uma terceira participante de etnia cigana foi excluída devido à baixa qualidade da gravação, que impossibilitou a transcrição integral da entrevista. Por fim, duas participantes oriundas de países de língua espanhola (Peru e Espanha) foram excluídas devido às dificuldades de comunicação, transcrição e análise dos dados.

A recolha de dados terminou quando se considerou que a extensão e a diversidade do material empírico permitiam responder às questões de investigação propostas, seguindo, assim, os pressupostos da abordagem de Análise Temática Reflexiva adotada no estudo e não o critério de saturação dos dados (Braun & Clarke, 2021).

Após o processo de seleção e de exclusão descrito, a amostra final foi composta por 28 participantes. A caracterização da amostra é apresentada nas Tabelas 1 e 2, que sistematizam, respectivamente, as principais características sociodemográficas e pessoais das participantes e a sua situação jurídico-penal.

2.2.1. Caracterização da amostra:

A caracterização da amostra foi realizada a partir da aplicação de questionário sociodemográfico e jurídico-penal (Anexo I) e, quando necessário, complementada pela informação recolhida nas entrevistas.

As Tabelas 1 e 2 apresentam, respectivamente, a caracterização sociodemográfica e pessoal das participantes e a caracterização jurídico-penal da amostra. Foram consideradas variáveis como estabelecimento prisional, idade, nacionalidade, pertença à etnia cigana, autodeclaração racial/étnico-racial, estado civil, maternidade, escolaridade, percurso profissional, residência em Portugal antes da reclusão, experiência migratória, consumo de drogas, situação processual, tempo de reclusão, tempo de pena, antecedentes jurídico-penais e tipo de envolvimento no tráfico de drogas.

Tabela 1

Características sociodemográficas e pessoais das participantes (N = 28)

Variável	Categoria	M	DP	Min-Max	n	%
Idade	—	35,8	9,5	24–51	—	—
Número de filhos	—	2,3	1,6	0–5	—	—
Estabelecimento prisional	Tires	—	—	—	17	60,7
	Santa Cruz do Bispo	—	—	—	11	39,3
Nacionalidade	Brasileira	—	—	—	16	57,1
	Portuguesa	—	—	—	7	25,0
	Cabo-verdiana	—	—	—	2	7,1
	Cabo-verdiana/Portuguesa	—	—	—	1	3,6
	Angolana	—	—	—	1	3,6
	Espanhola	—	—	—	1	3,6
Pertença à etnia cigana	Cigana	—	—	—	8	28,6
	Não cigana	—	—	—	20	71,4
Autodeclaração racial/étnico-racial	Parda	—	—	—	10	35,7
	Branca	—	—	—	9	32,1
	Negra	—	—	—	4	14,3
	Outra	—	—	—	3	10,7
	Não informada	—	—	—	2	7,1
Estado civil	Solteira	—	—	—	19	67,9
	Casada/união de facto	—	—	—	7	25,0
	Divorciada	—	—	—	2	7,1
Gravidez	Sim	—	—	—	1	3,6
	Não	—	—	—	27	96,4

Variável	Categoria	M	DP	Min-Max	n	%
Filhos	Nenhum	—	—	—	4	14,3
	1–2 filhos	—	—	—	13	46,4
	3–4 filhos	—	—	—	8	28,6
	≥ 5 filhos	—	—	—	3	10,7
Escolaridade	Não possui ensino básico	—	—	—	4	14,3
	Ensino básico incompleto	—	—	—	6	21,4
	Ensino básico completo	—	—	—	6	21,4
	Ensino secundário incompleto	—	—	—	4	14,3
	Ensino secundário completo	—	—	—	5	17,9
	Ensino superior incompleto	—	—	—	3	10,7
Atividade profissional antes da reclusão	Sim	—	—	—	25	89,3
	Não	—	—	—	3	10,7
Residência em Portugal antes da reclusão	Sim	—	—	—	13	46,4
	Não	—	—	—	15	53,6
Experiência migratória em Portugal	Sim	—	—	—	6	21,4
	Não	—	—	—	22	78,6
Consumo de drogas	Sim	—	—	—	8	28,6
	Não	—	—	—	19	67,9
	Sem informação	—	—	—	1	3,6

Nota. M = média; DP = desvio-padrão.

A categoria "Outra", na variável autodeclaração racial/étnico-racial, corresponde às respostas "Pessoa", "Pra mim é igual" e "Morena". No que se refere à maternidade, duas participantes encontravam-se acompanhadas pelos seus filhos lactentes no estabelecimento prisional no momento da investigação. Além disso, uma participante estava reclusa juntamente com a sua filha adulta, sendo que ambas cumpriam pena pelo crime de tráfico de drogas. Uma participante que indicou possuir ensino secundário completo acrescido de curso técnico foi incluída na categoria "ensino secundário completo". Na variante consumo de drogas, foram incluídas na categoria "Sim" as participantes que relataram consumo atual ou anterior, independentemente da substância, da frequência ou do período de consumo.

Como é possível observar na Tabela 1, a amostra final incluiu 28 participantes reclusas no Estabelecimento Prisional de Tires (n = 17; 60,7%) e no Estabelecimento Prisional de Santa

Cruz do Bispo (n = 11; 39,3%). Com idades compreendidas entre os 24 e os 51 anos (M = 35,8; DP = 9,5), a maioria das participantes tinha nacionalidade estrangeira ou dupla nacionalidade (n = 21; 75,0%), predominando a nacionalidade brasileira (n = 16; 57,1%). Oito participantes identificavam-se como pertencentes à etnia cigana (28,6%).

Relativamente à caracterização pessoal e familiar, a maioria das participantes tinha filhos e 67,9% reportaram serem solteiras. Quanto ao nível de escolaridade, observou-se uma maior concentração nos níveis até ao ensino básico completo (n = 16; 57,1%), seguindo-se o ensino secundário incompleto ou completo (n = 9; 32,1%). A maioria referiu ter exercido atividade profissional antes da reclusão (n = 25; 89,3%). Treze participantes residiam em Portugal antes da reclusão (46,4%) e oito relataram consumo atual ou anterior de drogas (28,6%).

A Tabela 2 apresenta a caracterização jurídico-penal da amostra. A maioria das participantes encontrava-se a cumprir efetiva prisão (n = 19; 67,9). Entre as participantes condenadas com informação disponível, a duração da pena variou entre 28 e 120 meses (M = 63,0; DP = 18,2; Md = 60). O tempo de reclusão variou entre 1 e 42 meses (M = 16,0; DP = 11,7; Md = 14). Relativamente ao envolvimento no tráfico de drogas, o transporte foi o papel mais frequentemente referido (n = 18; 64,3%), seguido da venda (n = 8; 28,6%). Quanto ao histórico jurídico-penal, cinco participantes foram classificadas como reincidentes (17,9%). Durante a reclusão, 12 participantes exerciam atividade laboral no estabelecimento prisional (42,9%) e três frequentavam atividades educativas escolares (10,7%).

Tabela 2

Características jurídico-penais das participantes (N = 28)

Variável	Categoria	M	DP	Min-Max	n	%
Pena, meses	—	63,0	18,2	28–120	—	—
Tempo de reclusão (meses)	—	16,0	11,7	1–42	—	—
Situação processual	Prisão preventiva	—	—	—	9	32,1
	Condenada	—	—	—	19	67,9
Papel desempenhado no tráfico	Transporte	—	—	—	18	64,3
	Venda	—	—	—	8	28,6

Variável	Categoria	M	DP	Min-Max	n	%
	Armazenamento	—	—	—	1	3,6
	Preferiu não informar	—	—	—	1	3,6
Reincidência jurídico-penal	Sim	—	—	—	5	17,9
	Não	—	—	—	23	82,1
Trabalho no EP	Sim	—	—	—	12	42,9
	Não	—	—	—	16	57,1
Frequência escolar no EP	Sim	—	—	—	3	10,7
	Não	—	—	—	25	89,3

Nota. M = média; DP = desvio-padrão. Percentagens calculadas com base em N = 28.

As estatísticas relativas à pena foram calculadas apenas para as participantes condenadas com informação disponível (n = 19). Uma participante cumpria duas condenações por crime de tráfico de drogas, correspondentes a seis e quatro anos de prisão, totalizando dez anos de pena, valor considerado para efeitos descritivos. As estatísticas relativas ao tempo de reclusão foram calculadas com base em 27 participantes, uma vez que não existia informação disponível para uma participante.

2.3. Instrumentos:

A presente pesquisa recorreu, de forma complementar, dois instrumentos: um questionário sociodemográfico e jurídico-penal, e um guião de entrevista semiestruturado. O primeiro permitiu a caracterização das participantes enquanto que o segundo, a exploração das experiências e significados atribuídos pelas próprias mulheres às suas trajetórias de vida e ao envolvimento no tráfico de drogas.

2.3.1. Questionário sóciodemográfico e jurídico-penal:

O questionário sociodemográfico e jurídico penal, apresentado no Anexo I, foi aplicado no início da recolha de dados e integrou quatro dimensões. A primeira englobou informações relativas à identificação da investigação e ao registo da entrevista, incluindo o código atribuído à participante, a data, o horário de início e o local da realização da entrevista. A segunda dimensão contempla questões sociodemográficas, nomeadamente: idade, nacionalidade, etnia/raça com a qual a participante se identifica, estado civil, maternidade, grau de escolaridade

e residência anterior em Portugal. Na terceira dimensão foram questionadas as informações relacionadas com o percurso jurídico-penal das participantes: situação processual atual (prisão preventiva ou condenação), o histórico criminal anterior e o tempo de reclusão. Por fim, foram incluídas questões relativas ao percurso profissional, nomeadamente a atividade profissional exercida antes da situação de reclusão e a participação em atividades laborais no estabelecimento prisional.

Ao longo do processo de recolha de dados, verificou-se a necessidade de acrescentar duas questões complementares ao questionário previamente elaborado, relativas à participação em atividades educativas no estabelecimento prisional e ao tempo total de pena das participantes condenadas. Essas alterações decorreram da necessidade de incluir informações consideradas relevantes para a caracterização da amostra e foram incorporadas ao longo do desenvolvimento da investigação, considerando o caráter flexível da pesquisa qualitativa (Braun & Clarke, 2013; Flick, 2009).

2.3.2. Guião de entrevista:

As entrevistas foram conduzidas com base num guião semiestruturado, apresentado no Anexo II, construído a partir dos objetivos, das questões de investigação e da revisão da literatura. Embora existisse uma organização prévia dos temas a abordar, o guião não foi seguido de forma rígida, permitindo a adaptação da ordem das questões, o aprofundamento de tópicos relevantes e a introdução de questões complementares (*follow-up*) durante as entrevistas.

Antes do início das questões relacionadas aos temas da investigação, foram realizadas perguntas introdutórias *("ice-breakers"),* com o objetivo de estabelecer uma relação de confiança e favorecer um ambiente confortável para a realização da entrevista. Foram estabelecidas quatro dimensões no guião: (i) Trajetória de Vida; (ii) Crime; (iii) Questões sociais relativas ao gênero, raça e etnia e (iv) Expectativas futuras.

A dimensão da Trajetória de Vida teve como objetivo explorar os diferentes momentos e acontecimentos que marcaram as trajetórias de vida das participantes, desde a infância até a idade adulta, incluindo relações e interpessoais, percurso escolar, profissional e experiência de migração. Já a segunda dimensão, relativa ao Crime, centrou-se em explorar as circunstâncias associadas ao envolvimento no tráfico de drogas, as motivações relatadas pelas participantes, os sentimentos e significados atribuídos à prática criminal e as percepções sobre o papel desempenhado pelas mulheres neste contexto.

A dimensão de Questões Sociais relativas ao gênero, raça e etnia procurou explorar se e de que modo experiências de estigmatização, exclusão social, racismo, xenofobia ou desigualdades de gênero surgiam nas narrativas das participantes. A quarta dimensão relativa às Expectativas Futuras, incluiu questões sobre eventuais planos após a saída do estabelecimento prisional, incluindo regresso à atividade laboral ou educativa, a reintegração familiar e social e eventual retorno ao país de origem. Foram colocadas questões finais que permitiam à participante retomar algum tópico abordado, acrescentar informações consideradas relevantes e refletir sobre a sua história de vida.

2.4. Procedimento de recolha de dados:

Conforme descrito no tópico 2.2. o procedimento de recolha de dados compreendeu diversas fases: (i) submissão à Comissão de Ética da Universidade do Porto, (ii) pedido à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP); (iii) contato com as direções do Estabelecimento Prisional de Tires Feminino (Lisboa) e do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Setor Feminino (Porto) e (iv) contato com as potenciais participantes.

Nessa sseção, serão descritos os procedimentos específicos adotados na condução das entrevistas e aplicação do questionário sociodemográfico e jurídico-penal.

Após a obtenção das autorizações éticas e institucionais e da identificação pelos EP's dos potenciais participantes, iniciou-se o contato individual com as mesmas. Neste, foram apresentados os objetivos do estudo, os procedimentos previstos e também foram esclarecidas dúvidas. Seguiu-se a descrição das salvaguardas éticas descritas no documento de consentimento informado: participação voluntária, possibilidade e desistência a qualquer momento sem qualquer consequência, confidencialidade e anonimato.

Procurou-se, na adoção destes procedimentos, seguir os princípios éticos aplicáveis à investigação com seres humanos (American Psychological Association APA, 2020; Flick, 2009) e as Regras de Bangkok, que destacam a necessidade de assegurar tratamento digno, respeito à autonomia e proteção dos direitos das mulheres privadas de liberdade (United Nations, 2011).

Após a assinatura da Declaração de Consentimento Informado (Anexo IV), em duas vias, uma para a pesquisadora e outra para a participante, foram aplicados o questionário sociodemográfico e jurídico-penal (Anexo I) e realizadas as entrevistas individuais com base no guião semiestruturado (Anexo II) previamente apresentado. As entrevistas foram conduzidas de forma flexível, não seguindo rigidamente a ordem inicialmente prevista no guião. Assim, algumas questões foram exploradas em diferentes momentos da entrevista, algumas foram

suprimidas quando as participantes já haviam abordado determinados temas espontaneamente e outras questões de *"follow-up"* foram introduzidas quando consideradas relevantes para aprofundar os relatos apresentados.

As entrevistas foram realizadas individualmente em salas reservadas disponibilizadas pelos estabelecimentos prisionais. Em Tires, a recolha de dados ocorreu em diferentes espaços do estabelecimento, incluindo o Pavilhão 1, o Pavilhão 2 e a Casa das Mães, enquanto que em Santa Cruz do Bispo foram realizadas entrevistas nas quatro alas femininas existentes. Os espaços utilizados eram salas destinadas habitualmente a atendimentos individuais, permitindo a realização das entrevistas sem a presença de terceiros.

As entrevistas tiveram duração variável de acordo com o relato e a disponibilidade de cada participante. No total, foram realizadas 28 entrevistas, correspondendo a aproximadamente 18 horas e 29 minutos de material gravado.

Quanto ao registro dos dados, as entrevistas foram gravadas em formato de áudio através de um aparelho gravador de voz, mediante autorização expressa das participantes. Após a recolha, os arquivos de áudio foram transferidos para o computador pessoal da investigadora, protegido por palavra-passe, e armazenados adicionalmente em dispositivo pendrive também protegido por palavra-passe. As entrevistas foram transcritas com auxílio de ferramentas digitais de transcrição, nomeadamente o software InqScribe 2.5.0.318 e, posteriormente, a ferramenta de inteligência artificial Descript, utilizada em parte das entrevistas após o término da licença do primeiro software. Independentemente da ferramenta utilizada na transcrição inicial, todos os textos foram integralmente revistos e corrigidos pela investigadora. Após esse processo de verificação, os arquivos resultantes das transcrições foram armazenados em dispositivos protegidos por palavra-passe.

Salienta-se que, de forma a garantir a confidencialidade e o anonimato das participantes, foram atribuídos códigos de identificação a cada entrevista, utilizando-se a designação "P" (participante), seguida de uma numeração sequencial (P01, P02, ..., P28). Esses códigos foram utilizados ao longo da análise e da apresentação dos resultados, permitindo a associação entre os excertos das entrevistas e as respetivas participantes sem possibilitar a sua identificação.

2.5. Procedimento de análise de dados:

O plano analítico seguiu a abordagem da Análise Temática Reflexiva (*Reflexive Thematic Analysis – RTA*), conforme proposta por Braun e Clarke (2006, 2013, 2019, 2021). Para a presente investigação, a RTA mostrou-se mais adequada por permitor compreender os elementos comuns que atravessavam as trajetórias das participantes sem perder de vista a

riqueza das histórias individuais, apresentadas ao longo do capítulo de resultados (Capítulo III) por meio dos excertos das entrevistas.

Embora a análise temática seja frequentemente apresentada em seis fases sucessivas, Braun e Clarke (2006, 2013, 2019, 2021) destacam que esse percurso não ocorre de forma linear. Ao contrário, trata-se de um processo reflexivo e contínuo, no qual a pesquisadora transita repetidamente entre os dados, os códigos e as interpretações, aprofundando progressivamente sua compreensão sobre o fenômeno investigado. Foi essa perspectiva que orientou a presente investigação.

O processo de análise teve início ainda durante a transcrição das entrevistas, que foram realizadas conforme descrito na seção anterior. A transcrição, mais do que uma etapa técnica, representa a primeira aproximação sistemática com o material, permitindo um contato mais profundo com cada narrativa de forma atenta e em busca de garantir a fidelidade dos relatos. Após a conclusão das transcrições, todas as entrevistas foram lidas integralmente antes do início da codificação. Durante essa leitura, foram registradas impressões, ideias e observações sobre aspectos que chamavam a atenção da pesquisadora e que, potencialmente, poderiam contribuir para responder às questões da investigação. Braun e Clarke (2013) denominam esse processo de *noticing*, isto é, o momento em que o pesquisador começa a notar elementos de interesse, sejam padrões, recorrências, contrastes e elementos significativos ainda durante a familiarização com os dados. Para as autoras, esse movimento está diretamente relacionado ao desenvolvimento da *analytic sensibility***,** ou seja, uma postura analítica construída gradualmente a partir da imersão nos dados e da interação contínua com as narrativas produzidas pelos participantes. Foi a partir desses princípios que a pesquisadora conduziu todas as etapas da análise.

Justamente a partir dessa etapa de familiarização que começou a ser elaborado um *codebook* inicial, entendido como um instrumento de organização e documentação do processo de codificação (Guest, et al., 2012). Esse primeiro conjunto de códigos foi construído com base nas dimensões previstas no guião de entrevista, nos objetivos da investigação e nas primeiras percepções desenvolvidas durante a leitura das entrevistas, correspondendo ao que Braun e Clarke (2013) denominam de *researcher-derived codes*. No entanto, esse *codebook* não foi concebido como uma estrutura fixa ou definitiva. Desde o início, o objetivo foi utilizá-lo como um ponto de partida para a análise, permanecendo aberto às modificações que surgissem ao longo do contato mais aprofundado com os dados. À medida que novas entrevistas eram lidas e codificadas, novos códigos passaram a emergir diretamente das narrativas das participantes, os chamados *data-derived codes* (Braun & Clarke, 2013), enquanto outros foram reformulados,

fundidos ou deixaram de ser considerados pertinentes, acompanhando o desenvolvimento progressivo da compreensão da pesquisadora sobre o material analisado.

A codificação foi realizada diretamente no software MAXQDA, adotando-se uma estratégia de codificação completa (*complete coding*)**,** procurando-se codificar todos os trechos considerados potencialmente relevantes para responder às questões de investigação, preservando a riqueza das narrativas e evitando restringir a análise apenas aos aspectos previamente previstos. Após a primeira codificação das 28 entrevistas, a pesquisadora retornou ao início do material empírico e realizou uma nova leitura das entrevistas iniciais, reaplicando, revisando e refinando os códigos construídos ao longo da análise. Esse movimento permitiu que todas as entrevistas fossem interpretadas à luz do sistema de códigos mais desenvolvido, garantindo maior consistência interna à análise e refletindo o caráter iterativo e reflexivo proposto por Braun e Clarke (2006, 2013, 2021).

Ao término da codificação, o material encontrava-se organizado em cinco grandes domínios analíticos, os respectivos códigos: (1) Trajetórias de Vida (37 subcódigos); (2) Crime/Drogas (20 subcódigos); (3) Experiência Prisional (18 subcódigos); (4) Expectativas futuras (4 subcódigos) e (5) Experiências de discriminação (2 subcódigos). O conjunto de códigos e subcódigos passou por um processo sucessivo de revisão, comparação e reorganização, buscando identificar nas narrativas, padrões de significado relevantes a responder às questões de investigação. Esse movimento resultou na construção de cinco temas analíticos e seus respectivos subtemas, os quais foram continuamente revistos, refinados e redefinidos até que cada tema apresentasse coerência interna e distinção em relação aos demais. Houve a preocupação de verificar se os temas representavam adequadamente as experiências narradas pelas participantes e se cada excerto codificado estava inserido no tema que melhor expressava o seu significado (Braun & Clarke, 2006, 2013, 2021). A estrutura temática final, composta pelos temas e respectivos subtemas, encontra-se sintetizada na Figura 1 (Anexo V), que apresenta o mapa temático construído ao final do processo analítico.

Assim, com a definição e nomeação dos temas, concluiu-se o percurso analítico correspondente às cinco primeiras fases da Análise Temática Reflexiva. A etapa seguinte consistiu na produção do relatório analítico (sexta fase), apresentada no capítulo Capítulo III – Resultados, no qual cada tema é desenvolvido e interpretado à luz dos objetivos da investigação e do referencial teórico adotado.

2.6. Considerações éticas e reflexividade:

A condução desta investigação esteve pautada pelos princípios éticos que orientam a pesquisa com seres humanos, especialmente aqueles relacionados ao respeito pela autonomia, à participação voluntária, ao consentimento informado, à confidencialidade das informações e à proteção da identidade das participantes, compreendendo a ética como um compromisso contínuo ao longo de todo o processo investigativo (American Psychological Association [APA], 2020; Leavy, 2017).

A investigação com mulheres em situação de reclusão exige especial atenção às relações de poder próprias do contexto prisional (Flick, 2009; Leavy, 2017). Mais do que atender às exigências institucionais, tornou-se necessário construir uma postura ética contínua, orientada pelo respeito às participantes, pela sensibilidade diante de suas trajetórias de vida e pelo reconhecimento das relações de poder presentes no contexto prisional (Cunha, 2002; Matos 2008). Desenvolver uma investigação nesse ambiente, exige reconhecer que a condição de reclusão produz vulnerabilidades específicas que podem influenciar a decisão de participar da pesquisa, a forma como as experiências são narradas e a própria relação estabelecida entre pesquisadora e participante (Flick, 2009; Duarte 2012). Por essa razão, procurou-se assegurar que todas as entrevistas ocorressem em ambiente reservado, respeitando o tempo, os limites e a disponibilidade de cada participante, bem como seu direito de interromper a entrevista ou deixar de responder qualquer pergunta que lhe causasse desconforto.

As decisões tomadas ao longo da investigação, desde a construção do guião de entrevista até ao processo de análise e interpretação das narrativas, foram orientadas por uma postura de atenção crítica ao papel da investigadora na construção dos significados atribuídos às experiências relatadas (Braun & Clarke, 2013; Flick, 2009). Nesse sentido, procurou-se assegurar que a análise permanecesse ancorada nas perspectivas das participantes, considerando os seus próprios relatos e interpretações sobre as suas trajetórias, sem desconsiderar o contexto social, institucional e relacional no qual essas experiências foram construídas.

Considerando as especificidades e vulnerabilidades do contexto prisional, procurou-se assegurar que a participação ocorresse de forma verdadeiramente voluntária e baseada no consentimento livre e informado. Considerando ainda que a privação de liberdade pode produzir relações assimétricas de poder (Cunha, 2002; Matos 2008), a investigadora esclareceu individualmente os objetivos da investigação e os procedimentos envolvidos, reforçando que a participação era inteiramente voluntária, que a participação, recusa ou eventual desistência não acarretaria qualquer benefício e/ou consequência para a situação prisional das participantes e

que todas as informações seriam tratadas de forma confidencial e anônima. Estas informações foram apresentadas através do Termo de Consentimento Informado (Anexo III), que foi lido e explicado pela investigadora antes da assinatura pelas participantes. Algumas mulheres previamente identificadas pelos estabelecimentos prisionais optaram por não participar do estudo, demonstrando que a decisão de participar permaneceu sob a autonomia de cada potencial participante.

As decisões tomadas ao longo da investigação, desde a construção do guião de entrevista até ao processo de análise e interpretação das narrativas, foram orientadas por uma postura de atenção crítica ao papel da investigadora na construção dos significados atribuídos às experiências relatadas (Braun & Clarke, 2013; Flick, 2009). Nesse sentido, procurou-se assegurar que a análise permanecesse ancorada nas perspectivas das participantes, considerando os seus próprios relatos e interpretações sobre as suas trajetórias, sem desconsiderar o contexto social, institucional e relacional no qual essas experiências foram construídas.

O exercício de reflexividade acompanhou todas as etapas da investigação e foi apoiado pela elaboração de um diário de pesquisa. Nele foram registradas observações do trabalho de campo, primeiras impressões sobre as entrevistas (*noticing*), memos analíticos, dúvidas e decisões tomadas ao longo da codificação e da interpretação dos dados. Esses registros auxiliaram a pesquisadora a acompanhar o desenvolvimento de suas interpretações e a refletir continuamente sobre suas escolhas analíticas. O diário também reuniu observações que não estavam presentes nas transcrições, mas que contribuíram para compreender o contexto em que as entrevistas foram realizadas. Foram registradas notas sobre o ambiente prisional, a dinâmica da recolha de dados e as diferenças percebidas entre os estabelecimentos prisionais. Embora essas anotações não tenham sido tratadas como dados de análise, contribuíram para contextualizar as narrativas das participantes e fortalecer o exercício reflexivo ao longo da investigação.

Em Tires, observou-se um maior número de interrupções durante as entrevistas (sete das nove interrupções registradas ocorreram nesse estabelecimento), além de um maior número de desistências por parte de potenciais participantes e de entrevistas, no geral, mais breves. Em Santa Cruz do Bispo, por outro lado, as entrevistas decorreram com menos interrupções e possibilitaram aceder a narrativas mais extensas e aprofundadas. Essas diferenças devem ser consideradas na interpretação dos dados, reconhecendo-se que o contexto institucional também influencia a produção das narrativas e a análise subsequente dos dados.

As notas de campo também registraram situações em que a pesquisadora reconheceu dificuldades na condução das entrevistas, especialmente no início do trabalho de campo. Em alguns casos, percebeu-se que determinadas participantes demonstravam desconforto ou preocupação durante a entrevista, exigindo adaptações na condução das perguntas e maior sensibilidade na construção da relação de confiança. Ilustra-se pela nota de campo relativa a participante (P05): *"Foi uma entrevista que considerei muito difícil de conduzir. A participante estava falando extremamente baixo, não desenvolvia muito as respostas e ficava a todo tempo olhando para a porta como se tivesse a espera de alguém entrar. Senti que ela estava sem foco naquele momento e com vontade que passasse logo, não senti que ela estava confortável e consequentemente também não fiquei."*

Essas situações reforçaram a compreensão de que a produção dos dados em contexto prisional está sujeita a fatores que extrapolam o planejamento da investigação e exigem da pesquisadora uma postura ética, flexível e reflexiva. Nesse sentido, o diário de pesquisa desempenhou um papel importante ao possibilitar o registro dessas circunstâncias e favorecer uma interpretação dos dados que considerasse não apenas o conteúdo das narrativas, mas também o contexto em que elas foram produzidas.

CAPÍTULO III – RESULTADOS

Esse capítulo apresenta os resultados da investigação, extraídos através da Análise Temática Reflexiva realizada com base nas entrevistas. Os resultados obtidos através da análise foram organizados em cinco temas: (1) Trajetórias de vida marcadas pela acumulação de vulnerabilidades; (2) O envolvimento feminino no tráfico de drogas: percursos, motivações e experiências; (3) Vivências do encarceramento; (4) Ressignificando o passado e construindo o futuro; e (5) Identidade, estigma e resistência: quando a diferença pesa. Este último tema, além de responder diretamente a uma das questões de investigação, foi compreendido como um eixo transversal de interpretação, orientado pela perspectiva interseccional adotada neste estudo.

1. Trajetórias de vida atravessadas pela acumulação de vulnerabilidades

As trajetórias de vida narradas pelas participantes revelam percursos marcados pela presença e pela acumulação de diferentes vulnerabilidades ao longo do tempo. Em vez de constituírem acontecimentos isolados, essas experiências recobrem várias áreas e contextos de vida, como as condições socioeconômicas, as relações familiares, os contextos de socialização e outros marcadores sociais que atravessaram suas histórias ao longo do tempo. Esse tema reúne os elementos que antecedem o envolvimento das participantes com o tráfico de drogas, buscando compreender como essas experiências se inscrevem em suas trajetórias, sem estabelecer relações causais ou determinísticas, mas reconhecendo a complexidade dos percursos narrados.

Vulnerabilidades socioeconômicas e restrição de oportunidades

As vulnerabilidades socioeconômicas das participantes estiveram presentes desde fases muito precoces da vida e acompanharam grande parte de seus percursos. Os relatos não se limitaram à falta de recursos financeiros, mas revelaram condições de vida marcadas por um contexto de restrição de oportunidades devido a situações como instabilidade econômica, condições habitacionais precárias, dificuldades de acesso ao trabalho e interrupções na escolarização.

Ao longo das entrevistas, tornou-se evidente que muitas das decisões relatadas não eram apresentadas como escolhas feitas entre diferentes possibilidades, mas sim como respostas às dificuldades concretas enfrentadas no dia-a-dia. Nesses relatos, a vulnerabilidade econômica aparece como uma condição permanente da vida cotidiana e não como um episódio transitório, restringindo continuamente as possibilidades de ação das participantes.

P02: Não tínhamos água, não tínhamos luz, tínhamos que andar a pedir aos vizinhos, depois foi lá um senhor que ajudou a gente e que pediu a Câmara e ao Presidente pra porem água para a gente e aí eles puseram água. Luz nunca puseram. Nunca. Vivíamos num acampamento de ciganos.

Uma participante relata uma situação mais extrema, em que desde muito jovem, para conseguir sobreviver, recorreu à atividade sexual como fonte de renda. *P16: Não, eu já tinha uns 15* (anos)*, é... E também foi tipo quando eu comecei a morar na rua, daí pra não dormir na rua, eu dormia dentro da rodoviária sentada, quando os guardas me mandavam embora, me atropelavam, que eles sabiam que eu era moradora de rua, então eu comecei a fazer programa* (sexual) *na rua pra poder pagar hotel e comer, ter aonde dormir, tomar banho e se alimentar.*

Na maioria dos casos, a realidade não se configurava na ideia de buscar melhores oportunidades, mas sim num cotidiano em que a prioridade era atender às necessidades mais básicas da vida. Essa lógica de sobrevivência imediata atravessa diferentes trajetórias e ajuda a compreender por que projetos de longo prazo, como concluir os estudos ou construir uma carreira profissional, foram frequentemente adiados, interrompidos ou abandonados pela necessidade de resolver demandas urgentes do presente.

As dificuldades financeiras também repercutiram diretamente na trajetória escolar de muitas participantes. A continuidade dos estudos foi muitas vezes interrompida pela necessidade de contribuir para a renda familiar ou cuidar dos filhos, especialmente em contextos de maior instabilidade financeira e de gravidez precoce. Os estudos ocuparam, para a maioria dessas mulheres, uma posição secundária e são descritos como um projeto constantemente adiado.

P01: Aí eu passei um tempo e foi ficando mais difícil, minha mãe tinha que ir trabalhar e não tinha ninguém pra ficar com o meu filho e foi que eu parei (...) eu digo que eu parei só no primeiro (primeiro ano do Ensino Médio)

P14: Deixei de estudar aos 16 anos porque minha mãe ela não queria que estudasse porque ela precisava de ajuda economicamente pra pra casa, e eu comecei aos 16 anos a costurar.

P11: Já, ai eu comecei a faculdade, fui fazendo a faculdade, chegou a pandemia tive que trancar a faculdade porque eu não tinha como fazer anatomia humana pelo computador então peguei e tranquei a faculdade, também tive corte no salário, não tinha como pagar a faculdade então eu saí da faculdade e passei só a trabalhar, eu ficava trabalhando em casa de Home office.

Outro aspecto recorrente nas trajetórias refere-se à inserção precoce e à instabilidade no mercado de trabalho, com ocupações marcadas pela informalidade e baixa remuneração. Períodos de desemprego, perda de renda durante a pandemia da COVID-19 e dificuldades para manter vínculos empregatícios apareceram de forma recorrente nas narrativas. Em vez de representar um caminho para melhorar as condições de vida, o trabalho foi quase sempre descrito como uma estratégia para atender às necessidades imediatas de sobrevivência e sustento, e não como forma de garantir a estabilidade ou catalisar mudanças a longo-prazo. O excerto que é apresentado de seguida ilustra a forma como o trabalho, embora existente, não foi necessariamente capaz de romper com ciclos de precariedade.

P21: Voltei novamente pra esta vez ao tráfico, porque eu trabalhava na vinha, mas chegou COVID, fechou tudo, eu apanhei o COVID, não tinha maneiras de me sustentar, voltei novamente ao tráfico por que não tinha outros motivos.

Algumas participantes relataram condições que restringiam ainda mais suas possibilidades de acesso à educação e ao trabalho. Entre as mulheres de etnia cigana, as normas de gênero presentes em suas comunidades e as dificuldades de inserção profissional apareceram como barreiras adicionais.

P21: Eu só fiz a quarta classe, naquela altura não nos deixavam fazer a escola. (E: Não deixavam, quem?) P21: Os ciganos, a etnia cigana. Deixavam-nos fazer até a quarta classe depois tiravam-nos, as mulheres, aos homens não.

P02: Porque nós da etnia cigana não sabemos ler. A minha filha sabe ler graças a Deus, mas eu não. Ninguém dá trabalho a gente, e há muita pessoa que tem preconceito com os ciganos e não dão. E a gente ninguém dá. Foi o meio mais fácil que a gente vimos.

As dificuldades de arranjar trabalho não se limitaram às mulheres de etnia cigana. Uma participante estrangeira, descreveu que, após iniciar seu processo de transição de gênero, passou a enfrentar sucessivas recusas em processos seletivos, situação que a levou a recorrer à prostituição como forma de garantir sua subsistência.

P28: (...) Portanto, eu precisava de dinheiro desesperadamente. O mercado de trabalho fechou-se pra mim, a partir do momento em que eu, hã, comecei a minha, a minha transição (de gênero). *O mercado de trabalho fechou-se, pelo menos as portas. As portas aonde eu fui bater a pedir emprego, porque eu tive essa coragem e fui, e tive essa garra, sempre foram sempre fechadas. Portanto, eu tava mesmo desesperada. Eu saí da minha mãe com várias, com várias entrevistas de emprego já feitas e negadas, entende? Então tava mesmo desesperada. Abordaram-me na hora certa, na hora certa, foi mesmo na hora em que eu tava mais... Eu*

falei: "Vou. Olha, eu vou" (referindo-se a começar a se prostituir). *E fui. E fui e, e pronto. E aí foi a roleta russa da minha vida.*

Em conjunto, esses relatos evidenciam a articulação entre vulnerabilidades socioeconômicas e elementos como o gênero (incluindo a identidade) e a etnia, surgem na perspectiva das participantes, como formas específicas de exclusão. Mais do que fatores independentes, esses marcadores aparecem nas narrativas produzindo formas específicas de exclusão, nas quais as dificuldades econômicas são intensificadas por experiências de discriminação e desigualdade no acesso à educação e ao trabalho.

As condições habitacionais e a área de residência também apareceram de forma recorrente nas narrativas como parte das vulnerabilidades vivenciadas ao longo das trajetórias. Mais do que o espaço físico onde viviam, esses territórios configuravam contextos sociais que influenciavam as oportunidades e recursos disponíveis, as formas de socialização a exposição a comportamentos desviantes.

O tráfico de drogas é descrito, principalmente pelas participantes brasileiras, como parte do cotidiano e da dinâmica das favelas:*"eu fui morar num condomínio onde a população invadiu, que a Caixa* (Caixa Econômica Federal – instituição financeira brasileira) *tinha abandonado. (...) Ali quem comandava era o traficante, o Comando Vermelho né* (facção criminosa brasileira). *Então a gente passou, conversou e botaram a gente num apartamento. Com um tempo, mataram o chefe de lá né, do Comando Vermelho, os polícia chegaram e mataram. O advogado que tava no nosso caso, no caso da população, abandonou a gente e a polícia foi e tirou todo mundo, né a gente teve que sair." (P01)*

Já no contexto português, as participantes evidenciam a formação de gangues em bairros sociais, como diz a P09: "*Não, era um bairro um pouquinho perigoso porque… quando era criança não, mas na minha adolescência, por volta de 14, 15 anos, começaram a formar gangues, os rapazes, e era tiros, tiroteios na zona, era brigas e por exemplo, um rapaz de outra zona não podia ir pra minha zona porque se não era confusão (...)"*

A exposição a esse contexto contexto não implicava, necessariamente, o envolvimento com atividades ilícitas, sendo antes descrito como um elemento que fez parte das suas condições de vida e não como um fator determinante de suas trajetórias, como ilustra a participante P20: *"Porque eu fui criada em um bairro que tinha droga, que tinha tráfico, que tinha bandidagem e tinha tudo isso e eu nunca me misturei. Eu nunca, tipo, consumi nenhum tipo de droga, nunca me envolvi com nenhum tipo, vamos supor, desse gênero, tipo assim, é... misturar, eu falo assim, conviver com pessoas que usasse droga, qualquer coisa. Tive toda oport-- tive assim, entre aspas, tive tudo pra dar errado na minha vida, tudo. Se eu quisesse."* Esse aspecto é

particularmente relevante porque rompe com interpretações simplificadoras que associam automaticamente residir em territórios marcados pela criminalidade ao ingresso no tráfico de drogas.

De forma geral, as narrativas revelam que as vulnerabilidades socioeconômicas não constituíram episódios isolados, mas um contexto permanente que atravessou diferentes fases das trajetórias de vida. A instabilidade financeira, as condições habitacionais, a vivência em territórios marcados pela precariedade e, em alguns casos, pela presença cotidiana da criminalidade e/ou do tráfico de drogas, compuseram um cenário em que garantir renda, alimentação, moradia e cuidados familiares se tornava prioridade. Nesse contexto, decisões relacionadas aos estudos, à qualificação profissional e à construção de maior estabilidade eram frequentemente adiadas, interrompidas ou abandonadas diante de necessidades urgentes de sobrevivência. Em vez de representarem elementos isolados, essas experiências articulam-se ao longo das trajetórias e revelam como diferentes formas de vulnerabilidade restringiram oportunidades, moldando os percursos narrados pelas participantes muito antes do envolvimento com o tráfico de drogas.

Relações familiares, afetivas e contextos de socialização:

As relações familiares e afetivas e os diferentes contextos de socialização apareceram nas narrativas das participantes como elementos importantes para compreender as suas trajetórias de vida. Longe de exercerem um papel homogêneo, esses contextos são narrados com diferentes significados ao longo das histórias, funcionando, em alguns casos, como fontes de apoio e proteção e, em outros, como espaços marcados por conflitos, abandono, violência e rupturas. As narrativas evidenciaram diferentes formas de vivenciar as relações familiares e afetivas: enquanto algumas mulheres descreveram famílias marcadas por afeto, apoio e boas lembranças da infância (P18: "*Sim sempre foi bom, o relacionamento com meus pais sempre foi bom, sempre me dei bem com meus pais")*, outras relataram dificuldades relacionadas ao suporte familiar recebido ao longo da vida, como é o caso da P20, "*Morei temporariamente na casa da minha mãe (...) na época minha mãe até falou que, tipo, me aceitou, entre aspas, mas queria que eu tirasse minha filha, porque as palavras como diz ela, tinha saído de casa virgem e voltado, tipo, não virgem e com barriga, né".*

Um caso específico foi o de uma participante transexual, que relatou dificuldades na relação com a mãe após iniciar seu processo de transição de gênero, devido à falta de aceitação inicial da família. *P28: Portanto, eu tive uma adolescência muito complicada por causa disso. Nunca tive, é, uma abertura da parte da minha família onde eu me sentisse, hã, confiante pra*

poder dizer aquilo que se passava, porque já sabia que tinha atração por homens, mas não tinha a noção de que, hã, a transexualidade tava dentro de mim e tava já a dar os seus primeiros sinais. (...) Então essa falta de diálogo fez com que eu me afastasse da minha família, principalmente da minha mãe, entende? Eu sou filha única de mãe solteira, portanto, tem aí uma certa pressão naquilo que vai ser a construção desse filho ou dessa filha quando for grande.

Mais do que "classificar" as famílias como "funcionais" ou "disfuncionais", os relatos mostram que a relação familiar oscilou entre uma estabilidade e acolhimento e a rejeição, ausência de diálogo, dificuldades de aceitação e o sentimento de desproteção.

A maternidade, muitas vezes numa fase precoce da vida, também surgiu como dimensão central na vivência dessas experiências, mesmo que descritas de formas distintas pelas entrevistadas. Para algumas mulheres, a gravidez ocorreu ainda durante a adolescência, sendo acompanhada por mudanças rápidas nas suas trajetórias, como o casamento, a saída da casa dos pais ou a construção de uma vida conjugal em idade muito jovem.

P04: É eu fui mãe cedo, fui mãe com 12 anos (...) Ele tinha 29 anos. Aí foi me iludindo, conversando comigo, aí a primeira vez que eu fui ter relação com ele engravidei logo. (...) Aí com 16 anos eu arranjei um rapaz (outro)*, aí fui morar junto com ele, depois de um ano, dois anos, engravidei de um menino. Aí engravidei de um menino, vivemos bem e depois ele me traiu, me traiu, me deixou, me abandonou. Voltei de novo pra casa dos meus pais.*

Os relatos convergem na ideia de responsabilidade pelo cuidado e sustento dos filhos de forma exclusiva e sem rede de apoio, transformando essa experiência num momento de sobrecarga, insegurança e amplificadora de outras vulnerabilidades já existentes.

P03: "*o pai dela desde os 4 meses deixou de me ajudar mas mesmo assim eu continuei trabalhando (...) Eu me refiro aos dois, porque… principalmente a minha família. Teve momentos que eu chorei, que eu implorei que eu tava passando dificuldade. Mas tudo fala da boca "ai, vou te ajudar!", ou as vezes "ah, tal dia eu te dou, eu te ajudo", mas ninguém teve coragem de dar um leite para a minha filha."*

Ainda no que diz respeito ao suporte de ex-companheiros no cuidado com os filhos, as participantes relatam casos de abandono parental e a emergência de assumirem a parentalidade solo.

O compromisso precoce com estas responsabilidades significou para, para muitas destas mulheres, não uma escolha, mas um acontecimento que acelerou a transição para a vida adulta, redefinindo prioridades e limitando outras possibilidades de desenvolvimento pessoal, educacional e profissional. Para uma das participantes, a separação dos filhos também foi

narrada como uma das perdas mais significativas do seu percurso de vida e como uma catapulta para um trajeto desviante.

P09: "porque eu é que sofria a violência doméstica, eu era manipulada psicologicamente e fisicamente, eu passei mal, entretanto não quiseram ouvir, não quiseram saber do que realmente se passava, só queriam tirar as crianças porque era benéfico pra elas, e sempre foi assim, aqui em Portugal é sempre assim e vai continuar a ser sempre assim. Tem vários pais que maltratam as crianças e não tiram, por exemplo, e os meus filhos nunca foram maltratados, nunca tiveram sujos, nunca tiveram na pobreza, extrema pobreza, nunca tivemos dificuldades com nada, só por causa de violência doméstica que eu sofria, eu fiquei sem eles durante um ano, e isso foi muito desesperante pra mim, muito mesmo e daí fiquei revoltada e comecei a fazer coisas que pronto, que hoje em dia eu penso, se fosse hoje em dia eu não faria mais"

Outro aspecto recorrente, nos discursos das participantes, refere-se às diferentes problemáticas ou adversidades presentes nos contextos familiares. Em alguns casos, o consumo de álcool e outras drogas, comportamentos violentos e conflitos familiares compunham contextos cotidianos nos quais a proteção, o cuidado e a segurança eram frequentemente fragilizados.

(P14): "Bom, não muito boa, principalmente por pai que era alcoólatra, então a minha mãe se separou, eu tinha 12 anos, se separou, ela foi pra um outro homem e convivi com ele só que o homem que convivia com nós ele tinha um… ele gostava muito de jogar no bingo, jogar nas máquinas e gastava todo o dinheiro nas máquinas, no bingo, ele pegava o salário e sumia e nós passávamos fome (...) Isso foi mais na adolescência, en infância o meu pai trabalhava, tão pouco estava por nós, ele batia nós, a minha mãe nunca batia só nós batia a nós, vinha bêbado e se eu estava aqui sentada comendo pá (reproduz barulho de tapa) *paulada na cabeça, não podias falar nada, estava assim comendo, era medo que nós tínhamos os três, que éramos três irmãos."*

Em outros casos, esses contextos também incluíam a exposição à criminalidade familiar, situações de abandono, abuso e exploração precoces, incluindo a prostituição durante a infância por uma participante.

P05: Quando eu era pequena meu pai morreu, 4 anos, e depois disso minha mãe foi presa. Aí a gente, cada um dos meus irmãos se separou. (E: A sua mãe foi presa porquê?) P05: Porque ela matou meu pai.

P23: Oh, eu fiquei 10 anos com ele, sete anos eu ia visitar ele todo… de quinze em quinze dias em Lavínia, na cadeia (E: Ele foi preso por droga?) P23: Uhum, por droga, tendeu?

P16: Bom… Minha infância não foi muito daquelas boas, até porque quando eu nasci eu morei com a minha mãe pouco tempo porque chegou uma certa idade que tipo eu tive período nova, então com oito anos de idade eu já menstruei e ela era usuária de droga, e dai ela começava… como eu sou a mais velha, ela começava a me dopar pra vender o meu corpo, daí quando eu descobri eu já tinha uns 14 pra 15 anos, daí eu peguei e fugi de casa, morei 2 anos na rua, sobrevivendo com a… com a lei da sobrevivência. Foi onde eu comecei a me prostituir pra mim poder ter aonde dormir.

Embora esses relatos evidenciem que algumas participantes tiveram contato com a criminalidade em seus contextos de socialização, esse aspecto é analisado, neste momento, como parte das experiências familiares e relacionais vivenciadas ao longo da vida, sendo sua relação com o envolvimento no tráfico de drogas aprofundada no subtema seguinte. Nesse sentido, a presença da criminalidade no contexto familiar é compreendida como um elemento que compõe determinadas trajetórias, sem que isso implique, por si só, um percurso inevitável em direção ao envolvimento com atividades ilícitas.

Esses relatos mostram como algumas participantes passaram a assumir responsabilidades adultas precocemente, muitas vezes antes de terem consolidado outros projetos pessoais, como a continuidade dos estudos ou a inserção profissional em idade jovem. Assim, a maternidade aparece menos como uma escolha planejada e mais como um acontecimento que acelerou a transição para a vida adulta, redefinindo prioridades e limitando outras possibilidades de desenvolvimento pessoal, educacional e profissional.

No que tange as relações amorosas, relatos de relacionamentos marcados por conflitos, infidelidade e violência. A violência doméstica foi um dos elementos mais presentes nos discursos destas mulheres, nos quais situações de agressões, controle, medo e sofrimento marcaram as relações afetivas com os/as seus/suas parceiros/as.

P04: Sim, me separar dele porque ele me maltratava muito. Hoje em dia eu não tenho meus dente da frente do soco que ele me deu, e isso daqui (aponta pra manchas de cicatrizes no rosto e braços) *foi tudo ele que me batia.*

P16: com 18 anos tive duas filhas, perdi, as minhas duas gestação eu tive um abordo espontâneo por ele… pelo fato dele me bater, me agredir, fugi, tive uma depressão (...)

P28: "É, ele me violou uma, enquanto eu estava desacordada, bêbada. (...) Nós tínhamos ido a um, um churrasco de amigos, hã, e estávamos bem. Foi bem, foi mesmo bem no início do nosso namoro. Hã, já morava com ele e nesse dia cheguei mesmo à casa a tombar e tumba. E no outro dia acordei e tava toda cheia de sangue, foi mesmo assim. E perdoei. E continuei a o ter e não denunciei e achei que podia passar por cima daquilo, porque achava

que a minha vida sem ele era muito pior. Vê, como eu tinha uma personalidade de merda. É porque assim, tu colocares o valor daquela pessoa acima do teu, é uma falta de amor próprio que não, que não, não existe igual, entende?"

Embora assumisse diferentes formas, a violência foi descrita pelas participantes como uma experiência recorrente nas relações afetivas, não se tratando de episódios isolados. Os relacionamentos que poderiam representar apoio e proteção foram descritos como espaços de insegurança, vulnerabilidade e sofrimento psicológico.

Em algumas trajetórias, essas experiências reproduzem formas de violência e desproteção já presentes em fases anteriores da vida, sugerindo a continuidade de vulnerabilidades que atravessam diferentes relações e momentos do percurso biográfico.

Nas participantes de etnia cigana, emergiram relatos de relações conjugais iniciadas numa fase precoce da vida, e em alguns casos, com parceiros mais velhos.

P22: "É o que a gente diz, na etnia cigana. Eu namorei ele aos catorze anos, meus, meus pais não queriam. E eu gostei de um rapaz muito mais velho do que eu, sete anos mais velho. Tinha... sim, eu tinha catorze anos. Catorze, ele tinha vinte e um. pronto. É, depois foi aí que começou a minha vida. Vi a minha vida andar pra trás, nunca mais... Aquela coisa de criança parou ali e nunca mais fui a mesma mulher, porque eu sofri das mãos dele."

Mais do que descrever uma prática comum da comunidade cigana, as narrativas permitem compreender como essas experiências repercutiram posteriormente na autonomia e nas trajetórias individuais dessas mulheres.

De forma geral, as narrativas mostram que as relações familiares e afetivas tiveram diferentes significados nas trajetórias das participantes. Enquanto algumas mulheres encontraram nesses vínculos apoio e proteção, outras vivenciaram situações de ausência, conflito e violência. Essas experiências fizeram parte de trajetórias construídas em diferentes contextos sociais e familiares, contribuindo para a acumulação de vulnerabilidades observada ao longo das histórias de vida analisadas. Mais do que circunstâncias isoladas, esses vínculos influenciaram diferentes momentos das trajetórias narradas, moldando formas de cuidado, pertencimento, autonomia e enfrentamento das dificuldades ao longo da vida.

2. O envolvimento feminino no tráfico de drogas: percursos, motivações e experiências

O segundo tema reúne as narrativas das participantes acerca do envolvimento no tráfico de drogas, buscando compreender como esse processo foi construído ao longo de suas trajetórias e explorando as motivações atribuídas pelas próprias mulheres ao seu envolvimento,

aos papéis que desempenharam, as percepções sobre as relações de gênero nesse contexto e as experiências vivenciadas desde a entrada no tráfico até o contato com o sistema de justiça criminal.

A entrada no tráfico: um processo construído nas relações sociais

Para a maioria das participantes, o envolvimento no tráfico de drogas raramente aconteceu de forma isolada ou inesperada e ocorreu, num primeiro momento, por meio de pessoas que já faziam parte de suas vidas, como companheiros, familiares, amigos ou conhecidos. Mais do que representar uma decisão individual desvinculada de um contexto, o ingresso no tráfico mostrou-se um processo socialmente construído, produzido no interior de relações interpessoais concretas. Assim, esse processo assumiu diferentes formas e significados para cada participante.

As relações afetivas constituíram um dos principais contextos de aproximação ao tráfico de drogas. Em diferentes trajetórias, as mulheres relataram que o parceiro já utilizava drogas, comercializava entorpecentes ou mantinha contato com pessoas envolvidas nessa atividade. Em alguns casos, foi a convivência diária com o companheiro, enquanto, em outros, a participação foi sendo construída dentro do próprio relacionamento.

P02: "Pelo consumo do meu marido. Porque o meu marido, o pouco dinheiro que a gente tinha, ele gastava todo para droga, porque ele consumia branca, coca. Ele consumia tudo e eu ia buscar para ele consumir e para vender pra ter para o consumo dele."

P06: "Isso, ela que me deu essa dica (conselho sobre tráfico internacional)*. Porque a gente conversava muito sobre, e ela sabia dos meus problemas em casa e eu disse pra ela que precisava de um dinheiro. Aí tipo eu confiei né, porque eu me relacionava com a mulher há três anos."*

Outro contexto relacional recorrente foi a própria família. Em algumas narrativas, pais, irmãos ou outros familiares já estavam envolvidos com essa atividade antes mesmo da participação das entrevistadas. Entre as participantes de etnia cigana, esse tipo de narrativa surgiu com maior frequência, embora não tenha caracterizado todas as trajetórias desse grupo.

(P22) ele sempre andou desta vida. Este meu companheiro. Pronto, e eu, eu andava dos caminhos de Deus, andava num, na igreja. (...) Aí pronto, eu: "Ai, ele anda destas vidas, eu vou tirá-lo destas vidas", mas foi ao contrário. Não fui, não foi ele que foi para o meu caminho, fui eu que fui pelos caminhos dele. Ele começou a me levar pra esses caminhos, tipo, hã, parecia que ele já, ele nasceu dessa vida. Os irmãos dele, a mãe, foi, era tudo preso, já tiveram presos. Eu nunca tive presa.

Nesses casos, o tráfico aparece como uma prática já inserida nas dinâmicas familiares, reduzindo a distância entre a vida cotidiana e a atividade ilícita.

As redes de amizade e de vizinhança também apareceram como uma porta de entrada do tráfico de drogas. Esses relatos sugerem que a inserção em determinados grupos sociais ampliava as possibilidades de contato com o tráfico, ainda que isso não significasse um envolvimento imediato ou inevitável.

P15: "No meio do grupo de amigos conheci uma pessoa que fazia, que fazia viagens, tipo uma menina que fazia viagens e como você sabe que no grupo de pessoas a gente acaba conversando, comentando que não tava bem, perguntando se sabia algum emprego, alguma coisa pra indicar e essa menina me chamou e me falou "Olha, tenho um trabalho fácil, é se você quiser", eu perguntei o que era e ela me respondeu, falou que era tráfico internacional."

P18: "Na primeira vez mesmo foi porque me envolvi com más companhias porque eu não sabia o que era tráfico, nem conhecia droga, não sabia nada, envolvi-me com más companhias."

Diferente da maioria, uma participante indicou que foi captada através de uma rede social. Nesse caso, a proposta permaneceu como uma possibilidade latente até que a deterioração das condições de vida a transformasse em uma alternativa viável. O relato evidencia que o recrutamento nem sempre produz efeitos imediatos, sua concretização depende também do momento vivido pela participante e da forma como ela percebe suas possibilidades naquele contexto.

P20: (...) "com duas semanas que eu tava aqui em Porto, duas ou três semanas, eu recebi uma ligação de uma pessoa. Não sei de quem. Eu não atendi. Ligou de novo, perguntando se eu queria, me propor no trabalho. E eu falei que não, que muito obrigada. (...) Mas a minha burrada é que eu deixei o número salvo. Era assim, pum, deixei. (...) Quando foi em novembro, ou finalzinho de outubro, que a minha situação tava aquela tal coisa, eu liguei pra ele, pra ele, sabe? Mandei mensagem: "Oi, eu sou a Emília (nome alterado para preservação da confidencialidade)*, você me tal, tal".*

Algumas trajetórias também se distanciaram dos percursos mais frequentes observados nas entrevistas, sendo assim, as trajetórias de entrada não podem ser reduzidas a um único padrão explicativo. Uma participante descreveu que a sua aproximação ao tráfico passou pelo consumo de drogas e pela pertença a um grupo, antes de ser reforçada pela relação com o companheiro.

P27: "Foi uma estupidez. (risadas) Porque, hã, não havia problemas de família, não, não. Só o único problema é que eu era muito ciumenta, sou muito ciumenta. Então, depois de

mim, nasceu mais dois irmãos. Então, deixei de ser a caçula do pai. Então, porque aquilo me incomodava um bocadinho, depois se os meus irmãos fizessem asneiras, eu era a mais velha, pagava. E eu, já, fazia coisas pra chamar a atenção, mas não, não havia maneira. Então, juntei-me a um grupo. Ao princípio não gostei, mas depois, hã, olha, hoje uma, pra semana mais, e depois já, já começa a ser dois, dois dias, três, três dias, todos os dias o corpo começa a precisar. (...) Sim, de vez em quando também consumiam, e eu pra não ficar, é, fora do grupo, eu mesmo queria fazer. Também queria consumir. Pois. (...) Ééé, entretanto, eu conheci o meu companheiro agora e como ele não tinha carta de condução e eu tinha, ele dizia: "Tu conduzes o meu carro, hã, vamos fazer, vamos buscar, vamos isto e eu pago-te em droga."

Outra participante, uma mulher transexual, descreveu que o envolvimento com o tráfico representou uma tentativa de deixar a prostituição e encontrar outra forma de garantir seu sustento.

P28: "A partir daí, voltei pra casa da minha mãe e comecei a vender, a vender e transportar droga no Brasil, na onde eu moro. Portanto, eu já não quis entrar na vida da noite, porque aprendi, eu-eu limpei dessa vida nos dois anos em que eu tive casada. Vivi coisas em que não vivi nesses dois anos em que estive na vida da noite, portanto, não quis mais isso pra minha vida. Portanto, fui me envolver com as drogas. Não a consumir, mas a vender."

O relato dessa participante evidencia que o tráfico pode ser compreendido como uma alternativa construída diante do fechamento de outras possibilidades de sobrevivência. Ao abandonar a prostituição, ela não rompeu imediatamente com contextos de vulnerabilidade, mas transitou para outra atividade entendida, naquele momento, como uma opção mais aceitável para garantir sua subsistência.

De forma geral, as narrativas mostram que o envolvimento no tráfico foi construído por diferentes caminhos, mas quase sempre mediado por relações já existentes na vida das participantes. Mais do que identificar "quem levou" essas mulheres ao tráfico, os relatos evidenciam que o ingresso nessa atividade foi produzido na interseção entre vínculos sociais, oportunidades concretas e circunstâncias específicas vividas ao longo das trajetórias. Assim, os diferentes percursos identificados não configuram modelos fixos de entrada, mas expressam formas diversas pelas quais as relações sociais passaram a mediar o acesso ao tráfico em contextos de vulnerabilidade.

Entre necessidade, dependência e coerção: as motivações para o envolvimento no tráfico

Se o subtema anterior apresentou os diferentes caminhos pelos quais as participantes tiveram contato com o tráfico de drogas, aqui, busca-se compreender os motivos que, segundo elas próprias, contribuíram para o envolvimento nessa atividade. As narrativas mostram que não existiu uma única explicação para esse processo. Diferentes circunstâncias que influenciaram as suas decisões, desde necessidades financeiras, consumo de drogas, relações marcadas por ameaça ou coação relacional e, em um caso específico, dificuldades relacionadas ao processo de regularização migratória.

Em muitas histórias, esses fatores apareceram de forma combinada, tornando difícil atribuir o envolvimento no tráfico a um único motivo. Essa sobreposição de circunstâncias evidencia que o ingresso no tráfico não pode ser compreendido a partir de uma relação linear de causa e efeito, mas sim como o resultado da articulação entre experiências individuais, vulnerabilidades acumuladas e oportunidades percebidas em determinados momentos das trajetórias.

As dificuldades financeiras apareceram como a motivação mais recorrente entre as participantes, embora o próprio dinheiro assuma significados distintos entre as participantes. Em alguns casos, representou a possibilidade de garantir necessidades básicas, como alimentação e moradia; em outros, apareceu associado ao desejo de interromper ciclos de endividamento ou recuperar condições de vida anteriormente perdidas. Assim, mais do que a busca por enriquecimento, o tráfico foi frequentemente apresentado como uma tentativa de enfrentar situações percebidas como insustentáveis.

P01: O conforto. Eu pensei no conforto pra mim e pra meu filho. Em construir a casa né, em construir a casa lá no quintal da minha mãe e sair do aluguel, (...)terminar meus estudos e aí investir em alguma coisa pra mim de manicure (...) Era só isso, trabalhar pra mim mesmo e investir. Era só isso.

P25: "O que fez eu aceitar? Dinheiro, porque, tipo assim, o que me fez não foi só o dinheiro, a dificuldade que eu tava. Eu tava sem trabalhar. E ver uma, uma mulher na minha porta me cobrar cem reais e eu não tinha o dinheiro (...) aí chegou nessa situação, sabe? Aluguel, é, leite, Mucilon, fralda, leite. Conta acumulando. As conta, conta, aluguel, sabe?" Água, luz, tudo. Aí o que me fez foi isso. É a dificuldade que eu tava pra dar conta disso tudo.

As participantes não descrevem o tráfico como um fim desejado, mas como um recurso para responder a demandas consideradas urgentes. A preocupação recorrente com os filhos,

com a manutenção da moradia e com a sobrevivência cotidiana desloca o foco das narrativas do lucro para a gestão das necessidades imediatas.

Em algumas trajetórias, o envolvimento no tráfico também foi precedido por acontecimentos inesperados que alteraram significativamente as condições de vida das participantes, como perdas econômicas, acidentes e problemas de saúde. Nesses casos, o tráfico não surgiu apenas em contextos de pobreza prolongada, sendo narrado como uma resposta a mudanças bruscas nas condições de vida, e não como uma continuidade de trajetórias previamente vinculadas à criminalidade.

P17: "Sim, consigo lembrar sim. A um certo ponto, eu sofri um acidente, um acidente onde eu tive que fazer uma operação na minha perna e eu quebrei uma parte do meu pé, eu fiquei um bom tempo paralisada, aí nesse tempo eu não podia mais trabalhar, eu não podia ficar muito tempo em pé e eu parei literalmente de trabalhar e até me acomodei também né, tipo não tinha mais força e tal e pessoas né, que se diziam ser meus amigos, por verem a minha situação, me ofereceram (trabalho no tráfico)."

Embora parte dessas dificuldades já tenha sido apresentada no tema anterior, aqui elas aparecem sob outra perspectiva. Se antes ajudavam a compreender o contexto em que essas mulheres viviam, neste momento elas são apresentadas pelas próprias participantes como um dos principais motivos para o ingresso no tráfico. Essa mudança de foco evidencia que uma mesma experiência pode assumir diferentes significados analíticos: primeiro, como elemento constitutivo das trajetórias de vida e, posteriormente, como fator mobilizado pelas próprias participantes para explicar o envolvimento na atividade ilícita.

Para algumas participantes de etnia cigana o envolvimento no tráfico também foi associado às dificuldades de inserção no mercado de trabalho por serem ciganas. Nessas narrativas, a dificuldade de acesso ao trabalho formal não aparece apenas como uma limitação econômica, mas também como consequência da percepção de discriminação associada ao pertencimento étnico. Assim, o tráfico é descrito por algumas participantes como uma alternativa construída diante da sensação de inexistência de oportunidades legítimas de inserção profissional.

P10: (...) "o dinheiro foi acabando, os filhos a passar mal, a gente a pedir emprego e ninguém nos dava emprego, a mim é como falei em tribunal e fui eu sincera e ter testemunhas, eu procurava trabalho em todo lado. Nas lavandarias pediam três euros e meio e eu levava um euro a passar a ferro, e não me pagavam, que nem me queriam, nem queriam pra trabalhar. Nos restaurantes eu ia pedir pra lavar a louça em troca de um prato de comer, davam ao

senhor, a mim também não me davam. E então fui pro caminho mais fácil pra ganhar pra dar de comer pra os meus filhos, mas eu não obrigava ninguém."

Num sentido diferente, algumas participantes descreveram o envolvimento na atividade como uma forma de sustentar o próprio consumo de drogas. A dependência aparece como elemento que restringe a percepção de escolha da participante. A prioridade atribuída à obtenção da droga reorganiza suas decisões, fazendo com que os riscos envolvidos na atividade sejam relativizados diante da necessidade de manter o consumo.

P27: (...) "ele dizia: "Tu conduzes o meu carro, hã, vamos fazer, vamos buscar, vamos isto e eu pago-te em droga." E o que eu queria era a droga, não é? E não, não pensava nas consequências. (...) E aquilo não era viver, era sobreviver. (...) Exatamente. E às vezes ele pedia: "Olha, vai levar ali, vai levar ali". E eu ia, porque eu tava a pensar, é que acho que quando chegasse lá, já tinha uma dose pra mim."

Embora menos frequente nas entrevistas, o tráfico surgiu relacionado à busca por intensidade, risco e adrenalina, revelando que os sentidos atribuídos ao envolvimento no tráfico também variaram entre as participantes.

P28: (...) "pra mim foi a adrenalina. (...) Porque assim, eu saí de uma rotina aonde eu tinha adrenalina todas as noites (referindo-se a prostituição). *Eu não sabia com quem eu me metia, entende? Portanto, a partir do momento em que eu casei, tudo isso esfriou. Por isso que eu adoeci. Eu adoeci enquanto tava casada. Eu adoeci porque eu sentia falta de adrenalina, eu sentia falta do perigo (...) hoje, penso completamente diferente. Hoje eu me alimento da paz e da serenidade. (...) mas antes não, antes eu precisava dessa adrenalina, antes eu precisava correr riscos, entende?"*

Os diferentes significados atribuídos ao risco reforçam a diversidade de percursos presentes na amostra e afastam interpretações simplificadas sobre o envolvimento feminino com o tráfico de drogas.

Entre as participantes que realizaram o transporte internacional de drogas, surgiu um aspecto que apareceu de forma recorrente nas narrativas: a percepção de que, após aceitarem a proposta, já não era mais possível desistir. O envolvimento foi sendo construído em um contexto no qual a possibilidade de escolha se estreitava progressivamente. A organização da viagem pelos recrutadores, os custos assumidos, as ameaças e a vigilância relatadas fizeram com que muitas descrevessem esse momento não como uma decisão que pudesse ser revista, mas como um caminho do qual já não era possível recuar.

P04: "Marcaram minha viagem, mandaram o papel e tudo, aí eu desisti no dia. Eu não quis vir, porque eu fiquei com muito medo (...) aí ela disse "Agora? Agora é tarde demais, tu

vai ter que viajar, porque eles vão te matar ou matar tua família. Porque o custo foi grande que eles tiveram contigo" (...)Aí ele me ligou e disse pra mim "Olha Amanda (nome alterado para preservar a confidencialidade) *tu vai ter que viajar, que tu é uma vagabunda", começou a me xingar, me ameaçou, "E eu sei onde teus pais moram, teu neto mora" (...)*

Entre todas as narrativas, um relato singular foi o da participante P20, cujo envolvimento no tráfico foi motivado pelas dificuldades enfrentadas durante o processo de regularização migratória em Portugal. Segundo seu relato, a demora e a burocracia para obtenção da documentação necessária impediram que conseguisse um trabalho formal, deixando-a sem alternativas para garantir o próprio sustento.

P20: "A única coisa que eu acho muito difícil pra gente que é estrangeiro, não digo talvez só eu brasileira, mas quem é estrangeiro, essa situação que me fez levar a fazer o meu crime. Essa espera que o o país demora pra dar essa autorização de residência. (...) Aí ele falou pra mim se eu tava disposta a fazer, não sei o quê, essa viagem, tal, tal. Falei que sim, que eu tava precisando muito, que eu tinha uma dívida pra pagar, isso, aquilo outro, era mil duzentos e pouco na Segurança Social, mais duzentos e pouco nas finanças. Expliquei o porquê até que eu tava fazendo aquilo. Que ia fazer isso antes do SEF, né? Exatamente, antes do SEF, porque eu tinha conseguido marcar minha entrevista pro SEF pro dia 17 de dezembro. E antes eu tinha que tá pago isso, porque senão não acontecia. Só que ele falou que só pagava quinhentos euros. E eu não tinha nada, aceitei. Aí fiz a viagem. (...) Aí fiz dia 16 de novembro. Inclusive quando, quando eu cheguei aqui, eu viajei no domingo, cheguei aqui de novo só na segunda-feira, aí já fiz. Que que eu fiz? Eu tinha cem euros guardado, já fui direto na Segurança Social, paguei nesse dia, nessa semana seiscentos euros, já dei baixa na minha (dívida) *Segurança Social".*

Algumas participantes também descreveram o envolvimento no tráfico marcado pela coerção exercida por pessoas próximas. Aqui, a decisão de realizar a atividade não é narrada como plenamente autônoma, mas sim como uma estratégia produzida em relações marcadas por desigualdade de poder, dependência financeira e violência psicológica

P21: "Sim, sim, é que eu comecei a ver isso na toalha, em cima da mesa né? (...) não sabia o que era (...) e depois eles começaram a me explicar o que era, isto é x, isto é x, ali tava um cheirito que credo! Nem, nem mexia naquilo, que eu não tô acostumada aquilo eu lhe dizia, eu não tô acostumada a isto, eu não tocava naquilo, nunca toquei naquilo "ah tens que começar a aprender a mexer nisto, não sei o que, não sei o que" (...) Os anos foram passando, foram passando, eu não queria dinheiro pra pedir pra ele, que não tinha dinheiro, não tinha mãe, não tinha ninguém, tava sozinha, não tinha família e ele não me dava e me dizia "quer? Tem

que aprender a vender", ameaçava-me, chantagiava-me, eu tava grávida, passava fome eu pedia as minhas vizinhas lá que me dessem um pão, iogurte e eu fui obrigada a começar a mexer nisso."

De forma geral, o discurso das entrevistadas, mais do que explicar o envolvimento no tráfico de drogas por escolhas individuais descontextualizadas, demonstrou que elas atribuem a entrada a processos construídos ao longo de suas trajetórias de vida, nos quais diferentes vulnerabilidades, relações sociais e acontecimentos biográficos se entrelaçam.

Ser mulher no tráfico: papeis desempenhados e percepções sobre as relações de gênero

As entrevistas também permitiram compreender como as participantes percebiam o papel de gênero, enquanto mulheres, no tráfico de drogas. De modo geral, as narrativas concentraram-se nas experiências vividas pelas próprias participantes, sendo pouco frequentes os relatos sobre o funcionamento mais amplo das organizações criminosas.

O transporte de drogas, tanto a nível nacional quanto internacional, foi a função mais frequentemente descrita pelas participantes, embora, essa atividade não constituía uma experiência homogênea. Os modos de execução variavam significativamente, incluindo o transporte em malas, junto ao corpo ou por ingestão de cápsulas, revelando diferentes níveis de exposição ao risco e de envolvimento operacional.

P07: "Sim, era muito fácil. Era só vim com a mala, aí eu ia direto pro hotel e do hotel ia alguém lá se encontrar comigo, que eu não sei quem era, ia levar a mala e eu ia ficar os meus 7 dias aqui curtindo e depois ir embora."

P23: (...) "eu fui 85 cápsulas de cocaína que eu tomei e aí tinha um tablete assim que se eu não me engano era 40, eles queriam que eu colocasse lá dentro e eu não coloquei (...) Dentro da vagina, eu não coloquei eu vim com ele no meio das pernas e como eu engoli, foi soltando entendeu"

Apenas uma participante descreveu ter desempenhado outras atividades relacionadas ao tráfico antes de realizar o transporte internacional, relatando que trabalhou em uma casa de preparação da substância, onde realizava tarefas como pesar, embalar e organizar a droga para posterior comercialização. Essa variedade indica os diferentes níveis de inserção e conhecimento dentro da atividade ilícita.

(P28) Sim. Então... Já fiz trabalhos também dentro de casas bombas, já fiz as dosagens, a cortar. Já fiz toda aquela parte da embalagem, já fiz muito isso também (...)às vezes levava, outras vezes ia nessa casa bomba, que era dentro de uma favela (...) trabalhava na, na

produção, na, no embalamento, na, na pesagem. (...) me surgiu a viagem pra Portugal, pra Portugal não, porque eu não ia pra Portugal, eu ia pra França.

Um resultado particularmente relevante refere-se às participantes de etnia cigana. Diferentemente das demais participantes, todas relataram envolvimento com a venda de drogas como uma prática comum, não havendo casos de transporte nacional e/ou internacional entre elas, nota-se: "*(P02): Eles iam lá a porta e compravam e iam-se embora."*

Não houve um consenso quanto aos papéis desempenhados pelas mulheres na atividade. As participantes relataram recrutamento tanto por parte de homens quanto por parte de mulheres, algumas afirmaram conhecer muitas mulheres realizando o transporte, mas destacaram que não se tratava de uma atividade exclusiva do gênero, estando aberta para "quem estiver disponível". Em algumas entrevistas, as participantes afirmaram que homens e mulheres exerciam as mesmas funções, especialmente no transporte internacional, sem perceber diferenças relacionadas ao gênero.

P02: "Muitas mulheres fazem, porque vevem disso. (E: Mas você acha que tem mais o que?) P02: Mais mulheres (...) as mulheres habilitam-se mais do que os homens."

(P12): "Então, normalmente quando é homem e mulher é sempre o casal, e normalmente eles não mandam homem porque é mais perigoso, ele explica que as vezes quando ele é homem não tem tanta segurança, quando é mulher por ver uma carinha bonita as vezes deixa passar e nem pergunta muita coisa, quando é homem pergunta mais coisa."

P28: "Tinham homens também. Eu acho que é uma, é uma área aonde, principalmente se você tá no, se você não está numa, no, no, na chefia, como se costuma dizer, se você não comanda, eu acho que é um trabalho pra quem quer fazer (...) Pra quem tá disponível."

Essa diversidade de percepções sugere que as participantes interpretavam o lugar das mulheres a partir das experiências concretas que vivenciaram, e não de uma compreensão abrangente sobre a estrutura das organizações criminosas.

Mesmo entre aquelas que reconheciam a presença feminina em diferentes funções, permaneceu recorrente a percepção de que as posições de maior poder e tomada de decisão continuavam predominantemente associadas aos homens, enquanto as mulheres apareciam mais associadas às atividades operacionais.

P15: (...) "alguns homens também recrutam mas geralmente é mais as mulheres porque elas ensinam como é que faz, como é que fala, como é que tem que agir quando chega aqui e tudo mais, geralmente é quem recruta mais são mulheres, mas quem comanda são os homens, (...) geralmente eu vejo que é mais homens quem comanda, quem vai atrás, quem fornece a droga, quem conta as malas, geralmente quem faz a maioria é homens."

Em conjunto, as narrativas mostram que o lugar das mulheres no tráfico não foi percebido pelas participantes como fixo ou uniforme. As diferentes funções desempenhadas, bem como as distintas interpretações sobre as relações de gênero, revelam experiências marcadas pela heterogeneidade, nas quais a participação feminina assumia significados diversos conforme os contextos vivenciados e as posições ocupadas dentro da atividade.

Do tráfico ao sistema de justiça criminal:

As narrativas também permitiram compreender como as participantes vivenciaram a passagem do tráfico de drogas para o sistema de justiça criminal. Os relatos falam desde o momento da abordagem policial até as experiências durante o processo judicial, revelando as diferentes formas de interpretar esse percurso. Em muitos casos, as participantes descreveram esse momento como uma ruptura em suas trajetórias, marcada pelo medo, pela incerteza e pela percepção de que a realidade da prisão finalmente havia se tornado concreta.

O momento da prisão apareceu como uma das experiências mais marcantes nas entrevistas. Algumas participantes relataram que somente durante o contato com a polícia ou já no aeroporto é que compreenderam a gravidade da situação em que estavam envolvidas. Em suas histórias, emergem sentimentos de desespero, medo, choro e incredulidade, acompanhados da sensação de que "a ficha havia caído". Para algumas mulheres, esse foi o primeiro contato com o sistema de justiça criminal, tornando esse momento especialmente significativo em suas trajetórias.

P20: "Naquele momento, na hora que os, os, os PJ olhou, ficou do meu lado e falou assim: "Vamo pra sala", eu sabia que tinha coisa errada na mala. Não sabia o quê, mas eu sabia que era errado. Ali eu já sabia que a minha vida tinha acabado. Acabado."

P25: "Sim, quando os, os policial falou bem assim: "É... Cê sabe que você pode pegar quatro anos." Aí tipo, vai caindo a real."

Mais do que descreverem o momento da abordagem policial, esses relatos revelam diferentes formas de tomada de consciência acerca das consequências do envolvimento no tráfico. Para algumas participantes, essa percepção surgiu imediatamente; para outras, apenas quando chegaram ao estabelecimento prisional ou quando foram informadas sobre a possibilidade de cumprir pena.

As experiências relacionadas à atuação policial foram descritas de formas bastante distintas. A maior parte das participantes avaliou que foi tratada de maneira respeitosa durante a abordagem, relatando, inclusive, que recebeu atendimento médico quando necessário antes de ser encaminhada às autoridades competentes.

P11: "Sim eles me levaram pra comer porque e não quis comer lá no aeroporto, tava muito nervosa entendeu? Eu não quis comer daí eles falaram "não você precisa se alimentar, porque você tá grávida"

No entanto, algumas narrativas revelaram experiências diferentes.

P14: "Sim e…. E eu me senti humilhada por uma mulher (...) ela falou "Ah, tráfico é?" E eu "sim", "quem te mandou?", "Um amigo do meu ex" e "Ah! Teu ex te colocou na prisão", assim a falar "Mira, essa é burra que el ex colocou ela na prisão, agora ela vai, vai pagar caro"(...) e eu ai me senti mal, me senti mal."

Embora apareçam em poucas entrevistas (P28 e P25), algumas participantes interpretaram sua experiência de abordagem policial a partir de características relacionadas à identidade de gênero, nacionalidade ou raça, indicando que o primeiro contato com o sistema de justiça foi vivido de forma distinta entre as participantes.

P28: (...) "eu não sou uma mulher que aparenta ser trans. Portanto, as pessoas quando me viram, naquele momento achavam que eu mesmo que eu era uma mulher cis. Hã, e eu tive que falar, eu: (...) "Senhora agente, eu sou, sou transgênero" (...) É a maneira de tratar diferente, torna-se diferente (...) Tive na PJ de Lisboa durante dois dias. (...) Então eu tive que estar naquela cadeia durante dois dias. Ouvi muito, imensas piadas dos guardas, ouvi dizer que já ia ter quatro ou cinco namorados quando entrasse pra, pro pavilhão, porque eles achavam que eu ia ficar ali."

P25: "Ah, eu senti, eu senti que eles me pararam muito assim, por assim, ainda ser brasileira e a cor. (...) "Mano, ou foi por minha cor". E também, eles (policiais) *também comentaram um pouco que acho que foi o meu passaporte novo demais. Então possa ser tudo isso. Mas assim, que eles me pararam por causa da minha cor, assim, não só por causa da minha cor, por eu ser brasileira e tal, chamou a atenção deles."*

Esses relatos indicam que a experiência da prisão não foi marcada apenas pela privação de liberdade em si, mas também pela forma como cada mulher percebeu ter sido reconhecida e tratada pelas instituições logo no início do processo penal.

Apenas algumas participantes abordaram de forma mais direta as suas experiências e percepções em relação à atuação do sistema de justiça no momento do julgamento. A participante P20 relatou que a juíza afirmou que sua condenação serviria de exemplo para outras mulheres envolvidas no transporte de drogas, ilustrando-se pela seguinte fala "*Eu fui julgada lá e aí a ju... a juíza me falou isso, que eu ia pegar os quatro ano, mas tinha que ser efetiva pra servir de exemplo, porque na época tava tendo muito casos de correios de droga, né?"*

Essa mesma participante demonstrou insatisfação com a atuação da defesa e relatou ter solicitado, sem sucesso, a substituição do defensor público responsável pelo seu caso. "*(...) E de lá pra cá, meu advogado* (Defensor Público) *nunca me ajudou. (...) Ele era grosso comigo, não sei o quê. Aí eu lig-- fiz carta pro Órgão dos Advogados pedindo pra trocar (...), aí depois eu recebi outra carta do, da dire-- do Órgão dos Advogados que ele não tinha infringido nenhuma lei pra ser trocado e que continuava o mesmo. Então, continuou ele até o fim."*

Também merece destaque o relato da participante P28, ao descrever a sua frustração por não ter tido oportunidade de ser ouvida ao longo da execução da pena, afirmando que gostaria de explicar sua trajetória e demonstrar seu arrependimento em juízo.

P28: "Portanto, eu vejo o lado prático da situação, mas não desde que eu fiz o meio da pena, o meio da pena acho que foi o mais agoniante, porque eu contava mesmo. Contava que ia embora. (...) Meu advogado, hã, que entrou em contato com o tribunal pra saber o que é que se passava. E a juíza mandou despacho que entendeu que só tinha que me ouvir naquela data. Ou seja, eu tinha na minha cabeça, desde o meu meio de pena, que eu seria ouvida agora aos dois terços antes de ir embora. Agora, já sei, pela boca da senhora diretora, porque ela procurou, tentou me ajudar. Eu pedi ajuda pra ir embora mais cedo. Não vou ser ouvida, não vai me ouvir a audiência alguma. (...) Então eu fico pensando comigo mesma: eu vou, e eles que não sabem o tipo de evolução que eu tive. (...) não vou poder dar-lhes uma ideia daquilo que eles podem fazer pra melhorar, numa flexibilização de penas (...) hã, aquilo que uma reclusa transexual passa, não é a mesma vida, não é, não são os mesmos padrões do que uma mulher reclusa passa, do que um recluso homem cis passa. Entende? Nós passamos por coisas diferentes, nós temos um tratamento diferente. Ninguém quer assumir isso. Nós, pelo menos eu, que passei, assumo porque passei. E isso tem que ser falado. Isso tem que ser falado porque há muitas pessoas como eu, que infelizmente, por, por esse e por outros motivos, vão entrar no mesmo percurso e vão acabar por estar aqui um dia, pelo mínimo ou pelo mais grave. E aí, e vão ser tratadas como? Entende? E o respeito? (...) É, a minha condenação acho que teve mais por, é, preconceito devido à minha nacionalidade e a minha ideologia de vida, porque eu não posso mudar o fato de ser uma transgênero, isso é algo que vem comigo e acho que foi mais por isso. Até então, percebo que foi preconceito, porque tenho colegas minhas que trouxeram doze quilos e apanharam quatro anos e, e três e quatro meses. E eu trouxe três (quilos)*, apanhei cinco anos e meio."*

Em conjunto, esses relatos sugerem que, para algumas participantes, a experiência com o sistema de justiça ultrapassou a dimensão da condenação em si, envolvendo também a forma como perceberam seu tratamento ao longo do processo. As narrativas evidenciam sentimentos

de pouca possibilidade de participação, de não serem plenamente ouvidas e de dificuldade em fazer com que suas trajetórias e circunstâncias fossem consideradas nas decisões judiciais. No caso da participante P28, essa percepção adquire ainda outra dimensão ao relacionar sua experiência à identidade de gênero e à forma como interpreta a resposta institucional recebida.

Os relatos de reincidência apareceram exclusivamente entre as participantes de etnia cigana. Em suas narrativas, o retorno ao tráfico foi descrito como parte de trajetórias já marcadas por sucessivos envolvimentos com essa atividade.

P21: Já, apanhei 9 anos, tive 7 anos e meio aqui, saí, (...) saí aos quintos sextos, tive quase três anos lá fora. (E: E você começou a mexer com quantos anos?) P21: Com 16 anos (...) nunca mais parei.

Embora esse resultado esteja restrito à presente amostra e não permita generalizações, ele evidencia que a experiência da reincidência não esteve distribuída de forma homogênea entre as participantes. Nos relatos das mulheres de etnia cigana, o retorno ao tráfico não foi apresentado como um episódio isolado, mas como parte de trajetórias em que a atividade permaneceu presente ao longo de diferentes momentos da vida, sugerindo percursos marcados pela continuidade do envolvimento com o mercado de drogas.

De forma geral, as narrativas mostram que o contato com o sistema de justiça criminal foi vivido de maneiras distintas pelas participantes. Enquanto algumas destacaram o impacto emocional da prisão, outras concentraram seus relatos na atuação da polícia, da defesa ou do Poder Judiciário. Em conjunto, esses relatos evidenciam que a experiência com o sistema de justiça foi construída de forma heterogênea, sendo atravessada pelas circunstâncias de cada trajetória, pelas relações estabelecidas com as instituições e pelos significados atribuídos pelas próprias participantes à prisão e ao processo judicial.

3. Vivências do encarceramento:

Após compreender as trajetórias que antecederam o envolvimento com o tráfico de drogas, buscou-se analisar como as participantes vivenciaram a experiência do encarceramento. As narrativas revelaram que essa experiência foi marcada pelos desafios do cotidiano prisional, adaptações constantes e diferentes formas de atribuir sentido ao cumprimento da pena. As participantes descreveram vivências distintas, refletindo suas diferentes trajetórias e formas de lidar com o cárcere.

O cotidiano da prisão: regras, escassez e relações

As narrativas mostram que o cotidiano prisional foi marcado por desafios que iam além da privação da liberdade. Muitas das vulnerabilidades presentes antes do encarceramento permaneceram durante o cumprimento da pena, mas passaram a ser vividas de formas específicas dentro do contexto prisional. Questões relacionadas às condições materiais, ao acesso à saúde, ao trabalho, aos vínculos familiares e às relações estabelecidas na prisão revelam que a experiência do encarceramento exigiu constantes adaptações às regras, às limitações institucionais e às possibilidades concretas de cada participante.

Um dos aspectos em que essas adaptações se tornavam mais evidentes dizia respeito às condições materiais da vida cotidiana. Para algumas participantes, a alimentação oferecida pelo estabelecimento prisional *("P22: Comemos muito mal"),* a necessidade de adquirir produtos de higiene na cantina, a dificuldade para comprar roupas ou outros itens básicos e a escassez de recursos financeiros tornavam o cotidiano ainda mais difícil. Entre as mulheres estrangeiras, essas dificuldades eram frequentemente agravadas pela distância da família e pela impossibilidade de contar com apoio financeiro regular, fazendo com que a gestão das necessidades mais básicas dependesse, muitas vezes, dos poucos recursos disponíveis dentro da prisão. Esses relatos sugerem que a experiência prisional era continuamente atravessada por desigualdades, intensificadas pela condição de serem estrangeiras.

P16: "É tudo difícil porque tipo, roupa, em questão de roupa minha, a maioria das roupas não sobe, as roupas pra doação quando tem é só pra quem trabalha que pode escolher as melhores e as velhas fica pra gente então tipo… e, tipo, tudo pro brasileiro aqui eu vejo que eles dificultam em questão de carta pra família, não tem envelope, não tem selo, sempre tem uma desculpa pra pra também, dinheiro, quando sobe quando não sobe, tudo pra brasileiro fica difícil aqui até porque o boato de Portugal, diz que as portuguesas não gostam dos brasileiros então tipo eu não sei se isso é mito ou não é, entendeu? Mas pro brasileiro aqui é um pouco difícil na cadeia."

As dificuldades relacionadas às condições materiais tornaram-se ainda mais evidentes e intensas durante o período da pandemia de COVID-19. O isolamento prolongado, a redução da circulação e as restrições no acesso a bens básicos fizeram com que a experiência do encarceramento fosse percebida como ainda mais marcada pela escassez, pela incerteza e pela sensação de desamparo institucional.

P15: (voz emocionada) *"A gente já passou fome aqui dentro, coisa que eu nunca passei na minha vida, a situação do COVID foi muito complicada porque nem eles sabiam o que fazer, nós passamos 45 dias trancadas, trancadas, trancadas, nós não podíamos sair, nós só tínhamos*

uma hora de intervalo, era por ala ainda, o presídio tava sobre-lotado, eles não sabiam o que fazer com a gente, nem a gente, você vê guardas com COVID, nós com COVID, (...) ver pessoas morrer (choro)."

O trabalho também apareceu como um elemento importante na organização do cotidiano prisional. Para muitas participantes, exercer uma atividade laboral representava uma forma de ocupar o tempo, obter algum rendimento financeiro e tornar a rotina menos difícil. No entanto, diversas entrevistadas revelaram que o acesso ao trabalho nem sempre era simples, sendo acesso às atividades laborais percebido como um recurso limitado, e, algumas narrativas, condicionado pela confiança e proximidade entre reclusas e os agentes prisionais.

P07: "Não, é difícil minha filha aqui arrumar trabalho. Eu tô o ano inteiro tentando trabalhar mas na realidade é só quem elas querem, entendeu? (...) As guardas fazem uma seleção entendeu? De quem elas querem que trabalhe."

P15:" Tipo eu já fui da copa mas agora sou da faxina. É que o grupo, elas gosta da gente daí elas bota a gente pra tudo, porque elas tem confiança né, é bota a cama, faz isso, faz aquilo".

Outro aspecto recorrente nas entrevistas refere-se ao acesso aos cuidados em saúde, sendo esta experiência relatada de forma distinta pelas participantes. Em conjunto, as narrativas sugerem que o acesso aos cuidados não foi necessariamente avaliado apenas pela existência dos serviços oferecidos, mas sobretudo pela forma como a instituição respondeu às suas necessidades concretas. Enquanto algumas descreveram o acesso aos serviços de saúde como um importante suporte durante o cumprimento da pena, outras relataram experiências marcadas por demora, sentimento de desassistência e percepção de que suas necessidades clínicas não receberam a atenção considerada necessária. Infere-se que o cuidado institucional foi vivenciado de forma desigual entre as participantes.

P23: "Tá doendo que meu Deus! Aí olha isso, um furúnculo! (...) Também não sei e não sei se você viu mas tem um negocinho que é pra eles limparem, sabe como eles fizeram aqui? Eles cortaram no cru, sem anestesia, sem nada, cortaram (...) (E: E não deram ponto? Porque tá aberto?) P23: Não. E vai continuar aberto porque não vão mais tocar em mim que se tocar em mim fia eu faço um escândalo porque só eu sei a dor que é, sofri um mês, com febre, com pressão caindo, com pressão levantando e ninguém dava assistência e eu vou te falar também uma coisa, eu sou portadora do vírus HIV, entendeu? Olha eu não tô falando que eu quero atenção não, mas isso é, no mínimo dá uma certa atenção pra mim (...) Sim, eu faço o tratamento já tem 25 anos (...) Não providenciaram (...) depois de quase 3 meses que eles me deram (...) aí eu fui fazer exame minha carga viral tava alta, meu CD4 também, é o que eu

falei, se eu ficar doente aqui eu vou foder com Portugal, quem são eles pra me negar o meu tratamento médico? Não são ninguém, entendeu? Então, é por isso que eu acho que eles têm um certo preconceito, entendeu?"

P27: "Hã, por exemplo... hã... é, quando a gente entra, fazemos os testes. Se acusar, nós vamos para os clínicos, mas eu fui mandada logo para os clínicos através da juíza. A gente estamos numa, numa cela e eles vão nos dar medi... dão-nos a medicação pra ressaca, pra, pra desintoxicação. (...) E somos, é, ou somos vistas pelo psicólogo, pela psicóloga, pelo psiquiatra, temos o médico, temos enfermeiros se a gente tiver qualquer dor ou sentir mais ansiedade ou tiver uma qualquer... ou ansiedade mesmo, hã, a gente... eles têm forma como nos ajudar."

Embora muitos desafios tenham sido compartilhados entre as participantes, algumas narrativas evidenciaram vulnerabilidades bastante específicas. A trajetória da participante P28 (mulher transexual) revelou dificuldades que extrapolaram aquelas vivenciadas pelas demais mulheres entrevistadas. Ao ingressar no sistema prisional, foi inicialmente encaminhada ao Estabelecimento Prisional de Tires, mas não pôde permanecer na unidade, e a justificativa dada foi em razão da presença de genitália masculina, sendo posteriormente transferida para o Hospital Prisional, onde permaneceu durante algum tempo antes de conseguir a transferência para o Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo. Ao longo desse percurso, também relatou dificuldades para acessar acompanhamento endocrinológico e descreveu situações em que sua identidade de gênero foi questionada durante o cumprimento da pena, relatando episódios que interpretou como marcados por preconceito e constrangimento.

P28: (...) "Não me deixaram entrar. Não me deixaram entrar. Portanto, eu fui pro hospital prisional. Fui ser tratada como uma doente, isolada de homens e mulheres (...)Pelo fato de eu ter documentos femininos e ter um órgão genital ainda masculino, eu não podia ser colocada (...) Um ano vestindo pijama, sendo aberta uma, uma, uma hora por dia. (...) Hã, sempre deixei claro que eu fazia (tratamento hormonal)*, só que não me deram o tratamento na dosagem certa. Deram aquilo o que achavam necessário. (...) Eu retrocedi. (...) Eu tive um ano no hospital prisional e não tive direito a endocrinologista. (...) Foi infectologista que... infectologista (...) Demorou, porque até os serviços clínicos aqui acharem que essa consulta era relevante, não tinham qualquer tipo de, de não sabiam me dar. Foi eu chegar e mostrar as minhas necessidades, mostrar aquilo que era preciso, que eles foram começando a se adaptar"*

P28:"Quando eu cheguei aqui, ele (agente prisional) *disse assim: "Ai, mas eu já vi mulheres na sua condição que são muito mais femininas do que tu", "mas eu espero que você se porte bem e que não ia, não ande aí a engravidar ninguém". "Você tem ereção?" Pra mim. (...) Nunca vou ligar-- li-lidar bem com o fato de eu não ter os mesmos direitos que as outras.*

E só os consegui porque lutei por eles, entende? Nomeadamente, a parte do desnudamento feito por mulheres, não era feito por mulheres. (...) E das, das, das vezes em que aconteceu, é, tive que bater mesmo o pé. (E: Você chegou a ser revistada por homem?) P28: Cheguei. Cheguei contra a minha vontade. Foi a primeira vez que eu fui cumprir uma medida disciplinar e entrei numa depressão, porque só me lembrava daquela, daquela, daquela situação. E depois disso eu falei: "Nunca mais". (...) Não tiro. É o meu direito como mulher. Há uma lei desde 2018 que me protege. Não me protege essa lei porque? Não tirei. (...) Não tô exigindo nada, é um direito que é meu. Portanto, eu escrevi à direção geral, foi toda uma coisa, fiz relatórios aqui nos serviços clínicos pra que fossem enviados pra direção geral e finalmente saíram as regras, hã, para reclusas transgênero. Portanto, nada daquilo que eles tavam acostumados a fazer, hoje é válido. Hoje é tudo punível por lei, com processo e tudo, entende? Principalmente as bocas, as piadas, a maneira, a maneira de ser intrusiva na intimidade da reclusa, tudo isso hoje dá processo. Antes não dava, é por isso que eles abusavam, entende?"

Esse relato evidencia como aspectos rotineiros da vida prisional, como os procedimentos de revista, podem assumir significados distintos quando atravessados por questões relacionadas à identidade de gênero. Além disso, a sua história sugere que o próprio funcionamento institucional teve dificuldades para acomodar experiências que escapavam das categorias tradicionais de organização do sistema prisional.

Mais do que episódios isolados, essas situações sugerem que a experiência prisional dessa participante foi marcada pela necessidade constante de reafirmar sua identidade diante de práticas e discursos que, em diferentes momentos, colocavam em dúvida o seu reconhecimento como mulher. Nesse sentido, sua narrativa evidencia como marcadores relacionados à identidade de gênero podem produzir desafios específicos no cotidiano prisional, demonstrando também que o reconhecimento desses direitos não ocorreu de forma automática, exigindo da participante sucessivos movimentos de reivindicação e negociação junto à própria instituição.

As relações construídas no interior da prisão também influenciaram a forma como o cotidiano era vivido pelas participantes. As entrevistas revelam experiências bastante distintas na convivência com guardas, agentes prisionais e outras mulheres em situação de reclusão. As experiências descritas contrastam entre relações respeitosas e de apoio por parte dos profissionais, e situações de conflito, violência e tratamento desigual. Mais do que simples relações interpessoais, esses vínculos influenciavam diretamente a forma como as participantes experienciavam a prisão: para umas, estes relacionamentos significavam uma forma de tornar o cotidiano mais suportável, e para outras uma situação que intensificava o sofrimento subjacente ao próprio encarceramento.

P20: "Tô falando das atitudes das guardas. Das guardas, da instituição. Exatamente, porque eu posso fazer as coisa errada, mas tem que ver o como que a guarda vai me corrigir. Se eu faço uma coisa errada, é uma prerrogativa da guarda me corrigir. Agora, se a outra faz também tem que ser corrigido. Então acho que se dizem que nós todas temos direitos iguais e coisa, a gente também, tipo assim, temos, temos regras e direitos, então tem que ser pra todas."

P24: "Nunca! As guardas brincam comigo, gostam de mim, todas gostam de mim"

P12: "Não, tipo com as guardas é maioria que nem olha na nossa cara, se agente pergunta alguma coisa já fica na ignorância, já vem gritando, as vezes a pessoa faz uma pergunta simples e elas fazem um (gesto com as mãos indicando explosão)"

A percepção das participantes sobre a atuação das agentes prisionais não dependia apenas da existência de regras institucionais, mas, sobretudo, da forma como essas regras eram aplicadas no cotidiano. A sensação de tratamento igualitário ou de reconhecimento aparece como elemento importante para a construção de relações consideradas respeitosas, enquanto percepções de arbitrariedade ou de falta de acolhimento contribuíam para experiências mais negativas do encarceramento.

(P28) Porque nós não podemos cuidar umas das outras. Há uma regra aqui dentro que diz agora, que saiu agora, de que nós não podemos fazer essas coisas umas às outras. Ou seja, temos que andar à bulha, temos que andar à porrada. (...) Mas o fato de não podermos cuidar umas das outras, eu acho que isso torna a cadeia em si muito mais fria do que aquilo que ela é, porque aquilo que ... quem, quem é que suporta a cadeia? São as pessoas.

(P21): Temos que ter punho, eu quando… quando cá tive eu era muito mal e agora tendo voltado eles já sabem, por isso eles nem se metem comigo (...) vinham pra me bater e eu não deixava, fodia-a toda (...) sei lá, uma eu parti-lhe a boca toda, outra… tive muitos castigos, por isso é que eu tive que cumprir tudo até o fim, porque eu tive muitos castigos da porrada que eu lhe dava

As narrativas mostram igualmente, que a convivência entre as próprias reclusas também era marcada por ambivalências. Ao mesmo tempo em que surgiam relações de solidariedade e cuidado mútuo, apareciam conflitos e episódios de violência que refletiam as tensões produzidas pela própria vida em reclusão. Nesse contexto, o relato da participante P28 chama atenção ao sugerir que determinadas regras institucionais restringiam práticas de cuidado entre as internas, fazendo com que comportamentos de apoio fossem desencorajados. Para essa participante, essa limitação contribuía para tornar o ambiente prisional ainda mais impessoal e difícil de enfrentar.

Em alguns relatos, apareceram ofensas dirigidas a outras mulheres em razão de sua origem étnica, raça ou orientação sexual, revelando que desigualdades e estigmas presentes fora da prisão também atravessavam o cotidiano institucional.

P23: "Que aqui o pessoal cigano não sei qual o problema deles, tudo burro na real né, tudo burro, não sabe ler nem escrever, mas adora ficar arrumando confusão, é o que eles mais gostam (...) Aqui chamam ela (refere-se a outra participante) *de macaca, tendeu? Pra tu ver como o pessoal não tem uma noção e uma que xingou ela, foi uma sapatona entendeu? Burra."*

P15: "comigo Graças a Deus nunca aconteceu nada, mas já escutei muito porque aqui elas não falam pelo nosso nome, se tem uma briga é "as brasileiras" não é "a Catarina (nome alterado para preservar a confidencialidade) *que fez alguma coisa" é "as brasileiras", "as brasileiras vem aqui e tomam nossos empregos", "as brasileiras vem aqui e tipo, conseguem tudo com as guardas" (...) que a gente chega aqui e toma tudo e principalmente a questão lá de fora, dos maridos, que a gente é puta."*

Chama atenção que os relatos que reproduzem estigmas ao mesmo tempo em que denunciam discriminações vivenciadas no próprio contexto prisional, sugerindo que diferentes formas de preconceito coexistiam e atravessavam as relações entre as participantes. A convivência prisional não elimina preconceitos já presentes na sociedade. Pelo contrário, eles indicam que diferenças relacionadas à nacionalidade, etnia, raça e orientação sexual continuavam a organizar parte das relações estabelecidas entre as próprias reclusas, tornando-se, em alguns momentos, motivo de discriminação e conflito. Mais do que episódios isolados, essas experiências evidenciam que o ambiente prisional também reproduz hierarquias e estigmas sociais construídos fora dos seus muros, fazendo com que determinadas participantes vivenciassem formas adicionais de vulnerabilização durante o cumprimento da pena. Nesse sentido, a privação de liberdade não significou a suspensão dessas desigualdades, mas a sua permanência em um novo contexto institucional.

A manutenção dos vínculos familiares apareceu como um dos maiores desafios da experiência prisional, especialmente entre as participantes estrangeiras e aquelas cujas famílias residiam longe dos EP's. A manutenção do contato com a família foi descrita como fundamental para enfrentar o cumprimento da pena, as narrativas sugerem que essa possibilidade não era vivenciada de forma homogênea. Para as participantes estrangeiras, a distância geográfica, os custos das viagens e as limitações impostas pelas formas de comunicação disponíveis faziam com que a separação da família fosse experimentada de maneira particularmente intensa. Assim, ainda que as chamadas telefônicas e as videochamadas possibilitassem algum contato,

elas eram frequentemente descritas como insuficientes para suprir a ausência da convivência presencial, especialmente em relação aos filhos.

P12: "Então a gente nunca espera ficar presa, ainda mais um oceano de distância, que nem aqui é mais fácil pra quem mora aqui que tem parente, as vezes até é mais difícil porque as pessoas abandonam as outras né, mas pra gente que é do Brasil que sabe que nossa família iria querer ir tudo lá visitar e não podem ver e aqui não poder nem chegar perto, consegue mal, mal uma ligação num dia, que normalmente é muita gente o telefone tá ocupado o tempo todo, entendeu?"

Nesse sentido, os vínculos familiares assumiam um papel ambivalente durante o encarceramento. Ao mesmo tempo em que representavam uma importante fonte de apoio emocional, também tornavam mais evidente a distância, a saudade e as perdas produzidas pela privação de liberdade, sobretudo entre aquelas que cumpriam pena longe do seu país de origem.

A maternidade também assumiu novos significados durante o encarceramento. As narrativas mostram que o encarceramento não interrompeu os papéis familiares desempenhados por essas mulheres, mas modificou profundamente a forma como esses vínculos passaram a ser vividos. O exercício desse papel permaneceu presente durante o encarceramento, assumindo novos desafios impostos pelo contexto prisional. Para aquelas que permaneceram com os filhos na prisão, a maternidade foi atravessada pelas limitações institucionais e pela perspectiva da futura separação. Já para aquelas cujos filhos permaneceram fora do estabelecimento prisional, a distância e a impossibilidade de participar do cotidiano familiar intensificaram sentimentos de perda e preocupação. Em alguns casos, contudo, os filhos também apareceram como fonte de esperança e reorganização da própria experiência prisional, atribuindo novos significados ao cumprimento da pena

P02: Foi a pior fase da minha vida porque entrei com um bebê pequenino, tinha acabado de nascer. Ele foi criado aqui, ele nunca conheceu a rua sem ser a cadeia (...) Mas o que me custou mais foi quando ele foi embora. (...) Ele saiu pra família com 3 anos e 7 meses, quase quatro anos, que é o valor daqui (...) porque já não o podia cá ter. Ele andava aqui na escolinha.

(P11): (...) eu já tava perdendo muito sangue, tava com muita contração (...) e queriam fechar a gente, e as menina falando "não hoje a gente não vai ser fechada se não levar ela pro hospital" (...) e eu chorava e eu tava sangrando muito, a enfermeira veio de novo ver e falou assim "essa daí é tudo mentira não é nada" eu falei assim "eu tô sangrando, não tô brincando", e eu chorava e eu falava pra ela "pelo amor de Deus" e ela falou pra mim "olha, cala a boca e fica quieta" e pegou e me trancou de novo na cela (...) a guarda, a guarda Heloísa

(nome alterado para preservar a confidencialidade) *né ela falou assim "ela tá sentindo dor de verdade, ela não tá brincando" (...) A dona Heloísa que ligou pro graduado que é lá pra chefia na frente e falou "olha eu preciso mesmo de um INEM, a enfermeira não autoriza mas ela tá sangrando e ela tá de 9 meses" (...) Cheguei no hospital e (...) ela (a médica) perguntou "porque que demoraram tanto pra trazer ela?", ai eu falei "porque eu tô presa, eles me trancam e aí eu fico ao Deus dará"*

P12: E eu também não sabia que tava grávida, eu descobri aqui quando eu vim presa, então se soubesse acho que nem teria vindo (...) eu descobri eu tava já de 17 semanas, então eu já não podia mais tirar e nem atrasar nem nada (...) foi pior ainda do que ficar presa, porque uma coisa é você tá presa sozinha, outra coisa é você tá presa com um bebê que vai nascer aqui e vai ficar aqui até você sair.

De forma geral, o cotidiano prisional foi descrito como uma experiência de adaptação permanente às limitações impostas pela instituição. As narrativas revelam que o encarceramento não significou apenas a privação da liberdade, mas a necessidade constante de reorganizar aspectos centrais da vida cotidiana, como o acesso a recursos materiais, aos cuidados em saúde, ao trabalho, às relações interpessoais e aos vínculos familiares. Nesse processo, vulnerabilidades já presentes nas trajetórias das participantes não desapareceram com a prisão, mas foram reconfiguradas e, em alguns casos, intensificadas pelas condições do contexto prisional. Ao mesmo tempo, os relatos evidenciam que essa experiência não foi vivida de forma homogênea, sendo atravessada por características individuais, pelos recursos disponíveis e por marcadores como nacionalidade, identidade de gênero, maternidade e situação socioeconômica, produzindo diferentes formas de vivenciar o cotidiano do encarceramento.

Impactos e significados da experiência prisional:

Esse subtema buscou compreender os impactos e os significados atribuídos ao encarceramento. As participantes recorreram às suas próprias experiências, descrevendo aquilo que viveram e, principalmente, as formas que encontraram para lidar com o encarceramento. Essas respostas sugerem que os significados atribuídos à prisão foram construídos menos por meio de definições abstratas e mais a partir das experiências concretas vividas no cotidiano prisional.

Para algumas participantes a prisão foi narrada como uma experiência que exigia constante resistência emocional. Em vez de refletirem sobre o que significava estar presa, as participantes falavam da necessidade de permanecer fortes, controlar os próprios sentimentos e

encontrar maneiras de suportar a rotina prisional. Em algumas narrativas, essa resistência aparecia associada à fé, ao pensamento positivo ou à tentativa de viver "um dia de cada vez", em outras, surgia como uma forma de evitar o adoecimento psicológico diante das dificuldades impostas pelo encarceramento.

P01: "olha, nós aqui somos mulheres guerreiras. Apesar das nossas falhas que nós cometemos, dos nossos erros que nós cometemos, mas eu digo aqui que tem umas que tão mesmo por necessidade e tem umas que tão por aventura (risos). O que eu vejo é isso. (...) Mas eu vejo assim, a gente é muito forte. Tem que ser forte aqui dentro, o clima é bem pesado e se tu não for forte e se tu não ter um pensamento positivo, tu não ter uma intimidade com Deus , aqui tu é capaz de tirar a própria vida, porque já teve meninas aqui que já tirou a própria vida, já se matou aqui dentro"

P15: "as novas que chegam agora perguntam como que a gente ainda tem a sanidade, como que a gente consegue andar sorrindo por tudo que já aconteceu (...) e a gente fala que não pode absorver o que acontece com os outros pra nós, que a gente tem que por máscara, que é viver um dia de cada vez e pensar que isso aqui não é pra sempre e tentar."

Mais do que características individuais, essas formas de enfrentar o encarceramento foram descritas como aprendizagens construídas ao longo da própria experiência prisional.

Outro aspecto que chamou atenção foi que, quando as participantes eram convidadas a refletir especificamente sobre a condição de serem mulheres estrangeiras ou mulheres ciganas na prisão, poucas responderam à pergunta em termos identitários. Em vez disso, suas respostas voltavam, mais uma vez, para o cotidiano da prisão e para as experiências concretas vividas durante o encarceramento.

Algumas afirmavam que a prisão era difícil independentemente da nacionalidade ou da etnia, enquanto outras relacionavam essa condição às formas como percebiam o tratamento recebido dentro da instituição. Esse movimento foi recorrente nas entrevistas e sugere que, para essas mulheres, a experiência prisional se sobrepunha às categorias de identidade propostas pela pesquisadora. Assim, as diferenças apareciam menos como uma identidade compartilhada entre essas mulheres e mais como experiências particulares, construídas a partir de suas trajetórias e das relações estabelecidas no contexto prisional.

P18: "Aqui dentro? Uma mulher cigana é como as outras, não tem nada assim diferente como as outras."

P20: "Ah, é a mesma coisa entre aspas lá fora (...) é a mesma situação, tipo, as diferenças, sabe, dos direitos."

Aspectos como a nacionalidade e a etnia não foram mobilizadas pelas participantes como categorias centrais para compreender sua experiência prisional. Quando essas dimensões apareciam, elas eram interpretadas a partir de situações concretas de tratamento diferenciado, e não como elementos organizadores de uma identidade coletiva dentro da prisão. Desse modo, a condição de estar privada de liberdade parecia assumir maior centralidade em seus discursos do que outras pertenças sociais inicialmente propostas na entrevista.

Embora essa forma de narrar o encarceramento tenha predominado, uma participante apresentou uma elaboração distinta. Em vez de centrar sua narrativa apenas no sofrimento ou nas dificuldades, ela descreveu a prisão como um período em que buscou reconstruir aspectos da própria trajetória, aprender novas atividades e transformar aquele tempo em uma oportunidade de crescimento pessoal. Diferentemente das demais participantes, sua narrativa desloca o foco da resistência cotidiana para uma postura ativa de atribuição de sentido ao tempo de encarceramento, entendendo esse período como uma possibilidade de transformação pessoal.

P28: "Eu acho que era mais fácil deixar-me estar. Deixar-me estar, deixar-me fazer com que eu achasse o meu espaço em meio prisional. E foi o que eu fiz. E foi o que eu fiz. Eu acho que fui muito dinâmica nisso, porque eu não... eu, eu desde que tô aqui, nunca parei no mesmo trabalho. Eu tentei fazer tudo aquilo, o que eu não... eu nunca fiz na vida, porque aquilo ia me agregar em algo. Não era nem pelo dinheiro. Precisava? Precisava. E preciso. Mas o que eu queria mais era agregar ao meu conhecimento de vida. Portanto, eu fui pra copa, fui servir, fui trabalhar na faxina, na limpeza, fui pras obras durante oito meses. Portanto, eu fiz coisas que no Brasil eu jamais me passaria na ideia da cabeça de que eu ia fazer algo do gênero, mas eu só fui porque aquilo me agregou, agregou na minha evolução pessoal. Não tem nada a ver com o meu percurso prisional. Eu tava a procurar mais, eu tava a procurar algo além, entende? Porque assim, a cadeia passa, fica eu. Se a cadeia não sai de mim, portanto, o que que fica? Entende?"

Em conjunto, as narrativas evidenciam que a experiência prisional não foi construída pelas participantes a partir de uma identidade compartilhada enquanto mulheres, estrangeiras ou ciganas, mas sobretudo a partir das formas como cada uma vivenciou o encarceramento. As diferenças entre suas histórias não residem apenas nas trajetórias que as levaram à prisão, mas também nos modos como atribuem sentido ao tempo vivido no cárcere. Enquanto para algumas a experiência permaneceu associada principalmente ao sofrimento e à necessidade de suportar a rotina, para outras ela também abriu espaço para processos de reflexão, reconstrução e mudança.

A participante P01 atribuiu um significado espiritual ao que estava vivendo, entendendo a prisão como uma oportunidade de aprendizado, amadurecimento e como parte de um propósito divino. "*E aí quando eu fui presa a ficha caiu mas foi só tristeza. Mas eu digo assim que Deus tudo tem um propósito né, se eu tô aqui foi pela permissão de Deus porque eu vinha aprender e amadurecer, né que eu não vinha cometer os mesmos erros (...)"*. Nesse caso, a fé surgiu como uma forma de interpretar e dar sentido à ruptura provocada pela privação de liberdade. A experiência da prisão foi ressignificada a partir das crenças religiosas da participante, permitindo que a prisão fosse interpretada não apenas como consequência do envolvimento no tráfico, mas também como uma oportunidade de aprendizado e transformação pessoal.

Esses diferentes posicionamentos sugerem que o encarceramento não produz um único efeito sobre as trajetórias das mulheres, mas constitui uma experiência continuamente reinterpretada à luz das histórias de vida, dos recursos pessoais e das possibilidades que cada participante encontrou para enfrentar esse período. Assim, mais do que produzir um significado único sobre o encarceramento, as narrativas revelam que os sentidos atribuídos à prisão são construídos de forma situada, atravessados pelas histórias, pelas relações e pelos recursos que cada participante mobiliza para lidar com essa experiência.

4. Ressignificando o passado e construindo o futuro

Ao refletirem sobre o futuro, as participantes não se limitaram a descrever planos ou expectativas após o cumprimento da pena. Suas narrativas revelaram também um movimento de reavaliação das próprias trajetórias, no qual o envolvimento no tráfico e a experiência de encarceramento passaram a ser interpretada à luz das perdas vivenciadas, das fragilizações das relações familiares e da possibilidade de reconstrução da vida em liberdade. Mais do que projetarem o futuro, as participantes revisitaram o passado, atribuindo novos sentidos às decisões que as conduziram ao sistema prisional.

A maior parte das participantes afirmou que, se pudesse voltar atrás, não teria se envolvido com o tráfico de drogas. O arrependimento, contudo, não apareceu apenas como uma reação à condenação ou ao tempo de prisão, mas sobretudo à percepção das consequências produzidas na vida pessoal e familiar. Em diversas narrativas, a prisão foi descrita como uma experiência que permitiu compreender o custo das escolhas realizadas, posicionando o tráfico como algo que "não valeu a pena".

P01: Não, porque dinheiro nenhum compra a nossa liberdade.

P15: Não teria feito essa viagem jamais, porque o sofrimento que eu causei pra minha família, pra minha filha e tudo que eu já passei aqui dentro, não vale a pena. (...)Então é uma coisa que não vale a pena, se a gente soubesse, se eu soubesse tudo que eu sei hoje jamais teria feito isso, jamais mesmo, porque a dor que eu causei pra minha família hoje em dia eu vejo, minha mãe adoeceu, então custa muito, muito, muito mesmo. (...) todo o dinheiro que eles gastaram comigo durante esses anos todos era o que eles podiam ter me ajudado naquele (...) então nada valeu (...) parece que aqui dentro a gente dá mais valor as coisas, a gente começa a dar mais valor as coisas que antigamente a gente não dava, é isso.

P26: O crime não compensa, não compensa. Não há dinheiro para liberdade, não há dinheiro pra gente tá com a nossa família. (...) Este é um cemitério de vivos.

Embora todas expressem arrependimento, chama atenção que esse sentimento não está centrado no tráfico em si, mas nas consequências que dele decorreram. Nas narrativas, o sofrimento provocado pela separação da família, pela perda da liberdade e pelo impacto causado às pessoas próximas aparece como o principal elemento que leva essas mulheres a ressignificarem suas escolhas e a projetarem um futuro distante do envolvimento com o crime.

Em uma das narrativas, o processo de ressignificação esteve menos relacionado às consequências penais do envolvimento com o tráfico e mais aos impactos que essa atividade produzia na vida de outras pessoas. Ao estabelecer uma relação entre o sofrimento vivenciado ao acompanhar a dependência química do marido e o fato de comercializar drogas, a participante passou a reconhecer o lugar que ocupava nesse processo, atribuindo um novo significado à própria atuação no tráfico. Nesse caso, o arrependimento emerge da capacidade de se perceber não apenas como alguém afetada pelo tráfico, mas também como participante de uma dinâmica que produzia sofrimento em outras famílias.

P22: É, sim, eu já tava farta desta vida. Eu não queria. Ultimamente chorava, sentia-me culpada, eu via... Tipo, as pessoas consumiam. Eu, eu imagino, eu tô a sofrer, porque eu vivo com uma pessoa que consome. E eu tô a fazer isso a outras pessoas.

A religiosidade também apareceu como forma de atribuir sentido à prisão. Mais do que interpretar a prisão como uma consequência exclusiva de suas próprias escolhas, uma participante atribuiu essa experiência à vontade de Deus, compreendendo o encarceramento como um acontecimento que interrompeu precocemente sua aproximação com o tráfico e com o "dinheiro fácil". Nessa perspectiva, a prisão deixou de ser percebida apenas como uma punição e passou a ser interpretada como uma oportunidade de redirecionar sua trajetória através da fé.

P25: "É coisa de Deus, deixa, pra Deus. Foi... Eu acho que é assim. Se aconteceu de eu estar, tudo é a permissão de Deus. Se eu tô aqui, foi permissão de Deus. Não é isso tudo na vida, não é permissão de Deus? Então eu fiz, errei. Então, mas Deus me permitiu que eu errei e viesse pra aqui. Permissão de Deus. Então, como é que fala? Eu acho que, que Deus não que... tipo assim... Eu acho que Deus não queria que eu provasse de dinheiro fácil pra mim não pegar gosto e continuar, entendeu?"

Se o passado era reinterpretado pelo arrependimento, o futuro era construído em torno de objetivos bastante concretos. Diferentemente da complexidade que marcou os discursos descritos anteriormente, os projetos de futuro apresentados pelas participantes foram, em grande parte, objetivos e concretos: conseguir um trabalho, reconstruir os vínculos familiares e retomar a convivência com os filhos. Mais do que grandes projetos, essas expectativas parecem construir-se na valorização daquilo que antes parecia ordinário: recuperar relações interrompidas pelo encarceramento, cuidar dos filhos e construir uma rotina distante da atividade criminal.

P18: Eu quero sair daqui e quero tá em paz, quero fazer minha vida normal, ser feliz com a minha filha e com meu companheiro, não quero voltar mais ao crime de drogas e nem crimes novos, quero viver em paz.

P25: É, trabalhar, meus filho, cuidar dos meus filho, que meus filho é tudo. Voltar pro Brasil, trabalhar, esquecer que eu passei por isso, esquecer desses, dessas, disso aí que eu passei, de, de dinheiro fácil.

A condição de migrante e o receio de ser expulsa de Portugal após o cumprimento da pena apareceu como uma preocupação para uma das participantes. Nesse caso, o fim da pena não era percebido como o encerramento das dificuldades, mas como o início de uma nova etapa marcada pela incerteza. A liberdade passa a depender não apenas do cumprimento da pena, mas também da possibilidade de permanecer legalmente no país onde pretendia reconstruir sua trajetória.

P20: pelo juiz aqui, (...) não tenho esse perigo de, de ser deportada (...) mas o meu grande medo é depois que eu sair da cadeia, não conseguir renovar a minha autorização no SEF, pelo fato de eu ter um registro criminal. Então o que acontece, eu vou ficar ilegal no país? E pelo que eu fiquei sabendo, o SEF sim, pode depois pedir pra me retirar (...) Meu grande dilema tá nisso (...) A minha expectativa de sair daqui é voltar a trabalhar, entendeu? Não digo que eu não queira voltar pro Brasil, mas eu não queria voltar agora, entendeu? (...) Não era isso que eu quis, não, não foi pra, tipo, pra isso que eu vim pra Portugal.

Entre todas as narrativas, destacou-se a da P28, cuja reflexão ultrapassou a formulação de planos concretos para o período pós-prisão e assumiu a forma de um projeto deliberado de reconstrução da própria trajetória. Mais do que reconstruir sua vida material, a participante descreve um processo de reconstrução de si mesma, no qual a prisão passa a integrar sua história não apenas como uma experiência de sofrimento, mas também como um marco de transformação pessoal. Para além de projetar mudanças concretas, sua narrativa evidencia um intenso processo de ressignificação da própria identidade, no qual a experiência prisional é incorporada como parte de uma trajetória de aprendizagem e transformação, e não apenas como um episódio a ser superado.

P28: Eu não quero um trabalho onde eu só sobreviva. Eu quero um trabalho onde eu possa evoluir, entende? Onde eu possa construir. (...) A minha necessidade não é só sobreviver, a minha necessidade é planejar um futuro. (...) Eu não quero só sobreviver, quero construir, quero evoluir. (...) Eu não vou dar espaço pra pensar porcaria, entende? Eu não vou dar espaço pra que a frustração entre de novo na minha vida. (...) Eu quero mesmo usar o meu testemunho pra ajudar outras pessoas, assim como fiz na reportagem do Público. (...) Eu quero chegar a pessoas, principalmente que tenham a mesma realidade que a minha, que sejam transexuais (...) e mostrar a minha história e dizer que esse não é o caminho. Queria mesmo fazer isso.

Sua narrativa também se diferencia das demais por deslocar o foco da reconstrução exclusivamente individual para uma dimensão coletiva. Ao afirmar o desejo de compartilhar sua história com outras pessoas transexuais, a participante atribui à experiência prisional um sentido que ultrapassa sua própria trajetória, transformando-a em um recurso para orientar e apoiar pessoas que possam enfrentar situações semelhantes. Nesse sentido, o futuro deixa de ser pensado apenas como um recomeço pessoal e passa a incorporar um propósito de contribuição social.

De modo geral, as narrativas reunidas neste tema sugerem que o encarceramento constituiu um importante ponto de inflexão na vida das participantes, desencadeando diferentes processos de reflexão sobre o passado e de elaboração de projetos para o futuro. Embora essas mudanças tenham assumido formas e intensidades distintas, predominou a percepção de que a experiência da prisão modificou a maneira como compreendiam suas escolhas, suas relações e aquilo que desejavam para a vida após a liberdade.

5. Identidade, estigma e resistência: quando a diferença pesa

Ao longo das entrevistas, questões relacionadas à nacionalidade, etnia, raça e identidade de gênero apareceram de forma recorrente. Algumas narrativas trouxeram experiências

específicas de discriminação, pertencimento e resistência que justificaram sua reunião neste último tema. Esse tema surge, também, como um eixo analítico transversal, que busca compreender como as dimensões analisadas anteriormente se articularam na produção de experiências particulares de exclusão, preconceito, afirmação identitária e enfrentamento.

Entre as participantes estrangeiras, especialmente as brasileiras, surgiram relatos que associavam sua nacionalidade a estereótipos socialmente difundidos. Essa imagem foi frequentemente retratada como associada à prostituição, à pobreza e à ameaça às relações conjugais, tanto por parte de outras reclusas quanto, em alguns casos, de profissionais da instituição prisional. Mais do que episódios isolados, as narrativas sugerem que a nacionalidade funcionava como um marcador social capaz de influenciar a forma como algumas participantes percebiam ser vistas e tratadas no contexto prisional, articulando preconceitos relacionados simultaneamente ao gênero e à classe social.

(P06): Eles são muito preconceituoso, porque eles dizem que toda brasileira é puta né? Prostituta, não sei como se diz aqui. Eles é igual as ciganas, tem cigana que não gosta das brasileiras porque diz que as brasileiras rouba marido, rouba marido, essa é a culpa das brasileiras aqui.

(P11): Tipo em geral, todos, tanto as reclusas como os guardas prisionais como diretora como todo mundo, eles acham a gente coitado porque a gente não tem nada porque no Brasil não tem nada só tem favela e arma, na verdade não é isso, eu falei assim "não não é isso, não tem nada a ver"

Diferentemente dos relatos anteriores, uma participante deslocou a discussão sobre preconceito da esfera das relações interpessoais para o funcionamento das próprias instituições. Embora afirmasse não ter vivenciado episódios diretos de xenofobia em razão de sua nacionalidade, descreveu que a condição de imigrante era acompanhada por dificuldades relacionadas ao acesso à documentação, aos serviços públicos e ao mercado de trabalho. A vulnerabilidade acrescida não decorreu apenas da condição de estrangeira, mas sobretudo da ausência de mecanismos institucionais capazes de apoiar o processo de integração no país de acolhimento.

(P20): A única coisa que eu acho muito difícil pra gente que é estrangeiro, não digo talvez só eu brasileira, mas quem é estrangeiro, essa situação que me fez levar a fazer o meu crime. Essa espera que o, o país demora pra dar essa autorização de residência (...) eu tentei fazer tudo corretamente pra ficar legal aqui. Dentro do possível, fiz tudo que manda a lei, tudo que o requisito deles. Mas a gente não tem nenhum suporte. A gente não tem nenhum suporte

do, do país, do governo, enquanto não tem essa residência, porque tudo que você vai atrás de pedir uma ajuda.

Esse relato evidencia que, para essa participante, a experiência migratória foi marcada menos por episódios explícitos de discriminação e mais por barreiras institucionais percebidas como dificultadoras da inserção social. A demora na regularização documental foi narrada como um fator que restringia o acesso ao trabalho formal e aos serviços públicos, produzindo um sentimento de desamparo que, em sua interpretação, contribuiu para aumentar sua vulnerabilidade no período anterior ao encarceramento, contribuindo, inclusive, para a sua decisão de realizar a atividade criminal. Dessa forma, a nacionalidade aparece associada não apenas às formas de estigmatização social, mas também às experiências de vulnerabilidade produzidas pelas dificuldades de inserção no contexto de acolhimento.

A diferença étnica como motivo de discriminação e de tratamento desigual foi expressiva nas participantes de etnia cigana. Para estas mulheres, o preconceito e imagem de "menor credibilidade" esteve sempre presente nas relações cotidianas, mas também na atuação das instituições com que tiveram contato ao longo da vida.

(P22) sinto que há muito racismo, existe muito racismo. É, mas eu senti, é, tipo o juiz que deu prisão preventiva. (...) Há mulheres aqui, sem ser só eu, que não há motivos pra estarmos presas aqui nesta rede. E pelo fato de sermos ciganas, sermos ciganas, eu acho que es-- foi mais isso, que a gente... Ele não quis ninguém da rua.

(P26) É, tipo aqui, aqui na cadeia. Hã, vale mais uma reclusa, sem ser cigana falar uma coisa do que uma cigana.

As experiências de racismo também marcaram a trajetória das participantes negras, antes e durante o encarceramento: a cor da pele é referida como "o motivo" que justificou ofensas, descredibilização enquanto mães e episódios de humilhação pública. Para algumas, a prisão é percebida como mais um espaço de reprodução e de prolongamento de desqualificação racial.

P03: É difícil uma mãe negra, porque eu me considero negra, ter um filho branco (...) a senhora segurou no carrinho, perguntando se eu era babá da miúda, eu disse que não, que era a minha filha. (...) Aquela senhora olhava pra minha filha e olhava pra mim e disse pra mim "Não, você não é a mãe dela porque você é uma preta, você não é a mãe dela. Olha o teu cabelo, o teu cabelo parece esfregão de panela e olha pra miúda, parece uma japonesa" e começou as palavras ofensivas e eu implorando que ela soltasse o carrinho, e ela não soltou, até que os policial que fazem controle do comboio entrou (...) eu fui obrigada a entregar os

documentos meu e da minha filha como prova que a minha filha é minha filha, e isso foi a que mais me marcou. (...)

P08: (...) então como ela me chamou de 'macaca' eu não gostei, (...) a guarda falou que se eu quisesse eu posso fazer alguma queixa, meter um processo, mas eu não fiz.

A participante P03, ainda sintetizou "*acho que a escravatura não acabou, no meu modo de pensar, a escravatura não passou. Porque era só no tempo de escravo que as pessoas eram maltratadas assim pela cor da pele."* Essa afirmação não deve ser compreendida como uma referência histórica literal, mas como a forma encontrada pela participante para expressar a continuidade das experiências de discriminação racial em sua trajetória. Em sua narrativa, o racismo não apareceu como um episódio isolado, mas como uma experiência recorrente que atravessava diferentes momentos e espaços de sua vida.

Algumas participantes também interpretaram diferenças existentes entre os estabelecimentos prisionais masculinos e femininos como formas de desigualdade de gênero. Em suas narrativas, essa percepção incluiu aspectos como a duração das penas, as oportunidades de trabalho, o acesso a cursos de formação, frequência das visitas, possibilidade de saídas precárias e até mesmo aspectos relacionados às condições materiais da vida cotidiana na prisão. Para essas participantes, a comparação constante com a realidade dos estabelecimentos masculinos reforçava a percepção de que as mulheres eram mais penalizadas durante o cumprimento da pena.

(P10): Ela tá aqui ao mesmo tempo que o marido, o marido já foi duas vezes de precária, ela ainda não foi nenhuma, com uma bebê aqui e com uma bebê lá fora, mas meu Deus por isso é que as mulheres somos castigadas assim porque? (...) E a mulher não tinha aqui uma reclamação de nada, ela limpava, ela lavava, ela fazia limpezas aqui, ela fazia tudo, tudo e só quase aos 5 anos é que a mulher se foi embora. O marido ao fim de dois anos foi pra casa. E eu não entendo isso, eu queria falar com esta juíza, (...) "senhora doutora porque que nós mulheres temos que ser mais sacrificada dos que os homens?"

(P15): a maioria das meninas daqui sentem isso, que a gente é muito mais prejudicada do que os homens porque a maioria dos homens saem mais cedo, eles têm mais oportunidade até na cadeia, eles podem estudar, eles fazem curso, nós não.

Em suas experiências, a existência de oportunidades consideradas mais favoráveis aos homens era compreendida como evidência de um tratamento desigual dirigido às mulheres, produzindo sentimentos de injustiça e de maior rigor durante o cumprimento da pena. Assim, o encarceramento feminino era percebido não apenas como uma privação de liberdade, mas

também como um espaço onde desigualdades de gênero continuavam a ser reproduzidas, segundo a perspectiva dessas participantes.

A orientação sexual também surgiu espontaneamente como um tema marcante nas no discurso de algumas participantes. Foram relatadas situações de julgamento, constrangimento ou vigilância, antes e durante o encarceramento. No contexto prisional, essa dimensão apareceu sobretudo associada à vigilância das relações afetivas entre mulheres e à possibilidade de sanção disciplinar.

(P09): (...) estamos numa cadeia e eu não posso gostar de uma mulher? Não posso ficar com uma mulher? Que dá direito a participação, até castigo até! Se for apanhada aos beijos ou qualquer coisa aqui dentro dá direito a castigo.

P16): Aconteceu já e acontece, até porque tipo, eu sou bi, eu gosto de homem e de mulher, então tipo, eu sou muito julgada por esse fato entendeu? (...) Muitos diziam assim, principalmente homem, "Ai eu vou mostrar o que que é ser… vou te mostrar o que que é ser mulher".

A orientação sexual era percebida como motivo de julgamento, vigilância ou constrangimento. Enquanto algumas participantes associaram essas experiências a atitudes discriminatórias de outras pessoas, outra destacou que as próprias normas institucionais limitavam a expressão das relações afetivas entre mulheres. Assim, as narrativas sugerem que a orientação sexual também constituiu um marcador capaz de produzir experiências específicas de discriminação, tanto antes quanto durante o encarceramento.

De forma singular, a participante P28 refletiu explicitamente sobre a articulação entre diferentes marcadores sociais em sua própria trajetória. Ao descrever sua experiência, afirmou que sua vivência não era marcada apenas pela identidade de gênero, mas também pela condição de ser mulher, brasileira e negra, reconhecendo que esses diferentes aspectos atravessavam simultaneamente sua experiência no sistema prisional.

(P28) É porque as pessoas falam assim: "Ah, mas cê é só uma mulher trans". Não, eu não sou uma mulher trans. Eu sou uma mulher brasileira, eu sou uma mulher negra e sou uma mulher trans. Em mudança de gênero, que venhamos e convenhamos, isso ainda faz muita confusão, fez muita mossa ainda em pessoas que não têm... "Ah, mas como é então que não fizeste a operação?" Porque não calhou. Porque não calhou. Pronto. E o dia que calhar, eu faço. Mais nada, mas é o dia que calhar. Eu não vou fazer da minha vida um, um, como é que fala? Eu não vou fazer a minha vida em prol disso. Eu preciso viver, entende? Portanto, hã, lidei sim com alguns estigmas que ainda estão enraizados em meio prisional. (...) Já fui parar lá embaixo no castigo por causa disso. Hã, porque a, a guarda aqui que é extremamente

preconceituosa, extremamente preconceituosa e racista, (...) E pra mim mesmo já falava de maneira assim: por eu ser negra.

Diferentemente dos relatos apresentados nos subtópicos anteriores, em que os marcadores sociais apareciam de forma mais isolada, a narrativa da P28 evidencia como diferentes dimensões identitárias se articulavam na produção de experiências de discriminação. Em sua percepção, nacionalidade, raça e identidade de gênero não constituíam categorias independentes, mas aspectos inseparáveis de sua trajetória, produzindo vulnerabilidades que se sobrepunham. Nesse sentido, sua narrativa constitui a expressão mais evidente da natureza interseccional das experiências analisadas neste estudo.

O discurso de algumas entrevistadas revelou um movimento distinto no significado atribuído às experiências de discriminação racial e de gênero. A identidade apareceu também a como um recurso de resistência e de autovalorização, como uma forma de enfrentar processos de estigmatização historicamente associados à raça ou à etnia

(P02): Eu respondia que "sou cigana com muito gosto e prazer".

(P03): Eu tenho orgulho da minha cor e não vejo isso como razão de atos do que eu fiz, então eu me aceito de qualquer forma e eu acho também que na sociedade eu sou aceita perante a isso. E por eu ser estrangeira.

(P08): Não, eu não digo, eu não digo porque tenho orgulho do meu corpo, eu tenho orgulho do meu corpo. Eu não ligo se pessoas não gostam de pessoas de cor, essas pessoas, eu não ligo pra essas pessoas porque eu sei que tem muitos brancos que gostam de pretos e tem muitos por pretos que gostam de brancos, são casados, já tem filhos, família, então eu não ligo essas coisas.

As narrativas sugerem que, para essas participantes, a afirmação positiva da própria identidade constituiu uma forma de enfrentar processos de estigmatização historicamente associados à raça ou à etnia. Em vez de aceitarem essas características como motivo de desvalorização, elas as ressignificam como elementos constitutivos de quem são, recusando que a cor da pele ou a pertença étnica definam negativamente suas trajetórias.

Diferentemente das demais participantes, a narrativa da P26 não se limitou à afirmação positiva da identidade cigana, mas construiu um contraponto aos estereótipos atribuídos ao grupo, estabelecendo distinções morais entre a comunidade cigana e a população não cigana. Esse movimento sugere uma tentativa de contestar representações negativas historicamente associadas à sua identidade étnica.

(P26) Eu fico triste quando, tipo, quando a gente vê racismo. Eu digo, a gen-- nós, nós temos muito orgulho de ser ciganos. A gente fala logo: "Tomara você ser como nós, que nós

na nossa raça não há violadores, nunca violamos as crianças e vocês da vossa raça violam as crianças, os próprios pais deitam-se com as crianças e nós não". É logo a nossa palavra que tá na boca. Podemos ter ciganos presos por droga. Agora, os pais fazerem pouco das filhas, não existe nenhum.

Em conjunto, esses relatos evidenciam que as experiências interseccionais das participantes não se limitaram às diferentes formas de discriminação vivenciadas ao longo de suas trajetórias. As narrativas também revelam processos de afirmação identitária, pertencimento e resistência, mostrando que os mesmos marcadores sociais associados à vulnerabilidade puderam igualmente constituir importantes recursos para a construção de sentidos positivos sobre si mesmas.

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar, a partir das narrativas de mulheres estrangeiras falantes de português e de mulheres de etnia cigana em situação de reclusão por crimes relacionados ao tráfico de drogas, as trajetórias de vida, os acontecimentos e os contextos que marcaram os seus percursos antes e durante o encarceramento. Procurou-se ainda compreender de que modo dimensões como o gênero, a nacionalidade, pertença étnica, processos de racialização, condição migratória e classe social marcaram suas trajetórias e se articularam com o envolvimento no tráfico de drogas e a experiência prisional.

A análise permitiu chegar a quatro conclusões centrais em torno das quais se estrutura a discussão apresentada de seguida. Em primeiro lugar, embora a diversidade e heterogeneidades das trajetórias descritas pelas participantes, a maioria foi marcada pela acumulação sucessiva de vulnerabilidades e pela restrição progressiva de oportunidades sociais, econômicas e familiares. Em segundo lugar, o envolvimento no tráfico foi narrado como um processo relacional e situado, resultante de diferentes combinações entre necessidades materiais, vínculos afetivos e familiares, consumo de drogas, pressão e oportunidades concretas de participação. Em terceiro lugar, a experiência prisional é percebida, pela maioria destas mulheres, como uma ruptura biográfica, não interrompendo, contudo, as desigualdades vivenciadas antes de ali chegarem: reorganizou-as no cotidiano institucional e passou a integrar a forma como muitas participantes reinterpretavam o passado e projetavam o futuro. Por fim, as dimensões sociais abordadas, como o gênero, etnia e racialização, surgem como significados e pesos diferentes no discurso das participantes. Para algumas mulheres, foram centrais na experiência de discriminação, para outras, a condição de reclusão assumiu maior saliência do que a nacionalidade ou a etnia.

A **primeira conclusão** é que a acumulação de adversidades ao longo da vida e em diferentes contextos ajudou a configurar as condições em que certas decisões foram tomadas, mas não determinou, pelo menos de forma linear, o envolvimento no tráfico.

A maioria das mulheres entrevistas relatou percursos marcados por diferentes formas de privação e de exclusão social, tais como dificuldades financeiras persistentes, abandono escolar, inserção precoce e instável no mercado de trabalho, monoparentalidade sem rede de suporte social, rupturas familiares e vitimação por comportamentos de violência, física, sexual e psicológica. Mais do que eventos isolados e passageiros, as experiências apareceram como processos que se foram acumulando e sobrepondo, moldando o futuro imediato e mais distante destas mulheres.

Entre essas vulnerabilidades, destacam-se especialmente a restrição de oportunidades, as experiências de violência e a necessidade de sobrevivência, elementos que se mostraram centrais na construção das trajetórias analisadas.

As narrativas sugerem que a precariedade econômica esteve acompanhada por uma restrição progressiva das oportunidades percebidas pelas participantes. Em diferentes momentos, elas descreveram que alternativas relacionadas ao estudo, ao trabalho ou à mobilidade social eram inexistentes ou inacessíveis, fazendo com que determinadas estratégias passassem a ser percebidas, em diferentes momentos, como as únicas possibilidades disponíveis. Essa percepção aproxima-se das análises de Carlen (1988), para quem muitas mulheres em conflito com a lei constroem suas trajetórias em contextos marcados pela exclusão social e pela limitação persistente de oportunidades. Os relatos das participantes também são consistentes com a discussão de Belknap (2015) sobre como pobreza, precariedade laboral e responsabilidades familiares podem estreitar os horizontes de escolha percebidos pelas mulheres ao longo de suas trajetórias de vida.

Esses resultados aproximam-se da literatura atual sobre percursos femininos e criminalidade (DeHart, 2008; Duarte, 2012; Matos, 2008) e que salienta que os mesmos são construções no tempo, não derivados de um único fator e, muitas vezes, relacionados com experiências desigualdade e exclusão social. Os resultados encontrados permitem aprofundar essa leitura: o elemento relevante não foi apenas a situação de pobreza ou de instabilidade familiar, mas antes a articulação entre adversidades que restringiram, de modo progressivo, os recursos e as alternativas percebidas pelas participantes. A precariedade econômica, por exemplo, apareceu associada à interrupção dos estudos, à instabilidade laboral e à responsabilidade pelo sustento dos filhos. A violência, por sua vez, nem sempre foi apontada pelas próprias mulheres como causa direta do envolvimento no tráfico, mas integrou contextos relacionais que fragilizavam a autonomia e ampliavam adversidades já existentes. Embora compartilhassem experiências de privação e exclusão social, cada trajetória foi marcada por combinações particulares de acontecimentos e oportunidades.

Os resultados não sustentam a existência de um perfil único de mulher envolvida no tráfico. Sustentam, antes, a existência de percursos nos quais diferentes acontecimentos e relações reduzem ou ampliam possibilidades em momentos específicos. Esta interpretação é coerente com as contribuições de Belknap (2015), Carlen (1988), Chesney-Lind e Pasko (2013) e Matos (2008), que situam a criminalidade feminina nas condições sociais e relacionais em que as escolhas se tornam possíveis, sem retirar às mulheres capacidade de decisão.

A sobrevivência surgiu como um princípio organizador de várias narrativas: sobreviver para garantir sustento, proteção ou estabilidade para si e para suas famílias. A centralidade da sobrevivência nas narrativas reforça a necessidade de compreender a criminalidade feminina a partir das condições estruturais que moldam as possibilidades concretas de escolha das mulheres, e não exclusivamente como resultado de decisões individuais. Nesse sentido, a acumulação de dificuldades econômicas, familiares e sociais produziu trajetórias em que a precariedade foi descrita como uma condição permanente de vida (Carlen, 1988; Belknap, 2015; Chesney-Lind & Pasko, 2013).

Contudo, compreender a centralidade da sobrevivência não significa a ausência de alternativas ou justifica o envolvimento no tráfico. Remete, antes, pra o reconhecimento que as próprias participantes avaliaram as suas opções a partir de condições concretas e desigualmente distribuídas. A principal contribuição deste resultado consiste, portanto, em deslocar a explicação de uma escolha individual descontextualizada para o modo como vulnerabilidades, responsabilidades e oportunidades se articularam ao longo de cada trajetória.

Essa interpretação também dialoga com a investigação conduzida por Daly (1992), ao demonstrar que os percursos femininos para a criminalidade são construídos ao longo do curso de vida e resultam da combinação de múltiplos acontecimentos, em vez de um único fator desencadeador. As histórias das participantes corroboram essa perspectiva ao evidenciarem exatamente essa multiplicidade de experiências, nas quais vulnerabilidades econômicas, relações familiares fragilizadas, responsabilidades precoces e episódios de violência passaram a compor um mesmo percurso biográfico.

A **segunda conclusão** é que o envolvimento no tráfico foi construído em contextos sociais distintos e assumiu formas diferentes conforme as circunstâncias vividas pelas participantes.

As motivações relatadas foram diversas e dificilmente podem ser reduzidas a um único fator explicativo. Embora as dificuldades econômicas tenham aparecido de forma recorrente, elas surgiram articuladas a responsabilidades familiares, experiências de migração, consumo de substâncias e oportunidades concretas de participação em atividades relacionadas ao tráfico.

Os resultados sugerem que a entrada na atividade criminal ocorreu, na maior parte dos casos, por meio de pessoas já inseridas nesse universo. Companheiros(as), familiares, conhecidos ou intermediários funcionaram como pontos de aproximação com o tráfico, indicando que o acesso a essa economia ilícita dependia frequentemente de conexões sociais previamente estabelecidas. Esse padrão aproxima-se das análises de Chen e Gueta (2016), que demonstram que relações afetivas, dependência econômica e vínculos próximos podem

desempenhar papel relevante nos percursos de envolvimento de algumas mulheres em atividades relacionadas às drogas.

Entre as mulheres de etnia cigana, o tráfico apareceu frequentemente associado ao ambiente familiar e comunitário em que as participantes cresceram e viveram. Pais, companheiros e outros familiares surgiam como referências recorrentes nas narrativas, fazendo com que a atividade fosse percebida menos como um acontecimento excepcional e mais como parte de um contexto social já conhecido. Essa interpretação é consistente com os estudos de Gomes (2011, 2014), que mostram que os percursos criminais de pessoas pertencentes à etnia cigana devem ser compreendidos a partir da articulação entre exclusão social, oportunidades efetivamente disponíveis e formas específicas de sociabilidade construídas ao longo da vida.

Entre as participantes estrangeiras, predominou um padrão diferente. Os relatos enfatizaram convites ou indicações realizadas por pessoas que já haviam atuado como correio de drogas ou que possuíam contatos capazes de facilitar essa inserção. Cunha e Matos (2019) relacionam a presença significativa de mulheres estrangeiras nas prisões portuguesas às transformações do mercado internacional de drogas e à crescente circulação transnacional de substâncias ilícitas. As análises de Cunha (2002), por sua vez, ajudam a compreender como essas transformações alteraram a composição da população prisional e reforçaram a centralidade dos crimes relacionados às drogas no encarceramento feminino em Portugal.

Os resultados do presente estudo convergem com essa interpretação: no grupo das participantes estrangeiras e/ou com dupla nacionalidade (N = 21), apenas uma relatou exercer atividade de venda e uma de armazenamento, enquanto a maioria se encontrava presa por transporte internacional (N = 15) ou nacional (N = 3), não havendo informação sobre a atividade de uma participante. A predominância de funções periféricas entre as participantes permite discutir os resultados à luz da literatura sobre seletividade penal e divisão sexual do trabalho no tráfico de drogas. Batista (2003, 2011) argumenta que os processos de criminalização tendem a incidir com maior intensidade sobre sujeitos socialmente mais expostos e menos protegidos pelas estruturas de poder.

Os relatos analisados sugerem precisamente essa dinâmica: a maioria das participantes desempenhava funções de transporte ou apoio operacional, atividades caracterizadas por baixa autonomia e alta visibilidade para os mecanismos de controle estatal. Em diálogo com Chen e Gueta (2016), Cunha (2002), Cunha e Matos (2019) e DeHart (2008) os resultados indicam que a divisão sexual do trabalho no tráfico frequentemente concentra as mulheres em posições menos valorizadas e mais suscetíveis à intervenção penal, o que foi demonstrado também nos resultados encontrados. Assim, os achados sugerem que desigualdades econômicas, sociais e

de gênero influenciam não apenas os percursos de envolvimento criminal, mas também as probabilidades de detecção, punição e encarceramento.

A **terceira conclusão** é que a reclusão foi narrada simultaneamente como uma ruptura e como uma continuidade.

A abordagem policial, a prisão e o processo judicial foram vivenciados como acontecimentos marcados pela surpresa, pelo medo e pela dificuldade de compreender a dimensão das consequências penais decorrentes de sua participação na atividade criminosa. Em diversas narrativas, o momento da prisão foi descrito como uma ruptura abrupta da trajetória de vida, frequentemente acompanhado pela percepção tardia da gravidade da situação em que estavam envolvidas, evidenciando que foi nesse primeiro contato com o sistema de justiça criminal que muitas participantes passaram a compreender, de forma concreta, as implicações de seu envolvimento com o tráfico de drogas.

Esses resultados aproximam-se das reflexões de Cunha (1994; 2002), ao demonstrar que a entrada na prisão pode representar um momento de profunda ruptura biográfica, no qual antigas referências sociais e familiares são interrompidas e substituídas pelas normas e temporalidades da instituição prisional. Nessa perspectiva, a prisão constitui mais do que a privação da liberdade: representa um marco de reorganização da experiência de vida, levando muitas mulheres a reinterpretarem retrospectivamente os acontecimentos que antecederam o encarceramento.

Se o ingresso no sistema de justiça criminal representou uma ruptura nas trajetórias das participantes, foi no cotidiano da prisão que essa ruptura passou a ser vivenciada de forma concreta. Os resultados mostram que a experiência prisional ultrapassou a privação da liberdade, sendo marcada pela necessidade de adaptação contínua às normas institucionais, às limitações impostas pelo contexto e às possibilidades efetivamente disponíveis para cada mulher. Nesse processo, muitas das dificuldades que já atravessavam suas trajetórias permaneceram presentes durante o cumprimento da pena, assumindo novas configurações dentro da instituição

Conforme analisa Cunha (1994, 2002**)**, a prisão reorganiza problemas e desigualdades já existentes, e Lemgruber (1999), relembrando as especificidades do encarceramento feminino, que historicamente permaneceram invisibilizadas em sistemas prisionais estruturados a partir de uma lógica predominantemente masculina.

Essas necessidades específicas tornam-se ainda mais relevantes porque, de acordo com Carlen (1983), o encarceramento feminino não rompe, necessariamente, com processos anteriores de exclusão social e marginalização. Neste mesmo sentido, os resultados sugerem

que dificuldades pré-existentes à prisão continuam a influenciar a forma como a pena é vivenciada, fazendo com que o cotidiano prisional reproduza e reorganize as desigualdades anteriormente experimentadas.

Essa continuidade também se manifesta na forma como o cotidiano é construído no interior da prisão. As narrativas sugerem que a experiência prisional é produzida pelas relações estabelecidas entre as mulheres, os agentes prisionais e a própria instituição, fazendo com que o cumprimento da pena seja constantemente negociado no plano das interações cotidianas. As histórias contadas pelas participantes revelam que relações pautadas pelo respeito e pelo reconhecimento contribuíam para tornar a experiência do encarceramento menos difícil, enquanto percepções de arbitrariedade, tratamento desigual ou falta de acolhimento intensificavam o sofrimento associado ao cumprimento da pena. Os estudos de Cunha (2002) demonstram que a prisão não constitui apenas um espaço de imposição institucional, mas também um contexto relacional no qual normas, conflitos, solidariedades e formas de reconhecimento são continuamente produzidos e negociados entre os diferentes atores envolvidos.

Os vínculos familiares assumiram um papel central na forma como as participantes significaram a experiência do encarceramento. Diferentemente de uma dimensão periférica da vida prisional, as relações com filhos, companheiros e outros familiares apareceram como importantes fontes de apoio emocional, mas também como um dos principais elementos de sofrimento durante o cumprimento da pena. No caso das mulheres estrangeiras, esse impacto mostrou-se ainda mais intenso, uma vez que a distância geográfica e as limitações para o contato presencial tornavam a separação da família uma experiência particularmente dolorosa. Esses achados sugerem que o encarceramento feminino produz efeitos que ultrapassam a própria mulher privada de liberdade, alcançando também suas relações familiares e afetivas. Nessa perspectiva, Bloom et al. (2003) e Bloom e Covington (2007) defendem que a manutenção dos vínculos familiares constitui um dos elementos centrais de uma execução penal responsiva ao gênero, não apenas pelos benefícios relacionados ao bem-estar das mulheres, mas também por favorecer processos de reintegração social.

Ainda que a experiência prisional tenha produzido processos de reavaliação das trajetórias em grande parte das narrativas, esses percursos não foram vivenciados de maneira uniforme. As histórias das participantes evidenciam que nacionalidade, etnia, raça e identidade de gênero influenciaram tanto as formas de envolvimento no tráfico quanto as experiências com o sistema de justiça criminal e com o cotidiano prisional. Assim, embora o encarceramento tenha representado um ponto de inflexão comum a muitas mulheres, os significados atribuídos

a essa experiência e as condições em que ela foi vivida mostraram-se profundamente marcados pelas diferentes posições sociais ocupadas pelas participantes.

Por fim, a **quarta conclusão** é que o gênero, nacionalidade, pertença étnica, processos de racialização, identidade de gênero, condição migratória e classe social não atuaram de forma isolada nem tiveram o mesmo peso em todas as narrativas.

Nesse sentido, a perspectiva interseccional oferece um importante referencial para compreender por que mulheres submetidas à mesma pena e ao mesmo contexto institucional vivenciaram o encarceramento de formas distintas. Embora compartilhassem a condição de mulheres em situação de reclusão por crimes relacionados ao tráfico de drogas, suas trajetórias evidenciaram que essa experiência esteve longe de ser homogênea. As narrativas mostraram que essas dimensões se articularam de maneiras diferentes ao longo dos percursos de vida, influenciando oportunidades disponíveis, formas de inserção no tráfico, relações com o sistema de justiça criminal e os significados atribuídos ao encarceramento. Essa leitura dialoga com Crenshaw (1989, 1991), ao evidenciar que experiências de desigualdade não podem ser compreendidas a partir de categorias isoladas, e aproxima-se das contribuições de Akotirene (2019) e Collins (2000), que enfatizam o caráter relacional e contextual das opressões e das posições sociais.

As participantes não relataram apenas preconceitos distintos, suas experiências sugerem que diferentes marcadores sociais podem produzir formas convergentes de exclusão e desvalorização. As mulheres brasileiras relataram a permanência de estereótipos historicamente associados à sua nacionalidade. Esses relatos aproximam-se das reflexões de Gonzalez (1988), que discutem como mulheres latino-americanas e negras são frequentemente representadas a partir de imagens marcadas pela sexualização, pela subalternização e pela disponibilidade dos seus corpos, influenciando formas de reconhecimento social e tratamento institucional.

As participantes de etnia cigana descreveram situações em que sua identidade era acompanhada por desconfiança e menor credibilidade. Além disso, os relatos evidenciaram que a pertença étnica também esteve associada a desigualdades no acesso a oportunidades educativas e profissionais, uma vez que algumas participantes relacionaram a baixa escolaridade e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho às limitações vividas ao longo de suas trajetórias enquanto mulheres ciganas. Esses achados são consistentes com os estudos de Gomes (2011, 2014), que apontam para a articulação entre discriminação étnica, exclusão social e restrição de oportunidades educacionais e laborais, permitindo compreender essas experiências para além de interpretações culturalistas sobre a população cigana.

As participantes negras, por sua vez, narraram experiências de racismo vividas antes e durante o encarceramento. Os relatos sobre julgamentos negativos, questionamentos e tratamento desigual associados à cor da pele aproximam-se das discussões de Carneiro (2005) sobre os efeitos sociais da racialização e da construção histórica de determinados corpos como mais suspeitos, menos legítimos e mais expostos ao controle social. Em diálogo com Collins (2000) e Davis (2016), esses achados sugerem que o encarceramento não neutraliza desigualdades raciais previamente existentes, mas pode reproduzi-las e reorganizá-las em novos contextos institucionais.

Na perspectiva das entrevistadas, essas desigualdades não se manifestaram apenas nas relações interpessoais, mas também por meio de barreiras institucionais. No caso da participante estrangeira que migrou para Portugal, por exemplo, dificuldades relacionadas à regularização documental, ao acesso ao trabalho e aos serviços públicos foram descritas como fatores que ampliaram situações de vulnerabilidade ainda antes do envolvimento com o tráfico de drogas. De forma semelhante, algumas mulheres de etnia cigana relataram experiências de tratamento desigual por parte das instituições e menor reconhecimento de suas narrativas, enquanto outras participantes perceberam diferenças entre os estabelecimentos prisionais femininos e masculinos e entre as condenações de mulheres e homens pelo mesmo crime, como expressão de desigualdades de gênero. Esses relatos reforçam a compreensão de que a exclusão social não se limita a atitudes individuais de preconceito, mas envolve também processos institucionais que condicionam o acesso a direitos, recursos e oportunidades, conforme discutido por Collins (2000) e Crenshaw (1991).

Importa destacar que nem todas as participantes interpretaram essas experiências como situações de discriminação ou desigualdade. No entanto, a ausência de uma nomeação explícita do preconceito não significa necessariamente a ausência de processos de vulnerabilização, uma vez que determinadas desigualdades podem operar por meio de barreiras institucionais, limitações de oportunidades e formas naturalizadas de tratamento diferenciado (Crenshaw, 1991).

A história da participante transexual tornou particularmente visível essa sobreposição de marcadores sociais. Ao refletir sobre sua própria trajetória, ela reconheceu que sua experiência não era atravessada apenas pela identidade de gênero, mas também pela condição de ser mulher, brasileira e negra. Esse relato ilustra de forma particularmente clara a perspectiva interseccional inicialmente proposta por Crenshaw (1989, 1991), ao evidenciar que diferentes formas de desigualdade não se somam de maneira linear, mas produzem experiências específicas que não podem ser explicadas por um único marcador social.

As narrativas, entretanto, não se restringiram às experiências de discriminação. Os resultados evidenciam que também há mobilização de suas identidades étnica e racial como fonte de pertencimento e afirmação, recusando representações estigmatizantes historicamente associadas a esses grupos. O orgulho de ser negra ou cigana apareceu como uma forma de resistência simbólica frente a processos de desqualificação social. Esse resultado dialoga com Collins (2000) e Davis (2016), ao mostrar que os mesmos marcadores que podem produzir desigualdades também podem constituir recursos importantes para a construção de identidades positivas, pertencimento coletivo e estratégias de resistência frente à exclusão social e institucional.

Em síntese, os resultados desta investigação indicam que as trajetórias das mulheres estrangeiras e de etnia cigana privadas de liberdade por crimes relacionados ao tráfico de drogas foram construídas na articulação entre desigualdades socioeconômicas, relações sociais, posições periféricas nas redes de tráfico e experiências diferenciadas de estigmatização e reconhecimento. As narrativas analisadas sugerem que o encarceramento não interrompe necessariamente processos anteriores de exclusão, mas frequentemente os reconfigura no interior da prisão. Ao mesmo tempo, as participantes também evidenciaram formas de resistência, pertencimento e reconstrução identitária, reforçando que a compreensão da criminalidade feminina exige considerar simultaneamente dimensões estruturais, relacionais e subjetivas. Nesse sentido, a perspectiva interseccional mostrou-se particularmente útil para interpretar a complexidade dessas trajetórias no contexto do sistema de justiça criminal português.

Limitações

A presente investigação não está isenta de limitações que devem ser consideradas. Em primeiro lugar, a amostra foi constituída utilizando a conveniência e restrita a dois estabelecimentos prisionais femininos portugueses, o que limita a possibilidade de transferência dos achados para outros contextos institucionais, grupos de mulheres em situação de reclusão ou diferentes realidades prisionais. Além disso, a composição dos grupos analisados foi desigual, e algumas experiências relevantes — como determinadas situações migratórias, identidades raciais específicas ou a experiência de uma mulher transexual — estiveram representadas por um número reduzido de participantes.

As exclusões realizadas durante a constituição da amostra constituem limitações metodológicas da presente investigação, uma vez que influenciaram a composição final do grupo analisado. Embora a decisão tenha sido necessária para garantir maior rigor na análise

dos dados, reconhece-se que ela resultou na exclusão de participantes que inicialmente cumpriam os critérios definidos para a investigação.

Outra limitação relaciona-se ao fato de a produção dos dados ter ocorrido em um contexto institucional. O acesso às participantes foi mediado pelos estabelecimentos prisionais e por profissionais que atuaram como "*gatekeepers"* (mediadores de acesso), o que pode ter influenciado tanto a identificação das mulheres disponíveis para participar quanto as condições em que as entrevistas foram realizadas. Embora tenham sido assegurados o caráter voluntário da participação, a confidencialidade e a possibilidade de desistência a qualquer momento, a dependência da instituição prisional pode afetar a liberdade percebida pelas participantes, o grau de confiança estabelecido com a investigadora e o conteúdo das narrativas produzidas. Estudos qualitativos com populações institucionalizadas têm chamado atenção para o impacto do acesso mediado, da privacidade relativa e das relações de poder institucionais na produção dos dados (Flick, 2009).

Também importa reconhecer que as condições de recolha não foram equivalentes nos dois estabelecimentos prisionais. Diferenças relacionadas aos espaços disponíveis, às rotinas institucionais, à gestão dos horários e aos constrangimentos operacionais podem ter influenciado o tempo das entrevistas, a privacidade das interações e a profundidade de alguns relatos, produzindo contextos distintos de produção narrativa.

Por fim, a análise dos dados partiu de um guião de entrevista previamente definido e de um *codebook* inicial construído a partir das questões de investigação e da literatura consultada. Embora a Análise Temática Reflexiva pressuponha abertura para a emergência de novos significados e tenha sido acompanhada de um exercício contínuo de reflexividade, não é possível excluir completamente a influência da investigadora nas decisões analíticas, na seleção dos excertos considerados mais significativos e na interpretação dos dados produzidos.

Contribuições

A presente investigação oferece contributos relevantes para o estudo da criminalidade feminina, do tráfico de drogas e do encarceramento no contexto português. Uma das principais contribuições consiste em evidenciar que mulheres estrangeiras e mulheres de etnia cigana não podem ser compreendidas como grupos homogêneos ou como categorias explicativas suficientes para interpretar seus percursos de vida. As narrativas analisadas revelaram trajetórias marcadas por combinações singulares de experiências familiares, econômicas, afetivas, migratórias, raciais e institucionais, mostrando que a nacionalidade ou a pertença étnica constituem apenas uma entre várias dimensões que atravessam essas experiências.

No plano teórico, o estudo contribui ao articular abordagens sobre percursos femininos na criminalidade, perspectivas de curso de vida e a abordagem interseccional. Essa articulação permitiu compreender o envolvimento no tráfico de drogas como um processo construído ao longo do tempo, influenciado simultaneamente por acontecimentos biográficos, relações sociais, oportunidades concretas e posições sociais desiguais.

No plano institucional, os resultados sugerem a necessidade de respostas prisionais e de reintegração social mais individualizadas e sensíveis ao gênero e à diversidade das trajetórias das mulheres privadas de liberdade. As diferenças observadas nas experiências de mulheres estrangeiras, ciganas, negras e transexual indicam que intervenções baseadas em modelos uniformes tendem a não responder adequadamente às necessidades específicas.

Por fim, o estudo possui potencial para contribuir com a reflexão de profissionais da justiça, da administração prisional, da reinserção social e de formuladores de políticas públicas sobre a adequação das respostas institucionais às trajetórias concretas das mulheres em situação de reclusão. Ao privilegiar as narrativas das próprias participantes, a investigação procura deslocar o olhar de categorias abstratas para experiências vividas, favorecendo uma compreensão mais contextualizada e humanizada das mulheres envolvidas em crimes relacionados ao tráfico de drogas e das possibilidades de construção de respostas penais mais justas, responsivas e efetivamente orientadas para a reintegração social.

Pistas para o futuro

Os resultados desta investigação abrem diferentes possibilidades para estudos futuros sobre criminalidade feminina, tráfico de drogas e encarceramento no contexto português. Uma primeira direção relevante consiste no desenvolvimento de investigações longitudinais que acompanhem as participantes após a libertação, permitindo compreender os percursos de reintegração social, as dificuldades encontradas no acesso ao trabalho, à habitação e às redes de apoio, bem como os significados atribuídos à experiência prisional ao longo do tempo.

Outra possibilidade importante refere-se à utilização de metodologias que permitam cruzar diferentes fontes de informação, articulando entrevistas com documentos institucionais, decisões judiciais, processos prisionais, relatórios sociais e outros registros relevantes. Esse tipo de triangulação pode contribuir para aprofundar a compreensão das trajetórias das mulheres.

Também se mostram pertinentes estudos com amostras intencionais mais específicas e numericamente mais expressivas, especialmente voltados para grupos cujas experiências apareceram de forma limitada nesta investigação, como mulheres transexuais e homossexuais em situação de reclusão e mulheres migrantes recentemente chegadas a Portugal. Investigações

focadas nesses grupos podem oferecer uma compreensão mais aprofundada das formas particulares de vulnerabilidade, discriminação, reconhecimento e resistência presentes em suas trajetórias.

Além disso, investigações participativas ou coproduzidas com mulheres em situação de reclusão e ex-reclusas constituem uma direção promissora. A participação dessas mulheres na definição das perguntas de investigação, dos procedimentos de recolha de dados e das formas de devolução dos resultados pode contribuir para produzir conhecimento mais sensível às suas prioridades, experiências e necessidades concretas, reduzindo distâncias entre investigação acadêmica e sujeitos investigados.

A natureza narrativa dos relatos produzidos também sugere possibilidades metodológicas para estudos futuros. Investigações centradas em um número mais reduzido de participantes poderiam explorar abordagens de Análise Narrativa, permitindo acompanhar de forma mais aprofundada a construção das histórias de vida, os processos de continuidade e ruptura biográfica e as formas pelas quais as mulheres atribuem sentido às diferentes etapas de suas trajetórias antes, durante e após o encarceramento. A articulação entre Análise Temática Reflexiva e abordagens narrativas representa, assim, uma possibilidade metodológica relevante para o aprofundamento futuro deste campo de estudos.

Por fim, futuras investigações podem beneficiar-se de uma exploração mais aprofundada das potencialidades de softwares de apoio à análise qualitativa, como o MAXQDA, especialmente em estudos que envolvam grandes volumes de entrevistas extensas e múltiplos marcadores sociais. A utilização mais sistemática de recursos como mapas temáticos, comparação entre grupos e integração de memos analíticos pode favorecer análises mais refinadas das relações entre trajetórias, vulnerabilidades e experiências institucionais, contribuindo para ampliar a transparência e a profundidade interpretativa da pesquisa qualitativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.

Allan, E. A., & Steffensmeier, D. (1996). *Gender and crime: Toward a gendered theory of female offending*. *Annual Review of Sociology, 22*, 459–487. https://doi.org/10.1146/annurev.soc.22.1.459

American Psychological Association. (2020). *Publication manual of the American Psychological Association* (7th ed.). American Psychological Association.

Batista, V. M. (2003). *Difíceis ganhos fáceis: Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro* (2ª ed.). Revan.

Batista, V. M. (2011). *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Revan.

Belknap, J. (2015). *The invisible woman: Gender, crime, and justice* (4th ed.). Cengage Learning.

Bilge, S., & Collins, P. H. (2020). *Intersectionality*. Polity Press.

Bloom, B., & Covington, S. (2007). *Gender-responsive treatment and services in correctional settings*. *Women & Therapy, 29*(3–4), 9–33. https://doi.org/10.1300/J015v29n03_02

Bloom, B., Owen, B., & Covington, S. (2003). *Gender-responsive strategies: Research, practice, and guiding principles for women offenders*. National Institute of Corrections.

Blumstein, A., Cohen, J., Roth, J. A., & Visher, C. A. (Eds.). (1986). *Criminal careers and "career criminals"* (Vols. 1–2). National Academy Press.

Bosworth, M., & Kaufman, E. (2021). *Foreigners in prison: Citizenship, punishment and mobility in a global age*. Oxford University Press.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). *Using thematic analysis in psychology*. *Qualitative Research in Psychology, 3*(2), 77–101. https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa

Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. SAGE.

Braun, V., & Clarke, V. (2019). *Reflecting on reflexive thematic analysis*. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health, 11*(4), 589–597. https://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1628806

Braun, V., & Clarke, V. (2021). *Thematic analysis: A practical guide*. SAGE.

Brennan, T., Breitenbach, M., Dieterich, W., Salisbury, E. J., & Van Voorhis, P. (2012). *Women's pathways to serious and habitual crime: A person-centered analysis incorporating gender responsive factors*. *Criminal Justice and Behavior, 39*(11), 1481–1508. https://doi.org/10.1177/0093854812456777

Burgess-Proctor, A. (2006). *Intersections of race, class, gender, and crime: Future directions for feminist criminology*. *Feminist Criminology, 1*(1), 27–47. https://doi.org/10.1177/1557085105282899

Carlen, P. (1983). *Women's imprisonment: A study in social control*. Routledge & Kegan Paul.

Carlen, P. (1988). *Women, crime and poverty*. Open University Press.

Carneiro, S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Universidade de São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19012006-162441/

Chesney-Lind, M. (1989). *Girls' crime and women's place: Toward a feminist model of female delinquency*. *Crime & Delinquency, 35*(1), 5–29. https://doi.org/10.1177/0011128789035001002

Chesney-Lind, M., & Daly, K. (1988). *Feminism and criminology*. *Justice Quarterly, 5*(4), 497–538. https://doi.org/10.1080/07418828800089871

Chesney-Lind, M., & Pasko, L. (2013). *The female offender: Girls, women, and crime* (3rd ed.). SAGE.

Collins, P. H. (2000). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (2nd ed.). Routledge.

Crenshaw, K. (1989). *Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. *University of Chicago Legal Forum, 1989*(1), 139–167.

Crenshaw, K. (1991). *Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color*. *Stanford Law Review, 43*(6), 1241–1299. https://doi.org/10.2307/1229039

Cunha, M. I. da. (1994). *Malhas que a reclusão tece: Questões de identidade numa prisão feminina*. Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários.

Cunha, M. I. da. (2002). *Entre o bairro e a prisão: Tráfico e trajectos*. Fim de Século.

Daly, K. (1992). *Women's pathways to felony court: Feminist theories of lawbreaking and problems of representation*. *Southern California Review of Law and Women's Studies, 2*(1), 11–52.

Daly, K., & Maher, L. (Eds.). (1996). *Criminology at the crossroads: Feminist readings in crime and justice*. Oxford University Press.

DeHart

, D. D. (2008). *Women's pathways to crime: A heuristic typology of offenders*. *Criminal Justice and Behavior, 35*(11), 1360–1371. https://doi.org/10.1177/0093854808321525
Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2026). *Prisionais 2025: Quadro 10 – Reclusos condenados existentes em 31 de dezembro de 2025, segundo o sexo, os escalões de idade e a nacionalidade, por crimes*. Ministério da Justiça. https://dgrsp.justica.gov.pt/Estat%C3%ADsticas-e-indicadores/Prisionais/2025
Duarte, V. (2012). *Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina*. Edições Húmus.
Duarte, V. (2012). *Contextos, discursos e percursos na delinquência juvenil feminina*. *Configurações, (9)*, 121–133. https://doi.org/10.4000/configuracoes.1148
Duarte, V., & Carvalho, M. J. L. de. (2013). *(Entre) olhares sobre delinquência no feminino*. *Ex æquo, (28)*, 31–44.
Duarte, V., & Carvalho, M. J. L. de. (2017). *Female delinquency in Portugal: What girls have to say about their offending behaviors*. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 61*(16), 1868–1885. https://doi.org/10.1177/0306624X16644549
Duarte, V., & Cunha, M. (Orgs.). (2014). *Violências e delinquências juvenis femininas: Género e (in)visibilidades sociais*. Edições Húmus.
Elder, G. H., Jr. (1974). *Children of the Great Depression: Social change in life experience*. University of Chicago Press.
Elder, G. H., Jr. (1998). The life course as developmental theory. *Child Development, 69*(1), 1–12. https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1998.tb06128.x
Fair, H., & Walmsley, R. (2025). *World female imprisonment list* (6th ed.). Institute for Crime & Justice Policy Research.
Farrington, D. P. (2003). *Key results from the first forty years of the Cambridge Study in Delinquent Development*. In T. P. Thornberry & M. D. Krohn (Eds.), *Taking stock of delinquency: An overview of findings from contemporary longitudinal studies* (pp. 137–183). Kluwer Academic/Plenum Publishers.
Fleetwood, J. (2015). *Drug mules: Women in the international cocaine trade*. Palgrave Macmillan.
Fleetwood, J. (2022). *Drug mule narratives and the gendered politics of drug trafficking*. *International Journal of Drug Policy, 104*, 103680. https://doi.org/10.1016/j.drugpo.2022.103680
Flick, U. (2009). *An introduction to qualitative research* (4th ed.). SAGE.
Gomes, S. (2011). *Reclusão, etnicidade e migrações: PALOP, Leste Europeu e população cigana no sistema prisional português*. Edições Húmus.

Gomes, S. (2014). *Caminhos para a prisão: uma análise do fenómeno da criminalidade associada a grupos estrangeiro e étnicos em Portugal* .

Gomes, S., & Duarte, V. (Eds.). (2018). *Female crime and delinquency in Portugal: In and out of the criminal justice system*. Palgrave Macmillan.

Gomes, S., & Granja, R. (Orgs.). (2015). *Mulheres e crime: Perspetivas sobre intervenção, violência e reclusão*. Edições Húmus.

Gomes, S., & Granja, R. (2015). *Mulheres ciganas em contexto prisional: Trajetórias, exclusão e relações institucionais*. *Revista Crítica de Ciências Sociais, 108*, 65–88. https://doi.org/10.4000/rccs.6074

Gonzalez, L. (1988). *A categoria político-cultural de amefricanidade*. *Tempo Brasileiro, 92/93*, 69–82.

Granja, R. (2017). *Pra lá e pra cá dos muros: Relações familiares na interface entre o interior e o exterior da prisão*. Edições Húmus.

Guest, G., MacQueen, K. M., & Namey, E. E. (2012). *Applied thematic analysis*. SAGE.

Gueta, K. (2020). *Intersectionality and criminalized women: Race, ethnicity, migration and punishment in contemporary penal systems*. *Feminist Criminology, 15*(4), 421–439. https://doi.org/10.1177/1557085119894415

Gueta, K., & Chen, G. (2016). *Men and women inmates' accounts of their pathways to crime: A gender analysis*. *Deviant Behavior, 37*(12), 1459–1472. https://doi.org/10.1080/01639625.2016.1189753

Harding, S. (1991). *Whose science? Whose knowledge? Thinking from women's lives*. Cornell University Press.

Hartsock, N. C. M. (1983). *The feminist standpoint: Developing the ground for a specifically feminist historical materialism*. In S. Harding & M. B. Hintikka (Eds.), *Discovering reality: Feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology, and philosophy of science* (pp. 283–310). D. Reidel.

Heidensohn, F. (1985). *Women and crime*. New York University Press.

Laub, J. H., & Sampson, R. J. (1993). *Turning points in the life course: Why change matters to the study of crime*. *Criminology, 31*(3), 301–325. https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1993.tb01132.x

Laub, J. H., & Sampson, R. J. (2003). *Shared beginnings, divergent lives: Delinquent boys to age 70*. Harvard University Press.

Leavy, P. (2017). *Research design: Quantitative, qualitative, mixed methods, arts-based, and community-based participatory research approaches*. Guilford Press.

Lemgruber, J. (1999). *Cemitério dos vivos: Análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Achiamé.

Matos, R. (2008). *Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. Almedina.

Matos, R., Cunha, M. I. (2019). *Foreign national women arrested for drug trafficking: A dynamic socio-penal portrait*. In M. J. Guia & S. Gomes (Eds.), *Prisons, state and violence* (pp. 115–127). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-13077-0_9

Matos, R., & Machado, C. (2012). *Criminalidade feminina e construção do género: Emergência e consolidação das perspectivas feministas na criminologia*. *Análise Psicológica, 30*(1–2), 33–47.

Mello, D. C. de. (2014). *A prisão feminina: Gravidez e maternidade: Um estudo da realidade em Porto Alegre – RS/Brasil e Lisboa/Portugal* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. Repositório Institucional da PUCRS. https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4262

Mello, D. C. de. (2016). *A maternidade no meio prisional: Vivências de mães encarceradas na realidade brasileira e portuguesa*. Lumen Juris.

Miller, J. (1998). *Up it up: Gender and the accomplishment of street robbery*. *Criminology, 36*(1), 37–66. https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1998.tb01239.x

Mnguni, T. (2022). *Women drug couriers and transnational trafficking: Vulnerability, agency and criminal justice responses*. *Journal of Drug Issues, 52*(4), 689–707. https://doi.org/10.1177/00220426221087941

Moffitt, T. E., Caspi, A., Rutter, M., & Silva, P. A. (2001). *Sex differences in antisocial behaviour: Conduct disorder, delinquency, and violence in the Dunedin longitudinal study*. Cambridge University Press.

Nuytiens, A., & Christiaens, J. (2016). *Female pathways to prison and the limitations of gendered pathways research*. *European Journal of Criminology, 13*(2), 195–213. https://doi.org/10.1177/1477370815597257

Sampson, R. J., & Laub, J. H. (1993). *Crime in the making: Pathways and turning points through life*. Harvard University Press.

Smith, D. E. (1987). *The everyday world as problematic: A feminist sociology*. Northeastern University Press.

Sposato, K. B. (2007). *Criminologia feminista e sistema penal: Reflexões sobre a criminalização das mulheres*. Lumen Juris.

United Nations. (2011). *United Nations rules for the treatment of women prisoners and non-custodial measures for women offenders (Bangkok Rules)*. United Nations Office on Drugs and Crime. https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Bangkok_Rules_ENG_22032015.pdf

United Nations Office on Drugs and Crime. (2018). *World drug report 2018*. United Nations. https://www.unodc.org/wdr2018/

United Nations Office on Drugs and Crime. (2021). *World drug report 2021*. United Nations. https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wdr2021.html

Wacquant, L. (2009). *Punishing the poor: The neoliberal government of social insecurity*. Duke University Press.

World Prison Brief. (2026). *Portugal*. Institute for Crime & Justice Policy Research. Recuperado em 31 de julho de 2026, de https://www.prisonstudies.org/country/portugal

ANEXOS

Anexo I – Questionário sócio demográfico e jurídico-penal

Código da participante:	Data da entrevista:
Idade:	Horário de início da entrevista:
Nacionalidade:	Local da entrevista: ( ) Tires ( ) Santa Cruz do Bispo
Se considera de etnia cigana: ( ) Sim ( )Não	
Se considera: ( )Branca ( )Negra ( )Parda ( ) Outra: _____	
Estado civil: ( ) Solteira ( ) Casada/União Estável ( )Divorciada ( )Viúva	
Filhos: ( )Sim. Quantos? _____ ( )Não	
Ensino escolar: ( ) não tem ensino básico ( ) ensino básico incompleto ( )ensino básico completo ( ) ensino secundário incompleto ( ) ensino secundário completo ( )ensino superior completo ( ) ensino superior incompleto	
Residência anterior em Portugal: ( ) Sim ( )Não Se sim, vive em Portugal há quantos anos? _____	
⇒ **Sem residência anterior em Portugal:** Data de chegada em Portugal: _____ Meio de transporte de chegada em Portugal: ( )Aéreo ( )Marítimo ( )Terrestre	
Situação penal: ( )Presa Preventiva ( )Presa Condenada	
⇒ **Presas condenadas:** Condenação: ( )Somente por tráfico de drogas ( )Tráfico de drogas e outros crimes. Quais? _____	
Crimes anteriores (independentemente de condenação): ( ) Sim. Quais? _____ ( )Não ( ) Prefere não informar	
Tempo de prisão:	
Realização trabalho no estabelecimento prisional: ( )Não ( ) Sim. Qual?_____	

Atividade profissional antes da reclusão: ( )Não ( ) Sim. Qual?_____

Anexo II – Guião de entrevista

TRAJETÓRIAS DE VIDA NO TRÁFICO DE DROGAS: RECLUSAS ESTRANGEIRAS E DE ETNIA CIGANA

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Introdução e explicação da investigação
2. Apresentação das questões éticas e termo de consentimento informado
3. Questões introdutórias (ice-breakers)
4. Preenchimento do questionário sociodemográfico:
5. Questões principais:

DIMENSÕES	SUBDIMENSÕES	SINOPSE	POTENCIAIS QUESTÕES
Trajetória de vida **Trajetória de vida**	- Infância, adolescência, idade adulta -Acontecimentos de vida - Relações interpessoais (família, amigos, etc.) - Percurso escolar e profissional - Zona de residência	- Aceder ao percurso de vida, desde a infância até a idade adulta, mais especificamente a percepção sobre essas fases de vida, aos eventos, acontecimentos que potencialmente marcaram a sua transição para o tráfico de drogas	1) Eu gostava de começar falando um pouco sobre o seu passado. Consegue me descrever a sua infância? 2) Quando pensa na sua adolescência, o que se lembra? 3) Há algum ou alguns acontecimentos marcantes nestas fases da sua vida ou quando já adulta? 4) Há pouco, falou da sua família/amigos/trabalho/escola, quer me falar um pouco mais sobre como eram essas relações? 5) Outra coisa que nos pode marcar é o sítio onde vivemos. Consegue me descrever o sítio onde morou antes de vir pra cá? 6) Como era a sua vida no bairro/cidade que morava? 7) O que você e seus amigos/família costumavam fazer? 8) Quando saía de casa o que costumava fazer? 9) Quando não estava na escola/trabalho o que fazia?

	- Experiência de imigração (no caso de reclusas estrangeiras e/ou reclusas de etnia cigana que não são portuguesas)	- Perceber se o tráfico de drogas foi uma resposta as dificuldades oriundas do processo de mudança de país (imigração) - Perceber em quais circunstâncias que a chegada a Portugal pode estar relacionada ao crime	1) Consegue me dizer o porquê você saiu do seu país de origem? 2) E como foi a adaptação em Portugal? 3) Você se sentiu acolhida quando chegou aqui em Portugal? 4) Você lembra de ter tido alguma dificuldade quando chegou aqui em Portugal? 5)Qual dificuldade foi essa?
Crime	- Acontecimentos de vida - Consumo de drogas - Motivações	- Aceder aos acontecimentos de vida que estão relacionados com o tráfico de drogas, inclusive o potencial consumo de drogas - Descobrir as potenciais motivações para o tráfico	1) Falando agora um pouco sobre drogas. Antes de ser detida, tinha hábitos de consumo? ⇒ ***Se consumia:*** 1.1) Consegue se lembrar como começou esse consumo? 1.2) Em algum momento parou de consumir? ⇒ ***Se não consumia:*** 1.1) Consegue se lembrar qual foi o momento que você teve o primeiro contato com as drogas? 2) Consegue agora pensar naquilo que te levou a começar a atividade no tráfico de drogas?
	- Sentimentos /Significados	- Entender como a participante se sentia ao realizar a atividade criminal	1) Qual era o sentimento que você tinha quando fazia isso?
	- Papel no tráfico de drogas - Gênero	- Aceder ao papel no tráfico de drogas, especialmente ao papel da mulher, os sentimentos e percepções da participante sobre a questão de gênero	1) Agora pensando um pouco em como funcionava o tráfico de drogas, quer me falar um pouco melhor sobre isso? 2) Qual era a função que você tinha na atividade do tráfico de drogas? 3) Nesse grupo a que você pertencia, tinham mais mulheres? 4) O que as outras mulheres faziam? 5) Como você vê as mulheres nessa rede de tráfico? 6) Como você se sentia sendo mulher no tráfico de drogas?
Questões sociais relativas a gênero, raça e etnia	- Estigmatização, exclusão social, racismo e machismo - Sentimentos/ Significados	- Aceder a potenciais situações de estigmatização, exclusão social, racismo, xenofobia e machismo vivenciadas ou conhecidas pelas participantes - Entender como as participantes se sentiram em relação a essas situações - Perceber se essas situações têm	1) Eu agora queria abordar uma questão delicada, que são as questões do racismo, machismo, e da exclusão social, que nós mulheres estrangeiras e/ou ciganas sofremos. Sente que isso alguma vez lhe aconteceu na vida? 2) Consegue me contar um pouco como foi essa situação? 3) Essa experiência que me descreveu, foi marcante na sua vida? • 3.1) Se sim, de que forma? 4) Se nunca aconteceu com você, conhece alguém que revela ter vivido isso? 5) Como você se sentiu/se sente em relação ao que aconteceu?

		alguma relação com a prática da atividade criminal	6) Sente que isso tem alguma coisa a ver com a sua experiência criminal? ⇒ ***Se mulher cigana:*** 7) O que é para você ser uma mulher cigana dentro da prisão? 8) E fora da prisão? ⇒ ***Se mulher estrangeira:*** 7) O que é para você ser uma mulher estrangeira dentro da prisão? 8) E fora da prisão?
Expectativas futuras	- Planos futuros - Regresso a atividade laboral/estudantil - Reintegração na sociedade/família - Retorno ao país de origem (se for o caso)	- Aceder as expectativas da participante para quando sair da prisão	- Você pensa sobre como será a sua vida quando sair daqui? - Quais são os seus planos para esse momento? - O que acha que vai acontecer?

6. Questões finais:

- Se pudesse voltar no passado, teria feito alguma coisa diferente? - Antes de finalizarmos a entrevista, existe alguma coisa que gostaria de falar mais?

7. Conclusão e agradecimentos
8.

Anexo III – Consentimento informado

Exma. Sra.

Você está sendo convidada como voluntária a participar de pesquisa acadêmica intitulada **"Trajetórias de vida no tráfico de drogas: reclusas estrangeiras e de etnia cigana"**.

Justificativa e objetivos: No âmbito do 2º Ciclo de Estudos em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, sob a orientação da Professora Doutora Ana Margarida Amorim dos Santos, Professora Auxiliar Convidada desta Faculdade, encontro-me a desenvolver uma investigação, intitulada "Trajetórias de vida no tráfico de drogas: reclusas estrangeiras e de etnia cigana", que pretende aceder e analisar as trajetórias de vida de mulheres estrangeiras oriundas de países falantes da língua portuguesa e de mulheres de etnia cigana que estão reclusas pelo cometimento de crimes relacionados com o tráfico de drogas no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino e no Estabelecimento Prisional de Tires Setor Feminino.

Procedimento: Para este efeito, a sua colaboração neste estudo implicaria a participação no preenchimento de um questionário sociodemográfico e logo em seguida, a participação numa entrevista, cuja duração não se prevê que ultrapasse os 90 minutos.

Garantia de voluntariedade, anonimato, esclarecimento, liberdade de recusa: Importa afirmar que a participação neste estudo é voluntária, tendo sempre a possibilidade de não

participar ou de desistir da participação a qualquer momento, sem que haja para si prejuízo de qualquer natureza, punição ou perda de benefícios prisionais. Além disso, mesmo que aceite participar nesta investigação, V. Exa. é livre para não responder a questões com as quais não se sinta confortável. Caso aceite participar, as informações que transmitir na entrevista serão confidenciais, o que significa que serão utilizadas apenas para fins da presente investigação, e também serão anônimas, ou seja, não serão efetuadas questões através dos quais seja possível identificá-la.

Custos da participação: Cumpre salientar que a participação neste estudo não acarretará custos de nenhuma natureza e também não implicará em nenhuma compensação financeira adicional.

Autorização para gravação de áudio: Além disso, solicito a sua autorização para proceder à gravação da entrevista em formato áudio, uma vez que tal facilita a transcrição da mesma e permite a obtenção de informação mais detalhada e rigorosa, assegurando-lhe que a gravação será acessada exclusivamente pela investigadora e orientadora.

Anexo IV - Declaração de Consentimento Informado

Eu, _____ (por favor, escreva o seu nome), tomei conhecimento da investigação que se pretende realizar, compreendi os objetivos da mesma e esclareci minhas dúvidas. Nesse sentido, _____ (por favor, escreva aceito/não aceito) participar no estudo "**Trajetórias de vida no tráfico de drogas: reclusas estrangeiras e de etnia cigana",** desenvolvido no âmbito do 2º Ciclo de Estudos em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Declaro que compreendo que a minha participação nesta investigação é voluntária, estando ciente da possibilidade de desistência a qualquer momento, sem que haja prejuízo de nenhuma natureza para mim. Ainda declaro que tomei conhecimento que toda a informação obtida não conterá qualquer dado pessoal que me possa identificar, assim como será utilizada apenas para fins exclusivamente desta investigação, sendo assegurado o meu anonimato e confidencialidade. Por fim, declaro que _____ (por favor, escreva autorizo/não autorizo) a gravação da entrevista em formato áudio.

Data: ____/_____/2023

Local: _____, Portugal

_____
Assinatura da participante

ANEXO V- Figura 1: Mapa Temático

Figura 1

Mapa Temático construído durante o processo de Análise Temática Reflexiva (Braun & Clarke, 2006, 2013, 2021).

